
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

*Lar do Garoto: último passo na trajetória da infração?
(Etnografia de um Estabelecimento Educacional)*

Luziana Ramalho Ribeiro

Campina Grande-PB

Lar do Garoto: último passo na trajetória da infração?
(Etnografia de um Estabelecimento Educacional)

Luziana Ramalho Ribeiro

Lar do Garoto: último passo na trajetória da infração?
(*Etnografia de um Estabelecimento Educacional*)

Dissertação de mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia das Universidades Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), em cumprimento aos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Campina Grande-PB
2003



R4841 Ribeiro, Luziana Ramalho .
Lar do Garoto : último passo na trajetória da infração?
(etnografia de um estabelecimento educacional) / Luziana
Ramalho Ribeiro. - Campina Grande, 2003.
147 f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade
Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 2003.
"Orientação: Prof. Dr. Márcio de Matos Caniello".
Referências.

1. Infração - Jovens - Modo de Vida. 2. Estabelecimento
Educativo - Lar do Garoto. 3. Jovens Infratores -
Trajetória. I. Caniello, Márcio de Matos. II. Universidade
Federal da Paraíba - Campina Grande (PB) III. Título

CDU 304.3:343.91-053.6(043)

Luziana Ramalho Ribeiro

Lar do Garoto: último passo na trajetória da infração?
(Etnografia de um Estabelecimento Educacional)

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Márcio de Matos Caniello
(Presidente – Orientador)

Prof. Dr. Rodrigo de Azeredo Grunewald
(Examinador)

Profa. Dra. Maria de Fátima Pereira Alberto
(Examinadora)

Elizabeth Christine de Andrade Lima
(Suplente)

Campina Grande- PB
2003

DEDICATÓRIA

A todos os adolescentes com quem interagi e muito aprendi.

Há dias na vida que a gente pensa que não vai conseguir
Há dias na vida que a gente pensa em desistir
Há dias na vida em que a gente pensa em sumir
Pá nam, nam nam,
Eu gostaria de ficar com vocês um pouco mais
Eu gostaria de ficar com vocês um pouco mais
Vou por aí, vou mermo assim
Vou caminhar
É que eu não ligo mais pra nada, nem mermo pra namorada
Que me deu seu coração
Gostaria de ficar com vocês um pouco mais, como é galera?
Gostaria de ficar com vocês um pouco mais
Eu também sou a ovelha negra da família
Êa! Vou por aí... Ponto!

(Música de Edson Gomes interpretada por um dos internos).

AGRADECIMENTOS

Esta obra devo:

Ao meu orientador, professor Márcio de Matos Caniello, que teve paciência e uma postura dialógica diante de minhas inseguranças e teimosias;

Aos demais professores, funcionários e colegas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, que contribuíram direta ou indiretamente no meu percurso;

A alguns professores da época de graduação na Universidade Estadual da Paraíba, Eduardo Jorge; Eduardo Henrique e Augusto César, que instigaram-me o desejo à investigação e a paixão pela Sociologia;

Aos meus pais, Mozart e Socorro, meus irmãos e os muitos sobrinhos que tenho e que souberam perdoar minhas ausências e apoiaram-me;

A Jorge Dellane meu companheiro, que desde sempre, esteve ao meu lado incentivando-me e colaborando com meu crescimento pessoal e intelectual;

A Catarina que zelosamente, colaborou com este trabalho;

A todos os funcionários do Estabelecimento Educacional Lar do Garoto, Pe. Otávio Santos, que com muita simpatia e paciência permitiram e colaboraram com a execução da pesquisa de campo;

A todos os internos do Lar do Garoto que concederam-me a gentileza de com eles aprender.

RESUMO

No Brasil há um número significativo de crianças e adolescentes que devido a vários fatores, como, principalmente, o estado de pobreza em que se encontram, estão em “situação de risco”. Muitas dessas crianças e adolescentes são levados à “situação de rua” em busca de meios para sua sobrevivência e de sua família. Uma das estratégias para atingir este objetivo é a prática de atos infracionais, àquela que mais dramaticamente articula o apelo lúdico- marca da condição infanto-juvenil- e a necessidade de trabalhar- imposição para crianças e adolescentes pobres. A estes sujeitos são lançados “estereótipos”, que, com o passar do tempo transformam-se em “estigmas”; os quais passam a nortear sua auto-representação como portadores de uma “identidade deteriorada”. A sociedade outorga ao Estado o “tratamento” para os adolescentes “desviantes”, o qual culmina com a adoção da medida de internação, cuja ineficácia é atestada tanto pelos especialistas que discutem esse problema, quanto pela própria dinâmica operada nas instituições, onde os adolescentes desenvolvem várias estratégias de manipulação de identidade para burlar a proposta de “ressocialização” pretendida.

Este trabalho é dedicado a reconstituir a trajetória que leva alguns adolescentes à construção de uma “carreira desviante”, que começa nas ruas e passa pela internação em um Estabelecimento Educacional. A pesquisa em questão foi desenvolvida no Lar do Garoto Pe. Otávio Santos- FUNDAC, em Lagoa Seca, Paraíba.

Palavras-chave: Crianças e adolescentes; adolescentes infratores e carreira desviante.

300.3: 343.91-053 6

ABSTRACT

In Brazil there is a significant number of children and adolescents that for several factors, as mainly, the poverty state they are running "risks". Most of those children adolescents become homeless "street" in search for survival purposes. One of the strategies to reach this aim practices of infracional acts which more dramatically articulates the luddical appeal that marks the infant-juvenile condition - and the need to work - imposing to children and poor adolescents. To these stereotypes subjects " are thrown " that, in the course of time they become stigma "; which start to drive their own sel-representation as bearers of a " deteriorated " identity. The society grants to the State the " treatment " for the rosaming adolescents , which culminates with the adoption of the internment measure, whose inefficacy is attested either from the specialists that discuss that problem, or from the own dynamics operated in the institutions, where the adolescents develop several strategies of identity manipulation to defraud the proposal of " intended ressocialization ".

This research is dedicated to reconstruct the path some adolescents take to the construction of a " deviant career ", that begins in the streets and goes over the internment in an Educational Establishment. The survey was developed at "Lar do Garoto Padre Otávio Santos" - FUNDAC, in Lagoa Seca city, Paraíba.

Key words: Children and adolescents; adolescents offenders and deviant career.

SUMÁRIO

Introdução.....	10
Capítulo 1 A Etnografia como Experiência Existencial	15
1.1 Cada dia uma conquista.....	15
1.2 Metodologia.....	23
1.2.1 Etnografia.....	23
1.2.2 Métodos subsidiários.....	28
Capítulo 2 Marco Teórico.....	31
2.1 As categorias de criança e adolescente como construções históricas	31
2.2 Situação de risco, a infração e suas conseqüências.....	32
2.3 Como se constroem as identidades da criança e do adolescente?.....	34
2.4 Como surge a categoria de menor infrator?.....	36
2.5 O normal “versus” o anormal.....	40
2.6 A prisão vista como uma instituição total.....	46
Capítulo 3 O Cenário.....	49
3.1 Lar do Garoto: um breve histórico e caracterização.....	49
3.2 O limite entre dois mundos.....	50
3.3 O setor burocrático.....	52
3.4 Espaço de emancipação e controle.....	53
3.5 O espaço da <i>communitas</i>	59
3.6 Estrutura física: uma divisão de três mundos.....	71
Capítulo 4 Os atores.....	73
4.1 O corpo institucional.....	73
4.1.1 A direção.....	73
4.1.2 Corpo técnico.....	75
4.1.3 Terceiro escalão do corpo técnico.....	77
4.1.4 Os monitores: mediadores.....	77
4.1.5 Serviços gerais: os figurantes.....	79
4.2 Os internos.....	79
4.2.1 Internos atuando com outros internos.....	79
4.2.2 O perfil dos internos.....	82
Capítulo 5 O roteiro.....	89
5.1 Quadro de relações.....	89
5.2 As regras da instituição.....	91
5.3 Regras dos internos.....	110
Capítulo 6 O drama.....	115
6.1 O cotidiano do Lar do Garoto.....	115
6.1.1 1º Ato: <i>A disciplina</i>	116
6.1.2 2º Ato: <i>O Trabalho</i>	119
6.1.3 3º Ato: <i>O Lazer</i>	123
6.1.4 4º Ato: <i>As Fugas</i>	124
6.1.5 5º Ato: <i>As brigas entre internos</i>	124
6.1.6 6º Ato: <i>As confrontações</i>	125
6.1.7 7º Ato: <i>A punição</i>	127
6.1.8 8º Ato: <i>O Tempo de cadeia, tempo perdido</i>	128
6.1.9 9º Ato: <i>O “mundo lá fora e o “mundo da cadeia”:</i> <i>Tipo ideal de uma trajetória de vida</i>	129
Conclusões.....	135
Referências bibliográficas.....	143
Anexos.....	148

INTRODUÇÃO

A problemática da criança e do adolescente, em especial a questão dos meninos de rua¹, tem sido uma constante alavanca em minha trajetória de vida. Durante o curso de graduação em Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), desenvolvi pesquisas (PIBIC/CNPQ/UEPB), entre os anos de 1998 a 2000, sobre esse assunto, abordando vários de seus aspectos (cf. Ribeiro, 1999a, Ribeiro, 1999b; Ribeiro, 2000a, 2000b). Também me engajei em atividades de extensão relativas à mesma temática, atuando no Núcleo de Pesquisa e Extensão Comunitária Infanto-juvenil (NUPECIJ/UEPB), através do qual prestei assessoria, durante o estágio supervisionado, ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - Campina Grande (MNMMR-CG).

Enquanto a trajetória acima descrita ia me sensibilizando no tocante à significativa prática de atos infracionais² cometidos por adolescentes, por outro lado, percebia também que, geralmente, as políticas públicas do Estado são ineficientes no trato da questão da criança e do adolescente, especialmente no caso de ações preventivas, o que provoca um lapso que, normalmente, é preenchido por medidas repressivas ou 'sócio-educativas', entre as quais a mais severa é a internação em estabelecimento educacional, a qual prevê o cerceamento da liberdade do adolescente.

Dentro dessa perspectiva, tornou-se mister buscar entender e analisar qual a dinâmica do cotidiano dos adolescentes internos nesse tipo de instituição, trazendo à tona as práticas ali desenvolvidas.

¹ Conforme Dimenstein (1993), a categoria meninos de rua aplica-se àqueles que, embora possuam família, vão para as ruas. Uma discussão mais pormenorizada acerca da construção da categoria social de menino (a) de rua, pode ser encontrada em Graciani (1997).

² Segundo levantamento realizado pelo Centro Educacional do Adolescente (CEA), divulgado por Silva (2002), a Paraíba "tem atualmente 378 menores assistidos por programas ressocializadores, dentre eles, 174 são internos em instituições, 26 vivem em sistema de internação provisória, 10 em regime de semi-liberdade e 168 em liberdade assistida".

Portanto, este trabalho se propõe a reconstituir a trajetória de vida do interno antes e durante o processo de internação, para assim poder compreender se essa alternativa resulta no final das práticas infracionais vivenciadas pelos adolescentes.

Considerando que o processo de internação é o fator decisivo na consolidação do estigma (Goffman, 1982), ou seja, na visualização da marca negativa que distinguirá o interno de outros adolescentes que, embora cometam atos infracionais, não foram “pegos e fichados”, pareceu-me importante: entender até que ponto essa ação do estado pode, de fato, transformar positivamente, conforme espera a sociedade, o infrator; compreender o que ele pensa da segregação, como percebe as atividades, como se relaciona, qual a dinâmica do seu dia-dia, quando há jogos de representação de papéis, ou até mesmo, quantos papéis ele pode representar, de acordo com a platéia que o observe. Desse modo, volto, estrategicamente, meu olhar para o entendimento das questões que permeiam o processo de reconstrução da trajetória de vida de adolescentes que infringiram a lei.

Observando a internação dos adolescentes (do sexo masculino) num Estabelecimento Educacional³, considerei também o confronto entre dois grupos sociais: os que desafiaram a lei e os que estão a serviço dela (corpo técnico). A partir dessa consideração, pude evidenciar mais claramente o processo de marginalização que se inicia no momento em que os adolescentes rompem certas regras sociais, levando-os a se tornarem alvos do controle do Estado, que certamente buscará trazê-los de volta ao convívio com a sociedade. Através da internação, tentar-se-á reverter as condutas e pensamentos desviantes (Becker, 1985), dos adolescentes, favorecendo, assim, a recuperação de suas identidades deterioradas (Goffman, 1982).

³ Conforme descrito no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), art. 112: “verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: I advertência; II obrigação de reparar o dano; III prestação de serviços à comunidade; IV liberdade assistida; V inserção em regime de semiliberdade; VI internação em estabelecimento educacional; VII qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI”.

A hipótese que norteou este trabalho foi a de que os adolescentes, tendo sido empurrados para a infração por situações como pobreza, desafeto familiar, ausência paterna, necessidade de trabalhar, dentre outras, e não encontrando nas políticas públicas o estímulo suficiente para mudarem de vida, terminaram sendo internados, fato este que, na maioria das vezes, também não representará uma mudança positiva, pois é bastante comum que ao sair da internação continuem infracionando.

O primeiro capítulo deste trabalho é um resgate existencial das situações vividas no campo de pesquisa. Nele procurei narrar, com a máxima fidelidade possível, todas as etapas do processo de interação entre mim, enquanto pesquisadora, e os sujeitos com os quais me relacionei. Talvez para o leitor alguns trechos possam parecer intimistas ou melancólicos, pois foi exatamente isso que eu quis retratar. Assim, falar do processo de pesquisa dando voz ao ser humano que sente, sofre e cresce é, para mim, assumir uma postura de sinceridade e compromisso com o que faço. É claro que estou expondo-me a possíveis críticas, porém percebo que aprendi e cresci tanto na interação com os internos, que não seria honesta comigo mesma se não trouxesse esses momentos à luz. Ainda nesse primeiro capítulo, explícito o referencial metodológico utilizado durante o processo de pesquisa e na fase de categorização e análise dos dados. Procurei, durante essa discussão, problematizar o papel do pesquisador e refletir acerca da interação entre este e os sujeitos da pesquisa. Quanto ao referencial metodológico utilizado, estabeleci como norte a metodologia etnográfica acrescida de dados quantitativos e entrevistas semi-estruturadas que visaram reconstituir a trajetória dos adolescentes internos, através da técnica da história de vida tópica (cf. Minayo, 1996).

No segundo capítulo, realizo um resgate teórico e histórico acerca da constituição das categorias e subseqüentes identidades da criança e do adolescente, assim como discuto a questão de como um sujeito que é tido como menor, em sua fragilidade, é transformado ao longo do século XX em menor infrator, portanto em perigo constante, passando a ser visto

como um desviante (Becker, 1985), aquele que necessita de uma intervenção social/repressiva para que, ao ser reeducado, possa voltar ao convívio com a sociedade. A volta à sociedade pressupõe um processo de internação, portanto, creio que hoje, no século XXI, ainda é possível a reflexão sobre que utilidade efetiva tem a pena de prisão ou internação. Será que as novas estratégias pedagógicas que orientam as atividades intra-institucionais surtem o efeito esperado? A prisão reestrutura identidades, transformando um infrator num sujeito socialmente aceito, ou leva-o a aprender novas estratégias infracionais?

No terceiro capítulo apresento uma etnografia da instituição, vista como cenário, e desse modo exponho os três grandes espaços de atuação: o setor burocrático, que é o espaço ocupado pelas personagens da direção, onde o trânsito é interdito aos internos e as relações acontecem de modo vertical; o espaço de emancipação e controle, local intermediário entre o setor burocrático e o internato, ocupado pelos técnicos, sendo o trânsito aí também controlado, enquanto que as relações ocorrem ora de modo vertical e ora de modo horizontal; enfim, o setor de internamento, local destinado aos internos, contendo desde espaços de lazer até os locais de punição, cujas relações também variam entre a verticalidade e a horizontalidade, podendo, no entanto, ser caracterizado mais pelas relações horizontais, vez que é onde abriga *strito sensu* a *communitas* (Turner, 1974).

No quarto capítulo apresento os atores dividindo-os em dois grandes grupos de encenação: o corpo institucional, que vai da direção até os figurantes, que são os funcionários responsáveis pelos serviços gerais e; os internos. Tento tornar clara toda a rede dramática que envolve a atuação do corpo técnico em relação aos internos e as próprias relações entre internos. Encerro este capítulo com um perfil dos internos.

O quinto capítulo trata dos roteiros de atuação (as regras da instituição e as regras dos internos), mostrando os papéis que cada personagem encena. Desse modo, trato a situação de

internação como um “drama”⁴, em que os atores que ali atuam apresentam inúmeras possibilidades de desempenho de seus papéis. Para tanto, utilizei-me de fotos, de depoimentos, do regimento que disciplina a vida dos internos e, fundamentalmente, das observações registradas no diário de campo. Assim, aparecem neste texto todos os jogos de poder dos quais internos e corpo técnico utilizam-se nessa luta velada, porém concreta, que se trava todos os dias ali.

No sexto capítulo apresento o drama sendo encenado. Assim, neste capítulo, busquei retratar o cotidiano dentro do Lar e descortinar as situações liminares do dia-a-dia dos internos, que vão desde a “disciplina” até a idéia de que o “tempo de cadeia é tempo perdido”. Encerro este capítulo procurando delimitar um tipo ideal (cf. Weber, 1996), de carreira (cf. Goffman, 1982 e Becker, 1977), reconstituindo a trajetória dos adolescentes internos, tomando por base os dados extraídos das entrevistas. Esses dados passaram por um processo de categorização temática, nos parâmetros da análise de conteúdo (cf. Bardim, 1979). Dessa forma, o texto vai apresentando os vários fatores e os passos que levam um adolescente às infrações. No final do capítulo, apresento as inquietações, os sonhos e as decepções dos internos quanto ao processo de internação e, principalmente, quanto ao medo de enfrentar a vida lá fora.

Por fim, as conclusões. E como não poderia deixar de ser, nesse ponto há uma “amarração” de todo o trabalho: questionamentos acerca da eficiência do processo de pesquisa, críticas ao processo de internação e, finalmente, sugestões de algumas alternativas à execução da medida educativa de internação, assim como algumas reflexões que, na verdade, são inquietações de uma cidadã que por oito anos tem dedicado-se à temática da criança e do adolescente e que, como tantos outros atores sociais, anseia por mudanças práticas e urgentes no trato dessas categorias.

⁴ Para a repercussão do conceito de “drama” para a Antropologia e para a prática etnográfica ver: Goffman (1996), Turner (1982) e Damata (1983).

CAPÍTULO 1

A ETNOGRAFIA COMO EXPERIÊNCIA EXISTENCIAL

1.1. Cada dia uma conquista

Lembro-me, como se fosse agora, da primeira vez em que fui ao Lar do Garoto. Estava bastante apreensiva, pois temia não ser aceita, mas, ao mesmo tempo, já sonhava com o início da pesquisa. Felizmente, a recepção foi excelente. A diretora e o vice-diretor foram, além de atenciosos, muito prestativos e, prontamente, dispuseram a casa e os funcionários à pesquisa, salientando que não havia nada a ser escondido naquela instituição.

Terminadas as apresentações iniciais, fui acompanhada pela diretora ao setor de internamento, onde ela fez questão de apresentar-me ao coordenador do plantão, esclarecendo que dali em diante eu teria trânsito livre em qualquer dependência (coisa que não aconteceu com tanta facilidade). Aproveitando essa deixa, fui visitar os quartos dos meninos. Quando já estava lá dentro, fui surpreendida por um monitor que grosseiramente interrogou-me; após as explicações devidas, saí e sentei-me no pátio principal do internato; logo, alguns internos vieram conversar comigo. Perguntavam-me se lhes daria aulas ou se era da SUCAM. Essa primeira interação fez-me refletir sobre a sociedade de vigilância (policial e sanitária). Foi engraçado o fato dos meninos relacionarem minha presença à SUCAM, que 'investiga e promove a saúde' e à figura do professor, que 'promove a educação', além de me perguntarem se voltaria mais vezes. Eram tantas as perguntas que levei algum tempo para respondê-las, sentindo ainda que alguns internos tentaram monopolizar a situação. Este fato ilustra a observação de Goffman (1996: 158), ao afirmar que para salvaguardar seu papel, o indivíduo, enquanto pesquisador, pode utilizar-se de práticas preventivas, tendo que estar

sempre atento ao controle de suas emoções para que sua relação com os sujeitos pesquisados não se torne excessivamente afetiva ou indiferente, como esclarece, também, Lemgruber:

“em estudos em estabelecimentos correcionais o pesquisador deverá estar sempre alerta para este tipo de problema. O pesquisador que se deixar comprometer com determinados indivíduos sofrerá pressões de tal ordem que sua análise dificilmente resultará imparcial” (LEMGRUBER, 1980: 145).

Vencida a primeira etapa, as visitas foram freqüentes. Mesmo que por dois meses apenas o mesmo grupo, formado por dez meninos, falasse comigo, os demais espreitavam-me. Alguns tentaram paquerar-me e outros ainda tentaram amedrontar-me com olhares frios; a todos, respondia com sorrisos e com a frase “Oi! Tudo bem?”. Nesses momentos, eles sempre mudavam de expressão, mas aos poucos os mais arredios foram chegando-se.

Existem formas, através de brincadeiras, de se ironizar a projeção do outro; e aqui entendo que o pesquisador deve estar atento para perceber se seu papel não está sendo ridicularizado pelos sujeitos pesquisados. Durante o processo de pesquisa aconteceu comigo, por duas vezes, sentir-me ridicularizada pelos adolescentes. Por exemplo certa vez vários meninos perguntaram-me porque anotava tudo. Um deles disse rindo: “olha, anota aí que ele deu em mim, anota que eu sô um pai de família. Se eu dissé ‘meu dente dói’ você corre e anota, né?”.

Entendendo-se que as relações entre pesquisador e sujeitos pesquisados podem ser conflituosas, é relevante a discussão que Guimarães (1986), realiza ao mostrar que toda relação de pesquisa é uma relação desigual, porque construída por sujeitos diferentes: um é o pesquisador, que é um estranho, faz parte “do mundo dos poderosos”, veste-se, come, fala e comporta-se de maneira diferente dos pesquisados; o outro é o pesquisado que, por sua vez, tem consciência de que é alvo do olhar perscrutador daquele que é capaz de analisar e emitir depoimentos sobre ele e sua forma de vida. Também é importante destacar como essa autora discute o controle que o sujeito pesquisado tem sobre os dados que fornece, ou seja, que escutar e escrever o que ele fala e como age não são garantias *stricto sensu* para o

pesquisador de que se está apreendendo o ponto de vista do outro, uma vez que: “o acesso à subjetividade do nativo é mediado pelo dizer do outro” (Guimarães, 1986: 35). Portanto, é preciso ter cautela para que o sujeito pesquisado não fale apenas aquilo que acredita que o pesquisador quer ouvir, é preciso entender como os sujeitos pesquisados o percebem. Desse modo, Foote-Whyte (1980: 87), esclarece que é importante na pesquisa não só a utilização de explicações formais acerca de quem é o pesquisador, o que faz no campo ou o que deseja dos sujeitos, mas que ele mantenha com estes relações pessoais. Ter cuidado com o que pergunta e como pergunta e também buscar participar do cotidiano dos sujeitos e, de preferência, tentar identificar quais os melhores informantes, ou seja, aqueles que passam as informações com mais detalhes.

Assim, conforme, Goffman (1996: 25), Guimarães (1986: 122) e Foote-Whyte (1980: 89), o social deve ser pensado como drama, ou seja, algo que envolve luta e conflito. Neste sentido, essa interpretação se aproxima de Goffman (1996) e de Malinowski (1980) segundo os quais, entender a língua do outro e interpretar suas ações e as relações que mantém com seus pares implica que não se deve considerar tão somente as conversas entre pesquisador e pesquisados, mas considerar as conversas informais entre estes últimos, pois elas podem revelar segredos do grupo que não seriam expostos conscientemente ao pesquisador. Essa orientação metodológica favoreceu-me a apreensão de dados relevantes, visto que era comum, quando conversava com os adolescentes, fazer perguntas do tipo “como você acha que está agora?” e deles sempre obter respostas em que diziam estar mudados, que haviam se arrependido, que quando saíssem iriam trabalhar, etc. No entanto, quando estavam em grupos, conversando, falavam em tipos de crimes e quais os de que mais gostavam em sua prática. Conscientemente, eles vigiavam-se controlando as informações, assim como faziam questão de saber o que eu anotava. Houve o caso do interno que a cada visita pedia-me para ler o diário de campo, eu sempre permitia e no final perguntava a ele se estava tudo certo. Depois

de algum tempo, essa sua atitude virou um charme e ele tornou-se um excelente informante. Um outro caso foi o de um interno que me espreitava com semblante de raiva, até que um dia, pediu-me e obteve prontamente algumas explicações acerca do funcionamento do corpo humano. Pronto! Daquele dia em diante tornou-se um informante assíduo. Houve também casos de internos com os quais eu não consegui interação alguma e pelos quais fui ridicularizada, fato que me deixou, momentaneamente, deprimida e insegura quanto a minha capacidade. Cito como exemplo uma vez em que um deles, que notadamente, não suportava minha presença, veio até mim e perguntou-me: “a senhora faz esse trabalho pra quê? Isso vai servir pra gente em quê?” e eu, muito acadêmica, respondi, explicando-lhe o valor da pesquisa, respondendo-lhe que no final da mesma, todas as informações seriam convertidas num livro. Ouvindo isso, o interno olhou-me e, falando comigo pela primeira e última vez, disse-me com ar irônico: “Ah! Um livro!”.

Sobre isso Laplantine informa que:

“as tentativas abordadas, os erros cometidos no campo, constituem informações que o pesquisador deve levar em conta. Como também o encontro que surge frequentemente o imprevisto, o evento que ocorre quando não esperávamos” (LAPLANTINE, 1988: 151).

Após esses episódios, já a certa altura da pesquisa, resolvi remeter meu tempo ali aos informantes certos. Com isso, alguns dos difíceis passaram a cumprimentar-me, embora não se aproximassem.

Nessa trajetória de conquistar a simpatia e confiança dos internos, algumas vezes fui brutalmente afetada por sentimentos de carinho, medo, angústia e um profundo sentimento de rejeição ao meu papel ali exercido. Três casos são particularmente exemplares desse conflito. Primeiramente, um certo dia em que conversava animadamente com um grupo de internos, um deles chamou-me dizendo que havia outro a minha espera no auditório e que este queria falar-me em particular. Temi aquele recado, pois o adolescente que me solicitava presença era um dos que tentara paquerar-me; porém, agindo impulsivamente, levantei-me e fui até ele.

Nunca esquecerei aquela cena: O adolescente estava debruçado numa mesa, chorando, pois havia insistido a tarde inteira para que o monitor o deixasse gravar uma fita sem, no entanto, ter sido atendido. Ao ver-me, ele disse “a senhora pode passar esta carta a limpo?” Prontamente, pus-me a escrever. A carta era endereçada a sua namorada e à mãe dela. Nela ele falava de saudade, da angústia por estar ali, do sofrimento por ser humilhado, entre outras coisas. Ao terminar a escrita, levantei-me de supetão e saí quase correndo, pois, não pretendia chorar na sua frente. O segundo caso ocorreu quando, em meio a uma entrevista, descobri que um dos sujeitos da pesquisa, que já havia sido desinternado, tinha sido morto. Encerrei a entrevista e marquei com o interno para continua-la em outro momento. Fui embora, e passei quinze dias sem ir ao Lar, tendo ido à terapia por três vezes para discutir o valor da pesquisa. Dessa forma, pude perceber que realmente: “o elemento que se insinua no trabalho de campo é o sentimento e a emoção” (DAMATA, 1981: 169).

O terceiro caso ocorreu no dia em que fiz a última visita ao Lar. Nessa ocasião, um dos internos contou-me sua vida, que apresenta, grosso modo, o seguinte drama: não conheceu o pai, foi abandonado pela mãe ao nascer, recebeu um tiro da mãe adotiva aos doze anos de idade, quando se envolveu com drogas, foi criado pelos avós, mas, rejeitado pelo avô que só o trata por “bandido” e finalmente, como ele mesmo narra: “eu não gosto nem de mim, não acredito na vida, não acredito em, ninguém em nada. No dia em que minha vó morrer, eu saio pelo mundo de vez e aí não tem quem me segure! Vou matar mesmo! Qualquer um!” Por muito pouco eu não o agarrei em meus braços, embora o tenha segurado pelas mãos e o tenha distraído com conversas amenas.

Sobre o momento da saída de campo e do fato do interno ter revelado a mim sua trajetória afetiva e os projetos futuros (esse interno nunca havia deixado que o entrevistasse), exatamente nesse momento de despedidas, senti-me angustiada e foi a partir da leitura de Silva (1987), que consegui entender o que aconteceu naquele momento entre mim e o interno:

“uma vez nascida, a criança não desejada é imediatamente rejeitada ou torna-se bode expiatório: ela aprende a rejeitar aqueles que a rejeitaram; mas fazendo assim, ela aprende a rejeitar a si mesma como alguém mau, pois não é desejada. É o primeiro passo no caminho da auto-destruição” (SILVA, 1987: 180).

Entendi, então, que aquele menino, naquele momento, resgatava de algum modo seus traumas de rejeição, pois eu também era mais uma pessoa que o deixava e isso é tão certo que ele insistiu a tarde inteira para que eu lhe desse o anel que usava. Lendo Silva (1987), compreendi que ao meu papel de pesquisadora ali acresceu-se uma certa, se assim posso dizer, *transferência*, pois à medida que nos despedíamos, o interno viu nessa situação mais uma experiência de abandono. Contudo, fiz as pazes comigo mesma, pois ao discutir o fato com um psicanalista, ele disse-me que a experiência tinha sido positiva para mim e para o adolescente que de algum modo pôde descarregar suas tensões⁵.

Por tudo isso e por muitos outros momentos como esse, aprendi que pesquisar é, antes de tudo, descobrir-se a si mesmo, entender o que se quer e o que se busca na vida.

Da metade do processo de pesquisa para o final, os internos passaram a demonstrar confiança em mim e quando um novato chegava, logo ele próprio procurava-me para contar sua vida, seus dramas, suas tristezas. Havia dias em que eu precisava dispensar alguns internos e marcar outras datas para as entrevistas. Mostravam-me fotos de namoradas, de parentes, de lugares, roupas, o que produziam nas oficinas, etc. Heye (1980: 134), apresenta uma discussão em que a figura do pesquisador aparece em situação de liminaridade e, sendo assim, o pesquisador é também um sujeito ritual. Assim, a sua aceitação no grupo em que estudará é construída em três etapas, ou seja, num primeiro momento o pesquisador passa pelo ritual da separação por exemplo, ser chamada para conversas em particular; depois o

⁵ A propósito, eu o deixei com o anel... Essa situação em que o afeto e a necessidade de ser imparcial misturam-se e confundem o pesquisador é apresentada por Heye (1980). Assim, ela diz: “existe um ponto que parece-me crítico, e que tem a ver, de certa maneira, com a dificuldade em definir em que momentos eu estava atuando como pesquisadora, e em que momentos eu estava agindo como pessoa a quem se solicitava conselhos ou ajuda” (HEYE, 1980: 137).

pesquisador vive a situação de transição, como nos casos em que eu era convidada para as oficinas, as aulas; e por fim, o pesquisador é incorporado, por exemplo ser chamada e aceita nos quartos, ser apresentada aos familiares, ver fotos e ouvir confissões.

Já com os funcionários, particularmente alguns monitores e uma das professoras, a interação foi mais complicada. Os monitores ou espreitavam-me como uma ameaça ou queriam proteger-me dos internos, estando sempre ao meu lado. Foi difícil para eles entender que eu não os estava espionando e que também não era uma presa fácil para os internos. Alguns deles, muito gentilmente, contra-argumentavam que os internos eram perigosos e que eu deveria temê-los. Com a professora foi mais difícil, pois eu precisava entrar na sua sala e ela nunca permitia, sempre havia uma desculpa. Até que um dia sua coordenadora a informou de que eu iria a sua sala. Os primeiros momentos foram difíceis, ela mostrava-se visivelmente contrariada com minha presença, mas, aos poucos, foi mudando até que um dia, ao terminar a aula, chamou-me à sala da coordenação pedagógica e disse: “você é diferente desse povo que vem de fora. Você respeita os meninos e eles sentem isso, com você eles ficam à vontade. Você não tem nojo deles” (Margarida). Nesse momento, senti-me vitoriosa: a última barreira havia sido ultrapassada.

Vencida a etapa da formação de laços de confiança durante a qual, inicialmente, os internos e o corpo técnico, especialmente os oficineiros e as professoras, falavam-me com riqueza em conversas informais, mas mostravam-se apreensivos quanto às entrevistas gravadas, resolvi, por ocasião da Páscoa, realizar uma oficina com os meninos. Nesse momento, além, de distribuir brindes entre eles, promovi algumas dinâmicas de grupo, das quais, tanto internos, como professoras e monitores daquele plantão e até a técnica em enfermagem participaram. Nas visitas posteriores, todos perguntavam quando seriam entrevistados com o gravador. Houve até um caso bem interessante, em que um dos internos lamentava muito não ser entrevistado logo. Descobri que ele havia fugido um dia depois da

minha última visita, mas como foi rapidamente recapturado, realizamos a entrevista com ele rindo e dizendo: “quase que a senhora não me entrevista, não foi?” (Peter, 18 anos).

No mês de maio de 2002, percebi que havia encerrado meu prazo para estar em campo. As entrevistas já haviam sido feitas, o diário de campo transbordava de dados e o corpo técnico já demonstrava um certo cansaço com minha presença. Despedi-me de todos na festa junina, não sem antes ter organizado uma doação de livros paradidáticos à instituição, pois precisava deixar algo concreto ali para que tanto a minha passagem não fosse lembrada como apenas uma pessoa que pesquisou, como para que os internos pudessem ter mais uma opção de entretenimento.

Como foi difícil dizer até logo... Alguns internos choraram e eu, discretamente, impedi que lágrimas rolassem. Só deixei o internato às 17h50, por isso perdi todos os carros que desceram à Campina Grande e tive que contratar um táxi para apanhar-me. Como foi difícil deixar o Lar! Olhava os enormes paredões brancos, pensava nos meninos ali dentro, lembrava de tudo que presenciei ali. Recordava a primeira visita, sentia extrema saudade dos que foram desinternados ao longo da pesquisa e imaginava o que seria dos que saíam dali pra frente. Chorei muito, como choro nesse momento em que resgato essas lembranças. Lembro-me agora de um dos internos dizendo-me: “como era bom quando você vinha. A gente conversava, desabafava, você é uma amiga de verdade e eu não sabia que lá fora tem gente que gosta e confia na gente...” (Paulo, 18 anos).

É difícil dizer adeus. Portanto, eu disse até logo. Pensei no início da pesquisa, que apenas descortinaria a trajetória de adolescentes que infringiram a lei e, em busca da possibilidade de transformação de suas identidades deterioradas e, acabei por descobrir-me como ser humano...

“É, portanto, para chegar a esta postura (ou para chegar próximo a ela) que o etnólogo empreende sua viagem e realiza sua pesquisa de campo. Pois é ali que ele pode vivenciar sem intermediários a diversidade humana na sua essência e nos seus dilemas, problemas e paradoxos.

Em tudo, enfim, que permitirá relativizar-se e assim ter a esperança de transformar-se num homem verdadeiramente humano” (DAMATA, 1981: 150).

1.2 Metodologia

1.2.1 Etnografia

Estive realizando a pesquisa de campo entre os meses de outubro de 2001 a maio de 2002. No primeiro trimestre eu ia ao Lar às terças e sextas à tarde, depois fui variando os dias e os horários e, finalmente, nos três últimos meses eu ia muitas vezes nos horários da manhã e tarde. Também fui quatro vezes, aos sábados, assistir às partidas de futebol e aos domingos estive por cinco vezes observando as visitas. Houve um momento em que eu sentia uma vontade enorme de estar lá todos os dias e a saída era dolorosa para mim e para os internos, mas abordarei melhor essa questão ao longo deste capítulo.

Levando em consideração a especificidade dos sujeitos com quem trabalhei, utilizei-me do processo metodológico com abordagem preferencialmente qualitativa, embora também tenha feito uso de dados quantitativos apenas para traçar um perfil dos sujeitos. Assim, utilizei-me da etnografia, a partir de Malinowski (1980: 61), visto que, para ele, a etnografia proporciona “apreender o ponto de vista do nativo, compreender sua visão do seu mundo”.

Discutindo a melhor forma de manter contato, Malinowski (1980), mostra que não há uma “fórmula mágica” para tal; no entanto, através da metodologia da observação participante, é possível não só manter contato, mas ser aceito, participar e extrair dos fenômenos cotidianos as formas de agir e pensar do grupo estudado, apreendendo dados que o caracterizem quanto as suas especificidades e generalidades, podendo, assim, entender a natureza de seus pensamentos e ações. Para tanto, o autor apresenta algumas regras para aproximar, manter relações e pautar o trabalho de pesquisa nos critérios de totalidade,

neutralidade e objetividade para que, assim, seja possível dar conta da totalidade do grupo estudado. É necessário que se busque os “imponderáveis da vida real” do grupo estudado, que se registre todos os fatos mesmo que corriqueiros e tudo o que é dito pelo grupo, utilizando suas próprias expressões, tendo o pesquisador o máximo de precaução com seus preconceitos, para que estes não contaminem o processo de pesquisa; além disso, é preciso que busque sempre ser aceito e confiável aos indivíduos pesquisados.

Portanto, refletir sobre a aplicabilidade do método etnográfico na atualidade, mais especificamente numa pesquisa com uma comunidade urbana de infratores, é interessante, uma vez que Malinowski deixa clara a necessidade de permanência longa e constante com o grupo estudado. Contudo, o problema que se me apresentou foi a impossibilidade jurídico-institucional de permanência constante com os sujeitos pesquisados. No entanto, pareceu-me viável a aplicação do método etnográfico ao caso estudado, primeiramente, devido à própria etnografia ter, ao longo de sua história, voltado-se para questões urbanas (cf. Durham, 1986: 18-19) e, como consequência disso, ter desenvolvido novas formas de ir e estar em campo, a exemplo: se não se pode ficar no campo por seis meses consecutivos em períodos diurnos, pode-se elaborar calendários que dêem conta das demandas do pesquisador e da disponibilidade do grupo ou instituição pesquisada; depois, pelo fato de não ser, necessariamente, a quantidade de tempo que garantirá excelentes resultados na pesquisa, mas a intensidade da interação entre pesquisador e os pesquisados. Dessa forma, entendo que, se para Malinowski (1980) havia a necessidade de permanência demorada e constante no campo de pesquisa para que se pudesse dar conta da totalidade da vida dos sujeitos pesquisados e ter garantias de que os critérios de objetividade, verdade e neutralidade Durhan (1986:19), por outro lado, aponta para a possibilidade de se poder pesquisar não necessariamente vivendo com o “nativo”, mas construindo uma sistemática de aproximação que, apesar de não ser constante, pode resultar numa coerente descrição e interpretação daquilo que se observou no

grupo. Geertz (1989), por sua vez, ao apresentar a etnografia como uma descrição densa da cultura, ou da cultura do grupo estudado, esclarece que o fundamental não é o tempo que se passa no campo, mas:

“o que o etnógrafo enfrenta, de fato, é uma multiplicidade de estruturas conceptuais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e implícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar” (GEERTZ, 1989: 20).

O etnógrafo, na busca de desvendar essa rede complexa da qual fala Geertz, deve ter ainda outras preocupações, visto que a etnografia não é na verdade o estudo do local, ou seja, eu não estava estudando o Lar do Garoto, mas estive lá estudando as relações, o cotidiano entre internos e corpo técnico. Isso implica que o mais importante na etnografia é entender que ela é uma metodologia interpretativa que busca apreender o “discurso social” para assim salvar o dito, recuperando as memórias, a cultura do grupo estudado. Desse modo:

“o etnógrafo ‘inscreve’ o discurso social: ele o anota. E ao fazê-lo, ele o transforma de acontecimento passado, que existe apenas em seu próprio momento de ocorrência, em um relato, que existe em sua inscrição e que pode ser consultado novamente” (GEERTZ, 1989: 29).

Através da etnografia, é feito o relato do grupo estudado quanto aos seguintes aspectos: quem é, o que faz, como o faz, por que o faz e desde quando o faz. Concluído o estudo, uma boa pesquisa etnográfica deixa sempre em aberto alguns pontos, ela é sempre incompleta e é aí que está seu valor, ou seja, a possibilidade de outras interpretações, a possibilidade da investigação sobre outros aspectos. Além do quê, Geertz ainda esclarece que todo texto antropológico é fictício, pois:

“os textos antropológicos são eles mesmos interpretativos e, na verdade, de segunda e terceira mão. (Por definição, somente um ‘nativo’ faz a interpretação em primeira mão: é a sua cultura.) Trata-se, portanto, de ficções no sentido de que são ‘algo construído’, ‘algo modelado’” (GEERTZ, 1989: 26).

Dessa forma, a etnografia é uma metodologia que incita a autocritica do pesquisador e que sempre abre possibilidades para novas investidas científicas, valorizando, desse modo e a princípio, o campo de pesquisa e tornando-o uma fonte fecunda e constante de investigação.

Goffman (1996), é outro teórico que discute acerca da estadia no campo de pesquisa e sobre a problemática da interação - entenda-se aqui a interação entre pesquisador e pesquisados. Ele dá ênfase às formas de controle de informações (definições) e mostra que essas são manipuladas através de projeções que se efetivam por processos de teatralização, que implicam em desempenho de papéis sociais que podem ser manipulados consciente ou inconscientemente.

Toda interação demanda projeção da platéia, que espera que o ator seja o que o papel que ele desempenha exige, e projeção do próprio ator que pretende mostrar-se à platéia como ela o espera. No entanto, a teatralização pode ou não manifestar o que se espera do ator, de modo que há um jogo contínuo de encobrimento e descobrimento entre ambos. Goffman (1996), trata do encontro com o outro mostrando que cada um (pesquisador e pesquisado) procura obter definições sobre as características sócio-econômicas do outro, o que implica em saber o que é que aquele, com quem interajo, quer de mim e o que eu espero dele.

Para tanto, cada indivíduo estabelece deduções a partir de observações de características como vestimenta, comportamento (sendo essas duas formas de dedução relativas à identidade social virtual, ou seja, aquilo que eu imagino que o outro seja a partir de características preliminares), experiências passadas (com indivíduos parecidos), crença nas informações e documentos que o próprio indivíduo fornece e que, de certa forma, denunciam o outro.

Entretanto, Goffman (1996), afirma que conhecer de fato o outro implica em permitir que ele se mostre realmente, ou seja, que apresente sua identidade social real através de: a) informação transmitida (linguagem); b) gama de ações (verdadeiras ou dissimuladas). O que

significa que numa interação cada ator social faz inferências sobre o outro, que podem ou não se confirmar.

Do ponto de vista do outro, o observado, este pode agir de modo a manipular a situação do encontro fazendo com que eu perceba nele apenas aquilo que lhe interessa transmitir. Assim, entendo que num processo de pesquisa, tanto o pesquisador quanto o sujeito pesquisado estarão representando diferentes papéis, de acordo com as impressões que queiram passar. Desse modo, o observado nem sempre informa aquilo que de fato é, gosta ou realiza, de modo a se expor totalmente ao pesquisador, mas procura sempre manter o “controle de impressões” (cf, Berreman, 1980:141). Por isso que, para Goffman (1996), interessa também analisar as expressões emitidas, aquelas que não se dão por linguagem verbal, mas por ação corporal.

Portanto, é possível identificar o que o indivíduo é fazendo um contraponto entre as expressões verbais (governáveis) e as expressões corporais (quase sempre não-governáveis). As expressões podem ser simétricas ou assimétricas, ou seja, haverá sempre um jogo que se concretizará a partir das técnicas de encobrimento conforme Goffman (1982: 85), de controle de informações Goffman (1982: 103-104) e de acobertamento (cf. Goffman 1982: 113). O encobrimento é caracterizado como sendo a estratégia que o indivíduo se utiliza para esconder ou disfarçar seu estigma, o controle de informações como o próprio nome sugere constitui a forma como o indivíduo ou o seu grupo controlam as informações que passam e por fim, o acobertamento é geralmente praticado por um grupo visando esconder algo que possa prejudicá-lo.

Uma vez apresentada a discussão precedente, é mister agora pontuar como realizei a pesquisa. Utilizei-me da observação participante, em que acompanhei os internos nas suas diversas atividades e em suas relações com outros companheiros e com os diversos

funcionários que compõem o corpo técnico. Para tanto, utilizei o diário de campo a fim de viabilizar a observação.

1.2.2 Métodos subsidiários

Utilizei-me de dados secundários presentes nos prontuários da instituição para levantar informações acerca da quantidade de adolescente internos, dos seus nomes, idade, lugar de origem, tipo de infração, estrutura familiar, nível de escolaridade, data de entrada e saída da instituição.

Na reconstituição dessas histórias de vida utilizei, segundo Minayo (1996), a técnica de entrevista semi-estruturada. Muitas vezes me ocorreu surgirem temas que a princípio eu não havia pensado em explorar, mas que, nessas ocasiões, eu não só explorei como os incorporei às demais entrevistas realizadas, como foi o caso do tema *família*, que surgiu nos discursos de alguns dos sujeitos e tornou-se uma constante nas entrevistas realizadas com 20 internos. Além desse tema, foram explorados outros como: vida anterior à prisão, entrada no mundo da infração, descoberta da família, primeira apreensão, a medida da internação e os primeiros dias no Lar do Garoto, interação entre internos, interação com o corpo técnico, atividades do Lar, formas de insurreição às regras da instituição e projetos para o futuro.

A categorização dos dados foi feita a partir da técnica de categorização temática. Conforme descreve Bardim (1979), essa técnica sugere que o pesquisador construa quadros de referência onde constarão: *categoria temática, sub-categoria, discurso e número de evocadores*. Isto implica que o pesquisador recortará, a princípio, categorias temáticas como “vida familiar”, internação e recuperação. Num segundo momento, construir-se-ão quadros em que, além de cada categoria, aparecerão as sub-categorias e os motivos que cada sujeito a ela remete e o número de recorrências desses motivos. Por exemplo, para a categoria “vida

familiar”, a maioria dos sujeitos pode dizer que não a conhece; desse modo, soma-se à recorrência desse motivo o não conhecimento e, por fim, mostra-se para cada categoria ou sub-categoria um discurso relevante e o número de evocadores. Segue-se um exemplo de uma dessas categorias:

Categorias	Subcategorias	Exemplos	Evocadores
Condição de rua	Más amizades		9
	Influência direta	“Eu tinha uns amigo de querer incentivar sempre po mal né?; às vezes chamava pa eu matar alguns colega que eles tiveram de primeira”	
	Influência gradativa	“Eu entrei porque comecei a ir pras festa de noite, pros clube dançar mais os cara, e começou: uma noite chamaram eu pra gente andar assim sabe?, e rolou uma parada errada, aí começou”	
Uso de drogas	Com amigos	“Eu bebia e fumava maconha com seis anos. Foi meu primo que tá no presídio que me dava; ele tinha 17 anos”	14
	Uso solitário	“Eu entrei logo com droga, comecei logo com droga”	
	Tipos de drogas	“Ôxi, eu usava era bebida alcoólica, era loló, era maconha, era cigarro, tiner e cola, era tudo”	

Desse modo, a análise de conteúdo pressupõe que toda mensagem é transmitida mediante um código e que este precisa ser decifrado, decodificado, para que se chegue a indicadores mais seguros, controlados metodologicamente, acerca do que o emissor quis transmitir, consciente ou inconscientemente. Bardin em seu manual teórico e prático sobre análise de conteúdo, traz um histórico do método bem como seus principais recursos aplicativos, definindo-o assim:

“um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens” (BARDIN, 1979: 42).

A unidade de categorização pode ser a palavra, a frase e mesmo o parágrafo. Optei pela consideração de unidade maior que a frase, às vezes constituindo parágrafos, sempre considerando a unidade de sentido enunciada, seja em trechos curtos ou longos.

Para a análise dos dados categorizados, considerei válidas as categorias que houvessem sido evocadas por pelo menos dois dos vinte sujeitos entrevistados (10%). Desse modo, categorias com apenas um evocador foram eliminadas, a bem da parcimônia e de uma análise que se pretende representativa de um grupo.

Afora a utilização predominante de dados qualitativos, utilizei-me, também para a caracterização dos sujeitos, de gráficos, cuja escolha serviu apenas como instrumento para uma visualização clara e rápida, dos sujeitos principais dessa pesquisa: os adolescentes.

CAPITULO 2

MARCO TEÓRICO

2.1 As categorias de criança e adolescente como construções históricas.

Segundo Phillipe Áries (1978), autor que resgata a história da infância a partir da Idade Média, o sentido que hoje aplicamos à infância - fragilidade e inocência - foi construído entre os séculos XIV e XX. Particularmente, o autor relata que é a partir do século XX, na Alemanha, com a composição de *Siegfried*, por Wagner, que a adolescência ganha um sentido diferente de infância, ou seja, o sentido que até hoje utilizamos: ser adolescente significa não ser mais dependente, ter a infância para trás e a maturidade pela frente (cf. Áries, 1978: 46-47). Podemos considerar que cada idade foi privilegiada de acordo com a época. Assim, vemos que o século XVII privilegiou a juventude; o século XIX, a infância e o século XX, a adolescência. Porém, o século da adolescência é também o período em que se configura a construção de um processo de adultização precoce. Desse modo, os jovens são empurrados a assumirem papéis sociais e, conseqüentemente, comportamentos que os tornam cada vez mais cedo responsáveis por si mesmos:

“nos estratos menos favorecidos de nossa sociedade o processo adolescente, como tal, é desencadeado mais cedo e é, em muitos sentidos, abreviado, sendo a passagem da infância ao mundo adulto bastante rápida”. E dessa forma: “podemos observar, com alguma facilidade, uma pseudo-maturidade que se estabelece, incluindo neste aspecto padrões verbais aparentemente mais desenvolvidos e uma conduta também em aparência mais adulta. Na verdade nos encontramos diante de mecanismos defensivos, muitas vezes de sobrevivência do corpo e da mente” (FIGUEIREDO, 1998: 77).

No Brasil, outros autores também realizam a discussão acerca da construção das identidades da criança e do adolescente. Dentre eles, SCHUELER (1999), que discute o processo de urbanização das cidades e a necessidade de ‘educar’ (instruir e moralizar) as

crianças para a vida social, tirando-as das ruas e construindo lugares específicos para abrigá-las, como orfanatos e escolas; MOURA (1999), que descortina toda uma estratégia de controle da criança e do adolescente, no sentido de torná-los úteis ao trabalho e prevenir a delinqüência que a rua proporciona; WADSWORTH (1999), que realiza um resgate sobre o médico higienista e pediatra Moncorvo Filho, uma figura pioneira na construção dos direitos da infância e da mulher (mãe).

O que todos esses autores discutem é o surgimento, em momentos diferentes, das categorias sociais de criança e de adolescente enquanto sujeitos merecedores de proteção por parte do Estado, revelando, principalmente, a crença na incapacidade dos pais de educarem seus filhos. Portanto, compete ao Estado intervir, zelando pelo futuro da sociedade, fato que pode ser considerado uma das marcas da cultura moderna, assim como a crença no progresso, a necessidade de higienizar, iluminar e disciplinar os cidadãos.

2.2 Situação de risco, a infração e suas conseqüências

A situação de risco⁶, isto é, o grau de possibilidade que um indivíduo ou um grupo de indivíduos apresenta de sofrer uma perda futura, que pode comprometer o seu funcionamento bio-psicossocial, levou-me a um questionamento sobre a situação de grande parcela de adolescentes brasileiros que incorrem em práticas infracionais⁷. Com o objetivo de compreender melhor essa condição discuto, de um modo geral, a trajetória de construção de

⁶ De acordo com o ECA, no art. 4º, é dever da família, do Estado e da sociedade em geral zelar pela completa efetivação dos direitos de que trata o Estatuto, visando atender aos direitos fundamentais de toda criança e adolescente que são: vida, saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e à convivência familiar e comunitária. Assim, o art. 5º ainda explicita que para prevenção da situação de risco é necessário compreender que: “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.” Além do ECA, outros autores discutem sobre a situação de risco, ver: Costa (1990); Bulhões (2001); Faleiros (2001); Diniz (1994); Constantino (2000) e Melcop (2002).

⁷ Segundo Pesquisa realizada pela Secretária de Estado e Direitos Humanos do Ministério da Justiça (2002) o número de adolescentes privados de liberdade no país é de cerca de 10 mil.

comportamentos que levam o sujeito a essas práticas a qual compreende, os passos abaixo descritos:

Na infância, a pobreza é um fato que poderá trazer conseqüências ao processo de socialização do sujeito devido à má alimentação, às condições de habitação, à inexistência de lazer e, principalmente, devido à dificuldade de ser “enquadrado” na escola formal, visto que esta dificilmente está preparada para atender às necessidades específicas da criança pobre.

Desse modo:

“entre o trabalho e as escolas que acabam por expulsá-las, após anos de repetidos fracassos, as crianças não contam com muitas alternativas para ter acesso aos rudimentos da educação formal e menos ainda a expressões culturais não banalizadas pela mídia. Ficam, desse modo, excluídas desde cedo de um dos direitos da cidadania que é a educação” (MELLO, 1999: 131).

Nessa condição, o “menino”, por “não se adaptar à escola”, quase sempre por ter necessidades urgentes de contribuir para a melhoria da renda familiar, passa a não frequentá-la mais. Seu espaço passa a ser, a partir daí, o da rua, na qual ele pede, engraxa, brinca e onde lhe atribuem a denominação de “menino de rua”, ou seja, aquele que para a sociedade não merece confiança, pois representa para ela uma ameaça em potencial. Na rua, além de “ser uma ameaça”, o menino também passa a ser visto por alguns grupos como merecedor de proteção, visto que, estando em situação de risco poderá, portanto, também ser vítima de violência ou exploração sexual, do trabalho infantil, do tráfico ou do consumo de drogas e estar com sua integridade biopsicossocial em risco. Conforme Mello:

“a experiência da cidade e da violência é uma experiência partilhada por todos, embora vivida sob condições de extrema diferença. Os contrastes aparecem no tecido urbano de modo muito explícito. Não há só o crescimento e a dispersão dos bairros populares da periferia, mas áreas do centro da cidade que se transformam em guetos urbanos onde vivem os mais pobres” (MELLO, 1999: 131).

A vivência na rua, além de oferecer possibilidades ao sujeito menor de “construir” a sua vida, por vezes, leva-o até grupos já formados por indivíduos maiores ou menores de idade

que já estão cometendo atos infracionais, tais como roubo, batidas de carteiras e transporte de drogas, sendo já denominados “trombadinhas”. São os adolescentes que cometem atos infracionais os que, parte da sociedade, inadvertidamente, ainda denomina “menor infrator” e sobre os quais recai uma série de práticas repressoras. Assim, um exemplo de vida infracional pode ser representado a partir da seqüência seguinte: ser apanhado pelos “homí”⁸ ser fichado, (sendo então, daí para frente, reconhecidamente um infrator) e, volta a ser pego várias vezes e, tendo a justiça concluído que suas reincidências⁹ já são rotina, ser-lhe aplicada a medida de internação.

Submetido à internação, não está preso, diz o ECA, mas está “privado de liberdade”. O adolescente terá, então, a oportunidade de ser reeducado, de ter ao seu dispor profissionais, instituição, alimentação, escola, lazer e um “bom tempo” para refletir sobre sua vida e planejar o seu futuro, ou seja, seu regresso à sociedade. A sociedade exime-se de suas responsabilidades e de suas falhas no processo de socialização do adolescente e o receberá como a um doente que, após longa convalescência, retornará ao seu lar, já ressocializado.

2.3 Como se constroem as identidades da criança e do adolescente?

Pode-se considerar que algumas “identidades” são atribuídas ao sujeito adolescente em situação de risco e que essas podem promover o processo de construção de uma “carreira desviante”. Goffman considera a construção de uma carreira a partir dos seguintes fatores:

“as pessoas que têm um estigma particular tendem a ter experiências semelhantes de aprendizagem relativa à sua condição e a sofrer mudanças semelhantes na concepção do eu – uma ‘carreira moral’ semelhante, que não é só causa como efeito do compromisso com uma seqüência semelhante de ajustamentos pessoais” (GOFFMAN, 1982: 41).

⁸ É assim que os meninos denominam os policiais.

⁹ As reincidências relativas às suas entradas em delegacias, ou seja, antes da justiça aplicar-lhe a medida de internação que deve ser cumprida em um estabelecimento educacional.

O conceito de “carreira desviante” é o resultado de uma fusão que operei a partir dos conceitos de “carreira moral” (cf. Goffman, 1982: 41), “carreira” (cf. Becker, 1977: 75-78) e a condição de “desviante” proposta por Velho (1985: 27). Desse modo, reuni as perspectivas de Becker e Goffman quanto à construção e os passos que levam um indivíduo a trilhar uma “carreira”, e Velho respaldou que a “carreira” de que trato é construída por um sujeito “desviante”.

A carreira do adolescente infrator segue, geralmente, o que mostra o quadro a seguir:

Identidades

Caracterização de situações de risco

“menino”	Ocorre na primeira infância problemas com a pobreza
“menino de rua”	Em situação de risco (prostituição, drogas, mendicância, analfabetismo e, acima de tudo, possibilidade de cometer infração). É comum na segunda infância.
“menor infrator”	É adolescente e pratica atos infracionais.
“interno”	Submetido à medida sócio-educativa de internação (na adolescência).
“ressocializado”	Pressupõe-se que, ao sair do estabelecimento educacional, o adolescente estará “pronto” para “voltar ao convívio com a sociedade”, pois foi curado da doença que a ameaçava

Como vimos na discussão precedente, há uma trajetória na vida dos indivíduos que recebem o “estigma”¹⁰ de infratores, a qual vai se consolidando a partir de atribuições identitárias que dizem respeito ao enquadramento daqueles a partir da categoria a que pertencem (criança, adolescente e adulto) e dos atributos sociopsicoculturais que carregam (cf. Goffman, 1982: 12). Desse modo, fica claro que, primeiramente, os sujeitos serão vítimas de “estereotipação”¹¹. Considerando que a estereotipação surge a partir de avaliações

¹⁰ “Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo até, de uma espécie menos desejável – num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca”. (GOFFMAN, 1982: 12).

generalizantes, Levisky sugere que muitos dos estereótipos que são lançados aos adolescentes têm a ver com o estilo de vida daqueles, ou seja, o adolescente quer ser autônomo, diferente e assim:

“durante a adolescência os jovens buscam novos modelos para a formação de sua identidade adulta; período altamente vulnerável e suscetível às influências ambientais, construtivas e destrutivas. Muitos jovens liberam sua impulsividade e se envolvem diariamente em acidentes: abuso de drogas” (LEVISKY, 1998: 30).

E, finalmente, marca-se o sujeito pelo estigma que significará que estar na rua implica que ele rompeu com alguns laços de pertencimento social tais como: família, escola, religião... E isso o torna um diferente, uma ameaça, pois que é um destoante da média de comportamentos esperados por tal sociedade.

A infração, que pode ser entendida também como uma estratégia de sobrevivência do adolescente, não tão somente deve ser considerada como um comportamento que fere os padrões vigentes, mas:

“é preciso que haja uma sociedade que queira ouvir estes apelos e promover recursos para a reintegração interna e social dos indivíduos. Existem alguns, infelizmente, irrecuperáveis que necessitam ser retirados da sociedade. Outros necessitam responder por suas transgressões e muitos se cristalizam nos seus desvios por falta de oportunidades, e pelo desejo inconsciente que a sociedade tem, de que esses jovens problemáticos morram” (LEVISKY, 1998: 31).

2.4 Como surge a categoria de menor infrator?

Segundo Trindade (1999), no século XIX havia o critério do discernimento para avaliar as condutas de menores que cometessem atos infracionais e se o juiz entendesse que o menor

¹¹ “A generalização de características ou de motivos para um grupo de pessoas chama-se ‘estereotipar’” (ARONSON, 1979: 24). Dessa forma, por estereótipo entendo atribuições generalizantes que são lançadas aos indivíduos, desconsiderando as suas especificidades. Assim, por exemplo, é um estereótipo achar que todo menino que passa por abrigos é ou se tornará um infrator, quando nem sempre isso ocorre, já que muitas vezes, o fato de ir ao abrigo é suficiente para que o menino mude seu comportamento e não caia na infração.

tinha capacidade de compreender o seu ato, ele seria punido tal qual um maior de idade, sendo, inclusive, preso juntamente com adultos. Ainda no século XIX, surge a teoria humanitária ou correcional (inspirada no modelo francês de prisão correcional), que previa prisão específica para menores. Aliás, as prisões (na França e no Brasil) foram muitas vezes utilizadas pelos pais como forma de entregarem nas mãos do Estado seus filhos com problemas de conduta, tais como: desobediência doméstica, pequenos furtos ou roubos, dentre outros. Dessa forma, as famílias pareciam estar assimilando, de fato, a idéia do Estado interventor e protetor, que disciplinava ou castigava os inadaptáveis, especialmente neste sentido, os menores pobres que, ao contrário, deveriam estar freqüentando escolas (cursos profissionalizantes) que os permitissem entrar no mercado de trabalho.

Na discussão precedente, utilizei o termo “menor”. Segundo Moura (1999) é a partir da década de 1920 que no Brasil o termo “menor” será aplicado para determinar marginalidade e abandono. Daí em diante, “menor” seria utilizado para designar a criança e o adolescente, especialmente os pobres, que se encontrassem em situação de abandono, de infração ou mesmo aqueles que não freqüentassem escolas e que estivessem fora do mercado de trabalho, ou seja, em situação de risco.

Com a implementação do Código de Menores, em 1927, consolida-se a idéia da categoria de “menor infrator”. O Código previa a intervenção direta do Estado sobre as famílias, na qualidade de protetor e de responsável pelo trabalho assistencial. No entanto, segundo Queiroz (1987: 32), é, efetivamente, a partir de 1930, com os problemas advindos do processo de industrialização, que o Estado passa, de fato, a intervir com programas assistenciais destinados aos menores. Em 1941 é criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), a quem competia atender carentes e infratores em instituições corretivas, cujos atendimentos tinham por base uma assistência psicopedagógica (cf. CEAD, 2000:186). Contudo, os objetivos do SAM não se concretizaram, tendo em vista os escassos recursos

Todas as instituições e projetos vistos acima foram executados pelo Estado. É certo que em alguns momentos a sociedade fomentou discussões como as que deram origem ao Código de 27 ou ao SAM. Entretanto, a implementação ficava a cargo do Estado.

Conforme Gohn (1997: 26-27), a partir da década de 1980, com a abertura política afloraram os movimentos populares e políticos em quase todo o país, entre os quais, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR. Com eles, fomenta-se uma estruturação de direitos e deveres diferentes daquela até então imposta. A sociedade passa, efetivamente, a cobrar do Estado não só a implementação de políticas públicas de atendimento às necessidades da criança e do adolescente, dentre outros sujeitos sociais merecedores de assistência, mas a sua própria participação na elaboração e acompanhamento da implementação dessas políticas.

A própria noção dos termos criança e adolescente¹², aplicáveis a todos os sujeitos menores de idade em detrimento do termo menor, foi uma conquista de grupos e de movimentos sociais que lutaram, e ainda lutam, pela igualdade de oportunidade e tratamento para todos os sujeitos menores. Assim, com os termos criança e adolescente nasce também o ideário de que os sujeitos menores, independentemente da classe social em que se encontram inseridos, da sua cor, da estrutura familiar, são pessoas em desenvolvimento e que compete à família, ao Estado e à sociedade, de modo geral, protegê-las e oferecer-lhes um ambiente que lhes proporcione um desenvolvimento completo e saudável. Essa ideologia que perpassa todo o ECA, deveria também nortear todas as instituições sociais que lidam com sujeitos menores de idade.

Considerando toda a trajetória antes descrita, encontro-me frente ao problema concreto da internação, hoje vivenciado, e da possibilidade de mudanças institucionais que por sua vez,

¹²“O Estatuto da Criança e do Adolescente, consolidando o espírito da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, configura as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, considerada sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, rechaçando as formulações de ‘incapacidade social’ que na prática lhes nega o direitos fundamentais, ou o conceito de ‘situação irregular’ que fomenta a exclusão e a separação da categoria dos ‘menores’ ” (MELLO, 1999: 130).

acredita a sociedade em geral, favorecem mais eficazmente o processo de transformação dos adolescentes internos.

É apostando na transformação das identidades deterioradas¹³, marcadas pelo estigma da infração, que a sociedade outorga ao Estado o direito de segregar os sujeitos infratores. A partir do momento da internação, o adolescente sente que seu estigma, de fato, se consolida e que, a partir daí, ele estará entre iguais e receberá um tratamento que, por mais humanizado que seja, estará constante e primordialmente voltado para a sua transformação, atestando, portanto, a negatividade de sua identidade.

2.5 O normal “versus” o anormal

Um fato interessante sobre a constituição do conceito de infração é a consolidação dos conceitos de normalidade e anormalidade, postulados sociologicamente por Durkheim, através da oposição entre o “normal” e o “patológico”. Particularmente, nas Regras do Método Sociológico (Durkheim, 1978: 110), o autor expõe na segunda regra, relativa à distinção entre o normal e o patológico, todo um arcabouço metodológico de como se distinguir entre o estado de saúde e o de doença social, entendendo-se que: saúde implica “perfeita adaptação do organismo ao meio”, enquanto doença implica “tudo aquilo que atrapalha esta adaptação”, ou seja, todos os comportamentos que fogem às regras morais impostas. Entendo, a partir desta distinção, que a sociedade industrial, traz no seu bojo toda uma estratégia de adaptação do homem às suas demandas. Portanto, a constituição de categorias como normal, anormal, cidadão, infrator, trabalhador, vagabundo, está diretamente ligada a um novo olhar sobre a sociedade, ou seja, à necessidade de enquadrar as pessoas à vida social, particularmente à vida urbana.

¹³ “Assim, deixamos de considerá-la criatura comum e total, reduzindo-a a uma pessoa estragada e diminuída” (GOFFMAN, 1982: 12).

Gilberto Velho (1985), é outro teórico que, muito apropriadamente, discute a diferenciação entre o normal e o patológico. Dessa forma, suas colocações foram importantes para o entendimento dos sujeitos deste trabalho. Esse autor destaca que o desviante é aquele indivíduo que, vivendo em sociedade, apresenta em algumas situações comportamentos que destoam das regras sociais impostas. A caracterização da distorção de sua ação é-lhe atribuída por terceiros e isto implica que o desvio necessita da normalidade, que por sua vez é quem impõe certas regras e condena outras. De acordo com este autor:

“o ‘desviante’, é um indivíduo que não está fora de sua cultura mas que faz uma ‘leitura’ divergente. Ele poderá estar sozinho (um desviante secreto?) ou fazer parte de uma minoria organizada. Ele nem sempre será desviante. Existem áreas de comportamento em que agirá como qualquer cidadão ‘normal’. Mas em outras divergirá, com seu comportamento, dos valores dominantes” (VELHO, 1985: 27).

Assim, entendo que a qualidade de desviante é antes de tudo, uma atribuição, assim como o é também o estigma, sendo que o estigma apresenta um caráter de marca, enquanto o desvio está circunscrito às situações específicas de ação e, desse modo, o desviante pode ser um infrator cometendo um latrocínio e ser, por outro lado, um filho dedicado, um pai amoroso e um esposo fiel, qualidades essas que são valorizadas socialmente. Desse modo, conclui-se que o desviante destoa em alguns comportamentos e é ‘normal’ em outros.

Dessa forma, a construção da carreira na infração (Becker, 1977), pelo adolescente que infringe a lei (que é um desviante, posto que está fora da média de certos padrões de comportamento socialmente vigentes), levou-me a pensar na questão infrator *versus* sociedade como uma possibilidade interessante de entender se ocorre, realmente, a transformação da sua identidade e como isso se dá a partir do momento em que ele sofre a medida sócio-educativa de internação em estabelecimento educacional, seguindo então uma das alternativas seguintes: ou se adequa às regras impostas (se deixa reeducar) ou enfrenta o corpo técnico e as regras que esse representa, pois subentende-se que, ao adentrar no estabelecimento educacional, o adolescente tem plena consciência de que é por todos tido como um “desacreditado”

(Goffman, 1982: 14), significando que tem um estigma evidente, ou seja, tem seu processo e a medida que deve cumprir, diferentemente das suas passagens anteriores em abrigos provisórios¹⁴. Por exemplo, quando ele ainda era visto apenas como um “desacreditável” (cf. Goffman, 1982: 51), estava tão somente em situação de risco, sua estadia ali não lhe imputava um estigma - talvez um estereótipo quanto à sua condição social e cultural - não era um infrator *strito sensu*.

Na discussão sobre a oposição entre o desacreditável e o desacreditado, ou entre o menino que está em abrigos e aquele que depois de reincidir na infração sofre medida de internação, há o conflito entre duas identidades: uma que é estereotipada, e outra que consolida um estigma: o de ser um infrator, a partir do momento em que entra no estabelecimento educacional. Nos dois processos de formação identitária, nos casos do desacreditável e do desacreditado, forma-se a idéia de um tempo, enquanto trajetória de vida ou carreira, a qual é responsável pela categoria e atributos que o indivíduo carrega e que serão denunciadores de suas condições sociais sendo, portanto, a partir deles que o indivíduo consolidará sua identidade.

Para Goffman (1982), a carreira é moral e implica um aprendizado compartilhado entre iguais que demanda certos passos na introjeção do estigma e nas conseqüências que o mesmo acarreta. Ao discutir os processos de reclusão em manicômios, prisões e conventos (Goffman 1974), o autor destaca que o tempo para a consolidação da carreira pode ser dividido em três períodos, a saber: a) período anterior à internação; b) período de internamento; c) período posterior ao internamento. A cada um desses períodos correspondem fases específicas na introjeção do estigma: a primeira fase diz respeito ao fato da pessoa ser levada forçosamente à instituição, sendo esta a primeira forma de desintegração do eu (Goffman, 1974: 115), pois que atesta a incapacidade do indivíduo internado de viver socialmente; a segunda fase implica

¹⁴ Abrigos Provisórios foram instituições criadas a partir do ECA e que servem como Casas de Passagens para adolescentes que estão em situação de risco ou que aguardam julgamento judicial. Portanto, todo adolescente interno teve a princípio passagem por um ou mais abrigos.

no isolamento e na vida entre iguais, também estigmatizados, e com isto o indivíduo tende a buscar amenizar sua responsabilidade em estar ali, dividindo sua vida entre o passado, em que infringiu uma regra, o presente, em que está internado e o futuro, quando retornará à sociedade recuperado (Goffman, 1974: 129). Por fim, na terceira fase, após aceitar sua condição de interno, o sujeito aceita a versão da transformação, ou seja, busca “representar o papel de arrependido”, quer o perdão, quer privilégios e, para tanto, se esforça para se manter num papel positivo frente à direção da instituição que o segrega (Goffman, 1974: 139).

Para Becker (1977), que também discute o conceito de carreira, há certos passos ou freqüência de ações que, se seguidos, podem levar o indivíduo a ser tido como um desviante. Tais passos são: 1) na infância não ter assimilado as regras que regem o pacto social; por exemplo, freqüentar escolas, ser obediente etc. (Becker, 1977: 75); 2), o desvio ocasional ser transformado em uma atitude constante (Becker, 1977: 77); 3), a apreensão pública e a rotulação ao ser “fichado” como infrator (Becker, 1977: 78); 4), evidencia a distinção entre *status* principal e *status* subordinado, o que implica que o status principal, no caso do adolescente que infringiu a lei, constituir-se-á na idéia de que ele é desacreditado, em detrimento de qualquer outro status subordinado que possua; 5) o último passo na carreira desviante é o engajamento num grupo organizado de desviantes (Becker, 1977: 83). Daí ele pode racionalizar sua posição e ser desviante sem correr tantos riscos, (Becker, 1977: 84), ou seja, ‘pegar a manha do negócio’, conforme nos disse um adolescente, ou como disse Goffman (1982: 84), o desviante aprende a manipular a sua identidade deteriorada.

Isso posto, esclareço que as perspectivas de Becker e de Goffman, quanto à trajetória de constituição e consolidação da carreira de desviante, são complementares, visto que Becker trata da carreira especificando os passos vividos antes da internação e as conseqüências para a consolidação da identidade do desviante que se dão quando o mesmo é apanhado e “fichado”, enquanto Goffman trata do processo de formação da identidade deteriorada antes, durante e

depois do processo de internação. Desse modo, o conceito de carreira desviante foi tomado neste trabalho como norte para a reconstituição da trajetória dos adolescentes internos no Lar do Garoto. Com isto, busquei analisar se os passos descritos por Becker (1977), e a constituição grupal que Goffman (1982), propõe foram de fato vivenciados pelos internos. Assim, como em Goffman (1974 e 1996), analisei o processo de internação e as possibilidades de representação de papéis uma vez que, ao ser levado à apreciação do Estado - no caso extremo ser submetido à medida de internamento em estabelecimento educacional- pressupõe-se que o adolescente tem sua vida transformada e que, lá dentro, tem que descobrir formas de ação que possam garantir seu bem-estar entre as interações que mantém com outros internos e com o corpo técnico da instituição, visto que sua condição de desviante e o estigma que carrega, o de ser um infrator e interno, serão sempre demarcadores nas interações que ele desenvolver lá dentro, como esclarece Goldwasser:

“a classificação de grupos desviantes pode também ser considerada como expressão particular de um processo de estigmatização: ter-se-ia, de um lado, grupos rotulados – ou estigmatizados- como ‘desviantes’ e, de outro, grupos admitidos como ‘normais’” (GOLDWASSER, 1985: 30).

A internação que delimita os papéis e cria diferenciações nas interações entre internos e o corpo técnico caracteriza também aquilo que Turner (1974) denomina como sendo um “processo de liminaridade” implica:

“um feixe de fenômenos sociais que não combinam bem! No entanto, todos têm a seguinte característica comum: são pessoas ou princípios que (1) se situam nos interstícios da estrutura social, (2) estão à margem dela, (3) ocupam os degraus mais baixos” (TURNER, 1974: 152-153).

Os adolescentes internos preenchem os critérios que definem a liminaridade e o processo de internação caracteriza-se como o momento de transição que implica a crença social de que a internação poderá, além da contenção dos infratores, ainda torná-los indivíduos diferentes positivamente, pois que ela favorecerá a transformação de seus comportamentos. Há, portanto,

no processo de internação certos rituais que devem produzir nos internos reflexão e a conseqüente mudança de pensamentos e atitudes. Assim, ouvi várias vezes o corpo técnico referir-se aos internos questionando-os por que ainda não haviam esquecido o mundo 'lá fora', pois eles deveriam esquecer quem foram e o que fizeram e pensar apenas no que gostariam de ser a partir dali. Além disso, há uma série de medidas que vão, gradativamente, tornando o interno um membro efetivo da casa, pois ao chegar, ele é um novato e fica na triagem, depois é admitido num dos quartos e daí em diante será, aos poucos, incorporado às oficinas e aos grupos de internos, fazendo amigos.. Por outro lado, o interno pode cada vez mais se afundar no processo de liminaridade, através de novos desvios que o tornarão liminar dentro de uma situação de liminaridade. Cito como exemplo o caso de meninos homossexuais, que são desprezados e ridicularizados por outros internos.

Considerando que os internos estão à margem da estrutura social e que há possibilidade de situações de confrontação entre eles e o corpo técnico e entre eles próprios, há ainda a possibilidade dos internos formarem grupos ou um grupão que terá a forma daquilo que Turner descreve como uma *communitas* como sendo um dos fenômenos que irrompem nas situações de liminaridade como expressão daquela "mistura de submissão e santidade, de homogeneidade e camaradagem" (Turner, 1974: 118). Ainda de acordo com o autor:

"a '*communitas*' irrompe nos interstícios da estrutura, na liminaridade; nas bordas da estrutura, na marginalidade; e por baixo da estrutura, na inferioridade. Em quase toda parte a '*communitas*' é considerada sagrada ou 'santificada', possivelmente porque transgride ou anula as normas que governam as relações estruturadas e institucionalizadas, sendo acompanhada por experiência de um período sem precedentes" (TURNER, 1974: 156).

A vida em uma *communitas* implica que o grupo que se encontra na liminaridade terá além da submissão a um outro grupo de controle- no caso dos internos ao corpo técnico- ainda a possibilidade da formação de regras próprias que serão utilizadas à margem das regras formais. Assim, configura-se a justaposição e alternância de "dois modelos" principais de correlacionamento humano:

“o primeiro é o da sociedade tomada como um sistema estruturado, diferenciado e freqüentemente hierárquico de posições político-jurídico-econômicas, com muitos tipos de avaliação, separando os homens de acordo com as noções de ‘mais’ ou de ‘menos’. O segundo, que surge de maneira evidente no período liminar, é o da sociedade como um ‘comitatus’ não-estruturado, ou rudimentarmente estruturado e relativamente indiferenciado, uma comunidade, ou mesmo comunhão, de indivíduos iguais que se submetem em conjunto à autoridade geral dos anciãos rituais” (TURNER, 1974: 119).

A *communitas* tem também a função de equilíbrio, pois que ela cerceia os excessos vividos na estrutura como, por exemplo, a vida em liberdade que implica infrações e ao mesmo tempo gera regras próprias, diminuindo a tensão da imposição, isto é, as regras dos internos que são forjadas às margens das regras do Lar do Garoto. É assim que a *communitas*, formada pelos internos do Lar do Garoto, proporciona a eles a possibilidade de estar vivendo a dialética da estrutura -vida em liberdade- e da anti-estrutura -vida na liminaridade- sofrendo as conseqüências da internação mas, criando uma alternativa de vida social ditada pelas regras oriundas de sua própria visão de mundo. Portanto, a vida numa *communitas* implica diretamente na ambigüidade das relações que transitam entre a horizontalidade, por exemplo as relações entre internos e a verticalidade, ou seja, as relações entre os internos e o corpo técnico. É claro que essa distinção no padrão das relações não é estática e assim por vezes as relações entre internos podem assumir formas verticalizadas, como também podem ocorrer relações horizontais entre o corpo técnico e os internos., mas de um modo geral, as relações na *communitas* tendem a ser horinzontais pelo fato mesmo dos seus membros estarem na mesma situação, são liminares.

2.6 A prisão vista como uma instituição total

Surgida entre os séculos XVIII e XIX, segundo Foucault (1982), a prisão, que tinha (e ainda tem) por princípio *a transformação do indivíduo*, assume o lugar da punição ou da vingança do Rei sobre aqueles que desrespeitaram o pacto social. No entanto, ao criar a prisão,

a sociedade também cria a delinquência, por essa instituição servir como divisor de águas entre o sujeito normal e o desviante, além do que, desde 1820 (cf. Foucault, 1982: 131), já se sabia que a prisão não transformava ninguém e que, de certo modo, ela até contribuía para o aumento da periculosidade do detento, pois fabricava novos crimes e afundava cada vez mais os internos na criminalidade.

Considerando a necessidade de adestrar o anormal, Foucault (1982), mostra que “o nascimento da disciplina”, ou seja, “das estratégias de controle” (organização do espaço, controle do tempo, vigilância discreta e registro contínuo de conhecimento por parte de supervisores) revela um exercício de um novo poder, de uma “tecnologia de poder no uso do corpo” –segregando o mesmo- e não mais uso sobre o corpo -os suplícios- como acontecia anteriormente. Com isso, solidifica-se a idéia de um contrato de convivência social, e quem o fere:

“rompeu o pacto, é portanto inimigo da sociedade inteira, mas participa da punição que se exerce sobre ele. O castigo penal é então uma função generalizada, coextensiva ao corpo social e a cada um de seus elementos” (FOUCAULT, 1993: 82-83).

Contudo, segundo Foucault (1982), a delinquência oferece conseqüências econômicas e políticas positivas. Ela cria, por exemplo, a necessidade de instituições e profissionais específicos, penais e pára-penais, tais como a polícia, os profissionais técnicos como o psicólogo, a assistente social, o psiquiatra, dentre outros. Estes estarão envolvidos no processo de recuperação do apenado, enfim, na “luta” da sociedade para adaptar os desviantes.

Foucault (1993), mostra que a prisão tem métodos próprios para o processo de transformação do preso, trabalhando na perspectiva de transformação do comportamento do indivíduo, de isolamento dos detentos segundo o grau de periculosidade; da progressão ou regressão da pena de acordo com o comportamento do detento; do trabalho penal como um instrumento fundamental na ressocialização; do direito do detento à educação dentro da prisão;

além da assistência extensiva ao detento por profissionais especializados, da sua saída da prisão até a sua completa readaptação social.

É interessante destacar ainda as críticas que Foucault realiza com relação ao trabalho penal, apontando-o como ineficaz, visto que, segundo ele, o tipo de profissionalização oferecida ao preso resulta numa difícil absorção pelo mercado de trabalho após sua saída da prisão e que o fundamental na pedagogia do trabalho penal não é ensinar uma profissão, mas o valor do trabalho.

Em *Vigiar e Punir* (Foucault,1993), o autor esclarece a necessidade da constituição da disciplina social a partir do mecanismo da vigilância constante que assume sua forma primeira no *Panopticom* e que, aos poucos, se transforma em uma rede social que permite a todos e a cada um vigiarem-se constantemente, e dessa vigilância constante, porém discreta, surgem também várias instâncias de penalidade e de profissionais punitivos.

Neste sentido, a prisão, é vista por Foucault (1982), como um instrumento inócuo no processo de recuperação do preso, devido a sua ineficiência. Por seu turno Goffman (1974), entende a prisão como uma instituição total. Desse modo, sendo o Lar do Garoto uma instituição total, o mesmo pode ser definido como:

“um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (GOFFMAN, 1974: 11).

O Lar do Garoto é uma instituição total, pois preenche todos os requisitos acima citados, mas é também uma instituição em que a disciplina e adestramento dos corpos e mentes são praticados, visando atender aos desviantes e buscando não só interromper sua carreira como também transformar sua identidade deteriorada. Discuto a aplicabilidade prática desses conceitos teóricos a partir do próximo capítulo quando começo a apresentar o dia-a-dia dos internos e do corpo técnico no Lar do Garoto.

CAPÍTULO 3

O CENÁRIO

3.1 Lar do Garoto: um breve histórico e caracterização

O Lar do Garoto está localizado em Lagoa Seca-PB, cidade distante 7 Km de Campina Grande. Essa instituição teve como fundador o padre Otávio Santos¹⁵, sendo inicialmente administrada pela Fundação do Bem-Estar do Menor Alice de Almeida (FEBEMA-A) de acordo com o que preconizava o Código de Menores. Posteriormente, a partir de 12 de outubro de 1993, sob pressão da própria necessidade de implementação das diretrizes do ECA, a Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente Alice de Almeida (FUNDAC), passou a gerenciá-lo, denominando-o Lar do Garoto Padre Otávio Santos em homenagem ao fundador.

Embora a capacidade do Lar do Garoto seja para 40 internos, durante o período em que estive realizando a pesquisa de campo, o número de internos variou entre 30 a 44. A maioria dos internos é proveniente do sertão, devido à inexistência de estabelecimentos educativos naquela região. Da Comarca de Campina Grande há poucos internos, pois a política do juiz da infância e juventude é primordialmente voltada para medidas alternativas. Os tipos de infração mais frequentes são furto, roubo, homicídio e latrocínio. No Lar do Garoto, segundo informações da diretoria e observações provenientes do trabalho feito em campo, há um índice pequeno de reincidência¹⁶.

¹⁵ Infelizmente, não há registros na instituição e nem os funcionários da FUNDAC sabem informar a data precisa da fundação do Lar pelo Pe. Otávio. Segundo informações dos funcionários mais antigos daquela instituição, estima-se que a mesma foi fundada há cerca de quatro décadas.

¹⁶ Num levantamento de dados, tomando-se por base os anos de 2000 a 2002, apenas duas reincidências estão registradas na instituição Lar do Garoto.

Várias atividades são desenvolvidas com os adolescentes internos. Ensina-se da alfabetização à quarta-série e há também um curso supletivo. Há oficinas de artes cênicas, de artes plásticas, uma oficina de tear e outra de serigrafia, além da prática de esportes.

Para que o leitor possa visualizar a estrutura física do Lar do Garoto desenhei o croqui que consta em anexos, entretanto, saliento que ele não está em escala, afinal, servirá apenas para que se possa acompanhar as fotos entendendo com mais clareza a localização de cada cômodo.

3.2 O limite entre dois mundos

Acesso ao Lar do Garoto. O que mais me chamou a atenção no Lar foram os enormes muros brancos que o circundam e explicitam o caráter segregacionista daquele lugar. Os muros são uma das partes do Lar que os internos representam mais negativamente. Para eles os muros além de serem demarcadores concretos entre a liberdade e a internação, ainda dividem simbolicamente o “mundo lá fora” do “mundo da cadeia” e sendo assim, o “mundo lá fora” é que real, lá tem vida, tem movimento, lá fora é dinâmico, ao contrário disso, durante a internação tudo é “embaçado”. Esse caráter embaçador que os muros simbolizam põe constantemente os internos na condição de ambigüidade em que, se por um lado a instituição apregoa o ideário da mudança, por outro os internos sentem saudades e querem voltar a realizar o que gostam, a ser verdadeiros em suas ações e isso gera um conflito ou um drama interno entre aquilo que devem ser e o que de fato desejam fazer. O interno sabe que não faz parte daquele mundo (a prisão) mas, também não está no seu mundo (a liberdade) é portanto, um indivíduo liminar.



Foto 1- Entrada do Lar

Voltando à descrição do Lar, à direita de quem entra, há um prédio desativado onde funcionava a semiliberdade¹⁷ e onde, agora, funciona o depósito que, além de ter muita sujeira, apresenta aspecto de abandono.

No muro que circunda o internato, há três guaritas, que jamais vi serem ocupadas por policiais, já que toda a vigilância é feita pelos monitores. Certa vez, questionei um dos policiais que ficam na entrada do Lar sobre o motivo de não haver policiais nas guaritas e ele disse-me que isto se devia ao fato do efetivo em Campina Grande ser pequeno, portanto o Comando da polícia prefere manter funcionando as guaritas dos presídios. Perguntei novamente ao policial se para o Comando os adolescentes ali internos não eram perigosos ou se os internos não corriam riscos de serem libertados ou mesmos agredidos por estranhos ao Lar, pois sabe-se que muitos deles estão jurados de morte. O policial desconcertou-se e retirou-se rapidamente. A dúvida fica no ar: que representação será que a polícia tem dos

¹⁷ A semiliberdade é uma das medidas sócio-educativas preconizadas pelo ECA no art. 120 e diz respeito ao acompanhamento que a instituição educacional deve fazer ao interno no seu processo de desinternação, que é um momento de transição, em que o interno fica entre a liberdade e a internação.

internos no Lar? Será que a credibilidade na instituição, ou seja, no seu poder de guardião e segregacionista é tão arraigada que dispensa outros aparatos pára-penais?

3.3 O setor burocrático

O espaço é grande e tranqüilo, visto que por ali circulam com certo espaçamento de tempo apenas os atores do corpo técnico. Do pátio (lado esquerdo de quem entra) avista-se o paredão e os portões do internato. Do lado direito, vê-se a cozinha e, à frente, a sede burocrática da instituição.



Foto 2- Setor burocrático

Na sede, ou “setor burocrático”, localizam-se as seguintes salas: a de recepção, com uma telefonista; as salas da diretoria e vice-diretoria; a sala da coordenação pedagógica; a sala de reuniões e a sala da secretária da diretoria. Os internos só transitam por esse espaço nos dias 15 e 30 de cada mês, período em que podem fazer ou receber chamadas telefônicas de seus familiares, ou quando estão ajudando o pessoal de serviços gerais na faxina do internato.

Portanto, para terem acesso a esse espaço eles precisam ser convocados e monitorados pelo corpo técnico. Este espaço demarca os ambientes circuláveis para os internos e, de certo modo, também para o próprio corpo técnico, pois nem todos podem entrar na sala da diretoria sem que sejam anunciados antes.

Desse modo, a restrição de circulação demonstra o controle ao acesso dos internos pela exigência de que haja previamente a convocação para que um interno possa estar aí. Na verdade, esse controle do espaço descortina a micro rede de poder (cf. Foucault, 1982: 219) que existe ali, pois é pela submissão aos monitores- o poder que vigia constantemente- que os internos devem em primeiro lugar se dirigir e assim sucessivamente eles vão se submetendo aos técnicos e entre esses haverá também escalonamento de acesso, mas isso será demonstrado ao longo desse trabalho. Goffman trata dessa questão ao afirmar que:

“uma das formas mais eficientes para perturbar a ‘economia’ de ação da pessoa é a obrigação de pedir permissão ou instrumentos para atividades secundárias que a pessoa pode executar sozinha, no mundo externo. Essa obrigação não apenas coloca o indivíduo no papel submisso, ‘não natural’, mas também permite que suas ações sofram interferências da equipe diretora. Em vez de ser atendido imediata e automaticamente, o internado pode sofrer caçoadas, receber uma negativa, ser longamente interrogado, ser ignorado” (GOFFMAN, 1974: 44).

3.4 Espaço de emancipação e controle

Nesse espaço que abriga as salas de aula, as oficinas, os setores dos técnicos que lidam com os internos, o quarto íntimo e o refeitório, acontece de modo mais notório o descortinamento da situação de liminaridade, pois ele localiza-se entre o setor burocrático, local interdito aos internos, e o internato, ou seja, o espaço destinado *stricto sensus* para os meninos. Neste sentido, este é o espaço de transição entre o mundo da liberdade, para além do setor burocrático, e do mundo da “cadeia” o internato. Ao mesmo tempo neste espaço também

há interdições de trânsito e a disciplina é aplicada de modo mais rígido. Saliento agora que este assunto será melhor abordado ao longo deste tópico.



Foto 3- Sala de aula

Esta é uma das três salas de aula do total existente na instituição. São grandes e localizam-se dentro do auditório. Nelas há birô, quadro negro, cadeiras e estantes com poucos livros, sendo todos didáticos, além de muitos cartazes que remetem à paz, ao amor e ao respeito, com frases do tipo: “fazer feliz ao próximo é a única maneira de sermos felizes,” “a paz quem faz é você”. Todos os cartazes são minuciosamente decorados com flores, pássaros, rostinhos sorridentes, etc. Tudo nesse ambiente quer inspirar a paz e a alegria e discretamente impõe uma reflexão à beleza, diferentemente da forma como muitas vezes ocorrem as relações entre as professoras e os internos.

A disposição das cadeiras sugere a atitude autoritária e disciplinar que predomina ali. A professora e o quadro negro ficam à frente e, no centro da sala, os internos enfileirados, o que os possibilita ficarem durante a aula trocando insultos, agressões, desenhando e conversando entre si. As aulas são sempre conturbadas e as professoras esforçam-se para darem conta num

só golpe de vista de todos os seus alunos que conforme a disposição das cadeiras encontram formas de agirem sem serem percebidos por elas. Desse modo, ao que parece, a situação da sala de aula descortina um drama vivido pelos internos, que têm que transitar- porque são indivíduos liminares- entre as convenções impostas pelo processo de internamento, nesse caso a necessidade de estudar e a visão de mundo que de fato os envolve, ou seja, os comportamentos e os pensamentos que os alimentam que têm muito mais a ver com a *communitas* que formam entre seus pares do que com os conteúdos que as professoras possam lhes passar. Daí que durante as aulas eles ficam tão dispersos e encontram formas tão diversas de relacionarem-se com os seus colegas. Há, ao que parece, uma atitude de negação ao disciplinamento que a instituição propõe e um fortalecimento dos laços da *communitas*, uma vez que seus membros pensam e agem de acordo com padrões de ações comuns a eles e estranhos ou proibidos às professoras.

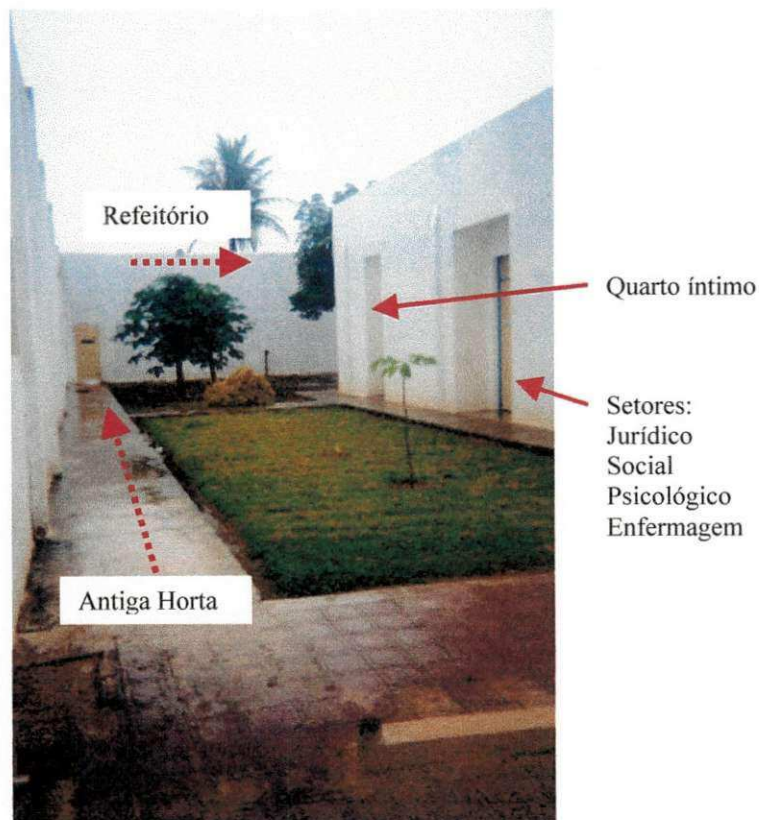


Foto 4- Acesso aos setores: jurídico, social e psicológico, além do quarto íntimo, do refeitório e da horta.

Os setores jurídico, psicológico, médico e social localizam-se na primeira porta à direita. Nesses setores funcionam o serviço social, a sala do advogado, a sala da psicóloga e a sala de enfermagem. A porta de entrada para esses setores é fechada por dentro e os internos só entram se forem convocados por um dos profissionais ou se comunicarem a um dos monitores que querem falar com algum dos técnicos, então o monitor vai até o técnico e o comunica da solicitação do interno e o técnico decide e avisa ao monitor quando poderá recebê-lo.

As salas que abrigam os setores psicológico, jurídico e social são pequenas, possuindo um mobiliário modesto, composto por apenas um birô, cadeiras e uma estante pequena. Na sala de enfermagem, além do mobiliário já mencionado, há uma balança e uma cama, onde ficam os meninos que precisam de acompanhamento especial. Durante a pesquisa, um deles utilizou esse leito improvisado.

A segunda porta à direita é o quarto de encontro íntimo, que não foi inaugurado. De outubro de 2001 a junho de 2002, período em que estive realizando a pesquisa de campo, os meninos esperaram ansiosos pela inauguração. Esse ambiente é pequeno e contém uma janela que dá para uma área-de-sol, possui também uma cama em alvenaria e um banheiro contíguo. Os internos, especialmente aqueles que têm esposas, cobram constantemente do corpo técnico da casa, do juiz da infância e da diretora geral da FUNDAC, quando os mesmos os visitam, a abertura do quarto. Vi meninos chorando ao lamentarem não poder ter relações com suas parceiras nos dias de visita (quarta-feira à tarde e domingo à tarde), pois muitos temem que suas companheiras tenham relações com outros pela ausência de sexo com eles. Mais uma vez aparece aqui uma situação de ambigüidade que a internação causa nos meninos, assim, eles alimentam preocupações quanto à vida que deixaram lá fora e quanto as suas companheiras. Há sempre o trânsito entre as regras, o cotidiano da instituição e a sua realidade lá fora, e esta não tem muito a ver com o que o processo de internação deseja para eles.

Já aqueles que não têm companheiras certas, mas têm namoradas, também reclamam e querem usar o quarto. Essa confusão, entre quem tem companheira certa e aqueles que só namoram, gera impasse à abertura do quarto, pois, segundo comentários em segredo feitos por membros do corpo técnico, o juiz da vara da infância e juventude teme que o Lar do Garoto transforme-se num “motel para adolescentes”. Só que ele esquece que, com ou sem quarto, os adolescentes fazem sexo, e que talvez fosse mais seguro que o fizessem com suas companheiras.

A direção da casa realizou um levantamento para ver quais, entre os internos, teriam companheira certa e a possibilidade de, a esses, ser concedido o benefício. Sendo possível, o interno e sua companheira seriam acompanhados pela psicóloga e seria feito um trabalho, pela enfermeira, de prevenção de gravidez e doenças sexualmente transmissíveis.

A porta que se vê à frente e à esquerda dá acesso aos fundos da instituição, local onde funcionou a horta.



Foto 5- O refeitório

Ele é grande, bem iluminado e arejado, também há nele pinturas de paisagens e de alimentos. Entre o refeitório e a cozinha, há grades de ferro e um balcão em que as cozinheiras depositam os alimentos e os monitores os apanham e repassam para os meninos. O pessoal da cozinha e os internos não mantêm nenhuma interação direta. Tudo é feito de modo que só os monitores se reportem aos meninos.

Há uma ritualística do silêncio no refeitório, de acordo com Turner (1974) o silêncio é uma forma de mostrar submissão à comunidade total e desse modo: “esta comunidade é a depositária da gama completa dos valores da cultura, normas, atitudes, sentimentos e relações. Seus representantes nos diversos tipos de ritos representam a autoridade genérica da tradição” (TURNER, 1974: 127).

O refeitório é o lugar do silêncio absoluto. Nele nem os monitores falam com os internos, nem os internos falam com os monitores, nem muito menos podem falar entre si. Todos comem de cabeça baixa, ninguém se olha, pois é regra da casa, visando ensinar boas maneiras à mesa, e é também dos internos, que não devem fitar o outro durante a refeição, pois de acordo com eles próprios nem todo mundo come com garfo e faca e portanto não se deve constranger o outro. Há nessa situação a ambigüidade de motivações que proibem o interno e os monitores de manterem qualquer tipo de interação. Dessa forma, primeiro há a proibição institucional e depois há também o acordo tácito da *communitas* que visa proteger aquele que não assimilou as regras de manuseio dos talheres. Mas o fundamental na coerção das interações durante as refeições parece ser a proibição institucional e conforme Goffman (1974) ao caracterizar a instituição total a apresenta como uma escola de boas maneiras sendo no entanto:

“pouco refinada. Em primeiro lugar, tais regras são muitas vezes ligadas a uma obrigação de executar a atividade regulada em uníssono com outros grupos de internados. É isso que às vezes se denomina arregimentação. Em segundo lugar, essas regras difusas ocorrem num sistema de *escalonada*; qualquer pessoa da classe dirigente tem alguns direitos para impor disciplina a qualquer pessoa da classe de internados, o que aumenta nitidamente a possibilidade de sanção” (GOFFMAN, 1974: 45).

Funcionam, ainda no espaço em questão, as oficinas. Durante a pesquisa, foram realizadas quatro oficinas: tear, artes plásticas (pintura em telhas), teatro e música. A sala da oficina de tear é suja¹⁸, no teto há muitos ninhos de pássaros, teias de aranhas e no piso há muita poeira, além de restos de ninhos, penas e fezes de pássaros. Essa oficina funciona numa sala ampla; o maquinário preenche muito espaço e é bastante obsoleto. Um dos internos disse-me certa vez ironizando o maquinário: “esses tear são do tempo que candeeiro dava choque”. (Roberto, 20 anos). É claro que todos rimos, inclusive o oficineiro. Há nessa sala várias janelas e um banheiro contíguo, que funciona como depósito para o material que é utilizado na oficina, como linhas, tesouras, etc.

A oficina de pintura em telha funciona num quarto contíguo do palco do auditório. Ela é relativamente pequena escura e abafada, possui estantes em alvenaria onde ficam as telhas, as tintas, pincéis e os moldes, cujos formatos representam bonequinhos *bad boy* (moldes esses questionáveis para uma instituição que se propõe a transformar via disciplinamento o outro, visto que o *bad boy* é símbolo da rebeldia do jovem), pássaros e paisagens (nesses já percebe-se o apelo à busca da estética, da meditação).

Quanto às oficinas de arte cênica e de música, elas funcionam numa das salas de aula e muitos internos dela participam. São uma festa para eles os ensaios e as apresentações. Durante o tempo em que estive em campo os vi apresentarem-se por duas vezes na instituição, no dia das mães e no dia da confraternização do São João.

3.5 O espaço da *communitas*

Esse é o que poderíamos denominar de o *habitat natural* dos adolescentes no Lar, embora a locomoção dos internos fique sob o arbítrio dos monitores, que muito obviamente

¹⁸ Não fotografei nenhuma das salas onde ocorrem as oficinas, visto não ter tido autorização para fazê-lo.

os vigiam aonde quer que vão. Assim, se num certo plantão houver apenas dois monitores, os internos devem manter-se nas proximidades do auditório, ou seja, na quadra, sendo-lhes proibido circularem pelo campo de futebol que se localiza a alguns metros do auditório.



Foto 6- Pátio principal do setor de internato.

Saindo do espaço de emancipação e controle, chega-se ao corredor principal do internato e a partir daqui veremos os espaços mais ocupados pelos internos. Espaços de lazer e de castigos.

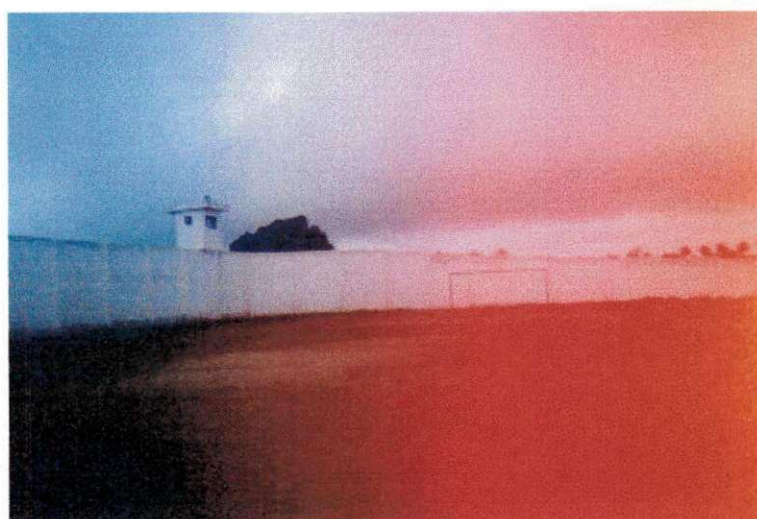


Foto 7 - Este é o campo de futebol

O espaço mais utilizado pelos internos, onde começam e, por vezes, terminam as amizades, sendo comuns, durante os jogos, as brigas entre quem joga e aqueles que gostariam de estar jogando. Esse é o que poderíamos chamar de “local livre” (Goffman, 1974: 197), pois durante os jogos eles gritam, dançam e, ao fazerem gols, xingam-se mutuamente, isto é, podem de certo modo ser livres.

Há ainda a quadra, que os internos utilizam também como campo de futebol. Desse modo, aqueles que não querem esperar serem convocados para o próximo jogo no campo de futebol, utilizam-na. Outra função dela é a de servir para enxugar os colchões daqueles que têm incontinência urinária noturna, assim como serve para secar as telhas que os internos pintam na oficina de artes plásticas. Portanto, é nesses espaços entre o campo de futebol e a quadra que os internos juntam-se para conversar. Geralmente eles sentam nas jardineiras e conversam ou jogam, à tarde toda, jogos como dama, dominó e quebra-cabeças. Os grupos são formados preferencialmente por aqueles que são amigos e que conversam em voz baixa. Normalmente, eles criticam a instituição e reclamam do modo descuidado com que são tratados pelo corpo técnico, principalmente, quanto à demora para os liberarem, então cada um lista suas qualidades e o esforço que tem feito para comportar-se conforme espera a instituição. Por outro lado, eles também criticam outros internos, com os quais tenham desafetos, e não é raro ouvi-los planejando dar surras naqueles durante o banho. Há grupos que preferem a companhia de um dos monitores, mas esses não são bem vistos pelos demais. É nesse espaço também que os novatos são abordados pelos veteranos e ambos observam-se antes de criarem laços de empatia.



Foto 8- Dormitórios

Defronte ao campo de futebol ficam os dormitórios. A primeira e segunda portas, do lado direito de quem observa a foto, são do auditório. A segunda porta, localizada no centro, e que é acompanhada por pergolados, é a entrada para a triagem e a ala de reflexão, além dos dormitórios das Alas A2 e B2 e da sala da monitoria.

Do lado esquerdo, vêem-se as portas de entrada para os dormitórios das Alas A1 e A2.

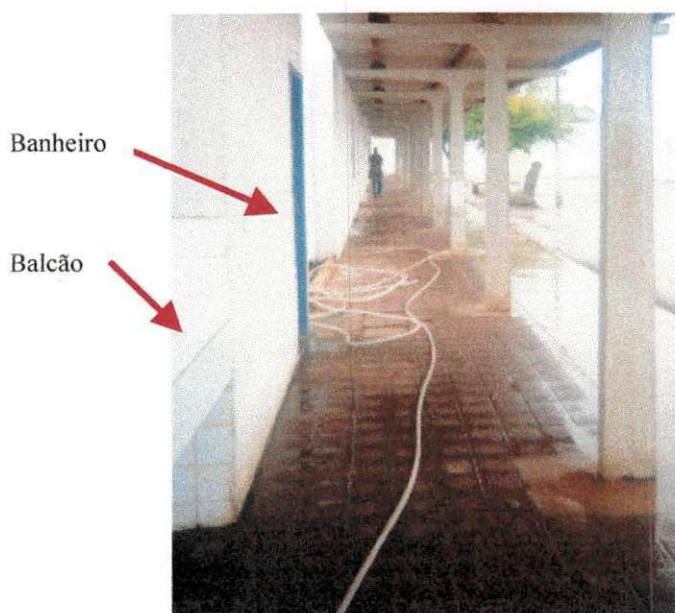


Foto 9- Corredor principal do setor do internato

Na foto anterior, vemos o corredor que dá acesso aos dormitórios e ao banheiro coletivo. O banheiro coletivo é enorme e extremamente mal-cheiroso e mal iluminado. Nele há um espaço destinado às latrinas, que têm azulejos brancos nas paredes e portas azuis, sendo que nos azulejos há marcas de sangue e fezes, o que torna o ambiente deprimente. O setor dos chuveiros é bastante escuro, as torneiras são de plástico e a maioria apresenta vazamentos, assim como as duchas. No chão, por ser mais baixo que o nível das latrinas, há alagamento, que deve chegar à altura do calcanhar dos internos. Há ainda nesse setor algumas prateleiras em alvenaria, que servem para que os meninos depositem suas roupas antes de irem ao banho.

O balcão é o limite de trânsito dos internos, de modo que, mesmo havendo no plantão mais de dois monitores os internos não devem ultrapassá-lo. Por trás dali há um enorme espaço em que cada vez que o mato ensaiava crescer os monitores convocavam alguns internos (com medo que o mato facilite as fugas) e esses, com muita alegria, põem-se a capinar (para terem em que ocupar seu tempo). As fugas normalmente são feitas através desse muro pois, segundo os internos, esse é o melhor lado de se escalar.

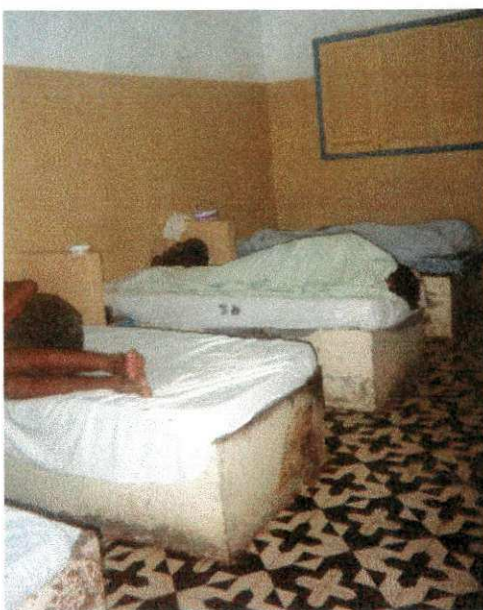


Foto 10- Dormitórios

Na foto anterior, dos dormitórios¹⁹, vêem-se as camas, ou melhor, de acordo com os internos, as *pedras*. É aqui que, segundo eles próprios, morrem à tarde durante o repouso e à noite que, para eles, é a pior hora do dia, pois é a hora de pensar, sofrer e chorar. Como se pode ver, as pedras são deprimentes, mal pintadas, com um colchão solto em cima e separadas por uma meia-parede. Abaixo de cada divisória da pedra, há um balcão em alvenaria que os meninos utilizam como criado-mudo e, realmente, quanta coisa esse criado vê e ouve ali...

Todos os quartos são amplos e precedidos por um terraço com um armário de ferro com oito portas onde cada interno guarda seus pertences. Ainda nesse terraço há, no alto da parede, de frente para as portas dos dormitórios, uma televisão. Em cada terraço há uma grade e em cada quarto há a porta e uma grade com ferrolhos; as janelas são fechadas por fora e também têm grades. Ao todo são 04 alas: as ALAS A1 e A2, que possuem dois dormitórios com capacidade de acomodar em cada um deles quatro pessoas, a ALA B1, que acomoda em seus dormitórios oito pessoas e a ALA B2, onde são acomodadas, em um dormitório, quatro pessoas e no outro apenas três.

O teto dos dormitórios é coberto com telha Brasilit e com pergolado. Cada dormitório é composto por dois quartos isolados e em cada quarto ficam quatro ou três adolescentes. Além das camas em alvenaria, há contíguo a elas um pequeno espaço que serve de armário, onde eles depositam seus materiais de higiene íntima e um quadrado com vaso sanitário. Há ainda tambores e baldes com água que os adolescentes utilizam quando são trancados nos quartos. Não há armários nos quartos pois, segundo a direção, isso evita brigas por conta de roubos entre eles. Geralmente, os quartos são limpos e bem organizados. Em alguns deles, os meninos forram, além dos lençóis da instituição, colchas que seus familiares trazem ou colchas que fabricam na oficina de tear.

¹⁹ Esta é a única foto em que os adolescentes aparecem, isto é devido à proibição de utilizar suas imagens. Entretanto, chovia no dia em que fotografei os dormitórios e permitiram-me fotografar sem que os rostos dos internos aparecessem.



Foto 11- Triagem.

A triagem é o local que abriga o novato por quatro dias e por tempo indeterminado aqueles que cometem uma falta média, ou seja, é também um espaço de castigos. Constituída por 09 quartos sendo que em cada um há uma cama e uma abertura retangular, na parede, de mais ou menos meio metro de largura e uns 15 cm de altura, a qual fica localizada a uma distância de mais ou menos 3 metros de altura em relação à cama. Cada quarto é fechado apenas com uma grade, portanto, os internos ficam se vendo; não há armários nos quartos, nem mesmo aquele pequeno quadrado em alvenaria que existe nos dormitórios. Só há um banheiro coletivo, de modo que, quando são trancados, os internos precisam recorrer aos monitores se, porventura, precisarem usá-lo.

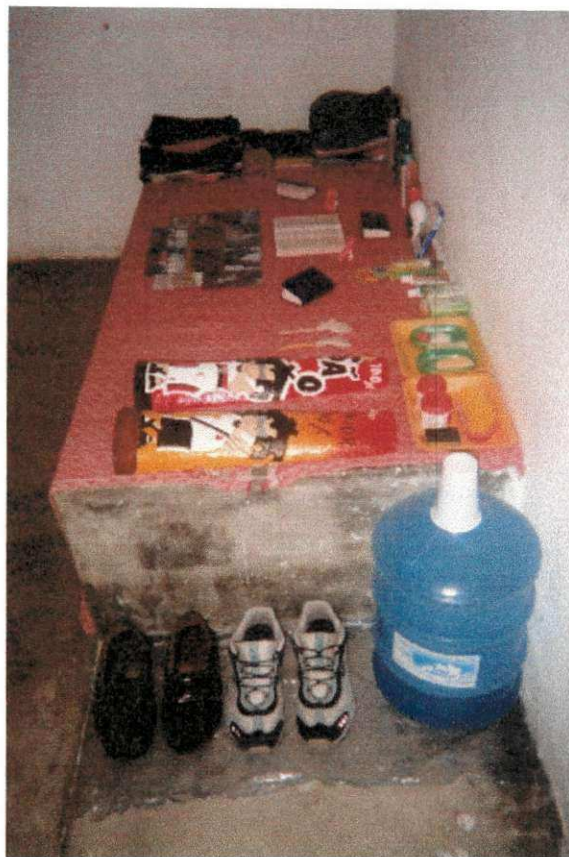


Foto 12- Esse é um dos quartos da triagem.

As “pedras” aqui são utilizadas como cômodas e os colchões são colocados no chão. É mesmo impressionante ver tamanha ordem na arrumação dos objetos. Apontando para a grade, portanto, para a saída, temos os sapatos que estão em cima de um plástico. Será que é para que não se contaminem com o chão da instituição? Outro detalhe é a água mineral que também está em cima do plástico. Em seguida podem ser vistas as telhas com gravuras dos dois *bad boys*.

A organização dos materiais de higiene íntima é um quadro à parte: primeiro vem a escova de pé, a bucha e os cremes, objetos de utilização, digamos externa, ou que se usam para arrastar resíduos do corpo; depois vê-se o sabão que eles usam para lavar cuecas e o sabonete; à frente dos dois, temos as colheres, cuidadosamente embrulhadas em papel; mais à frente, sabonetes lacrados, creme dental, cotonetes, shampoo, desodorante.

À frente do material de higiene secundário, que só completa a limpeza, vêem-se objetos pessoais, de cunho afetivo, como quatro bíblias abertas, mostrando que foram consultadas e ao seu lado dois porta-retratos que foram produzidos por eles.

À frente das bíblias e voltados para dentro da cela, como se estivessem guardando sua privacidade, estão as fotos de familiares. Ao fundo da *pedra*, as roupas que serão utilizadas na desinternação e precisam ser bem cuidadas devendo-se, inclusive, segundo os internos, ser evitada a sua exposição, pois se outro interno gostar de alguma peça, pode até haver briga na disputa por ela e o outro pode propor a compra, a troca ou até mesmo querer tomá-la à força.

Enfim, tudo está disposto em cima de uma manta, que eles confeccionam na oficina de tear. Além da manta, ainda há as bandejas de isopor que guardam objetos de higiene e outros objetos que são embrulhados em papel. Percebe-se, assim que o medo da contaminação pelo ambiente é real e notório.

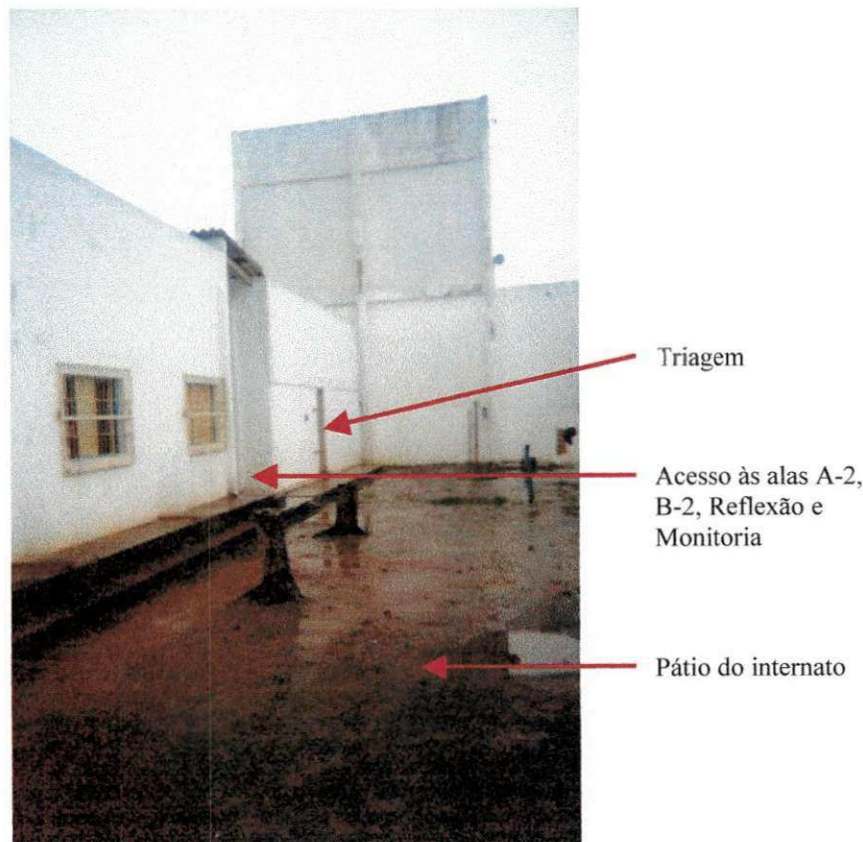


Foto 13- Pátio do internato

Ainda dentro do internato, há um pátio de aproximadamente 20 metros de comprimento por 9 metros de largura, para o qual abrem-se e fecham-se, por fora, as janelas dos dormitórios que são controladas pelos monitores. No centro do pátio há um pouco de sujeira: cascas de frutas, embalagens de biscoito... que os meninos lançam pelas janelas dos seus quartos; há, ainda, três tocos de árvore e ao fundo, um balde grande de lixo e um varal improvisado, onde os internos estendem as toalhas. Nas grades das janelas eles estendem as cuecas. Em frente a esse pátio há uma porta de ferro e o restante do muro é composto por pergolado. É de lá que os meninos observam o pátio principal onde ficam a quadra e o campo de futebol. Esse espaço raramente é ocupado pelos internos, pois eles o evitam, talvez pelo seu aspecto segregacional, pois têm grades à sua frente, ou pela proximidade da triagem e, principalmente, da ala de reflexão. O certo é que logo que os monitores abrem a porta que dá acesso ao pátio principal do internato os meninos correm.



Foto14- Corredor de acesso às Alas: A2, B2, Ala de Reflexão e quarto dos monitores.

Na foto anterior vemos o corredor de acesso aos dormitórios das Alas A2 e B2 (lado esquerdo de quem olha a foto), à sala da monitoria (lado direito de quem observa) e à ala de reflexão, de onde se avista uma árvore e uma grade de ferro. Na parede do corredor há a pintura de uma árvore frondosa e entre seus galhos os dizeres “Ala de Reflexão”. Há ainda uma grade que separa os dormitórios da ala de reflexão, cujos quartos são diminutos, sem janelas, com uma cama em alvenaria e uma latrina. Em todos há bico de luz, mas só em dois deles há a lâmpada.

É significativo o fato da sala da monitoria ficar ao lado da triagem, que recebe os novatos e serve de castigo leve, e também ao lado da ala de reflexão que é a medida disciplinar máxima da instituição. Esta localização sugere uma disposição *panóptica* da estratégia de vigilância da instituição, pois os dois pontos ou espaços nevrálgicos da casa ficam constantemente sob o olhar e os ouvidos atentos dos monitores.



Foto 15- Quarto da Ala de reflexão

As fotos anterior e seguinte retratam um exemplar de uma cela da ala de reflexão e tudo que ela contém é a pedra e a latrina. Mal pintada, escura, fria e com um aspecto sombrio.



Foto 16- Quarto da Ala de reflexão



Foto 17- Varal

Na foto acima vemos um dos varais improvisados pelos internos. Isso é uma forma de confrontação, visto que é proibido ter varais, já que a instituição se encarrega de lavar as roupas dos internos. Esse é um bonito retrato da vida como ela é ali dentro. Afinal, os

internos, com suas mais diferentes trajetórias de vida, estão ali colorindo e respaldando a existência do Lar do Garoto, suspensos ao sabor dos ventos tecnocráticos e jurídicos, descolorindo-se a cada dia e, supostamente, preparando-se para serem engomados ou englobados à, chamada, sociedade.

3.6 Estrutura física: uma divisão de três mundos

Pelo que foi exposto anteriormente, percebe-se que a estrutura física do lar do Garoto, separa três “mundos”. Assim, o primeiro mundo seria o espaço destinado ao setor burocrático e desse modo, o trânsito e as relações ali são controladas, prevalecendo as relações de tipo verticais. Este espaço é o que se pode denominar de o lugar da “estrutura”, ele centraliza as decisões, enfim, administra toda a instituição. O segundo mundo é o espaço de emancipação e controle, ele é “naturalmente” liminar pois se por um lado, trabalha a promoção dos internos quanto à educação, às oficinas, enfim, cultura e lazer. Por outro lado, é nesse espaço que a disciplina toma sua forma mais concreta, no entanto, as relações aí desenvolvidas transitam entre as posturas verticais e as horizontais, portanto este espaço também apresenta ambigüidades nas formas de interação entre técnicos e internos. Por fim, temos o espaço da *communitas*. Este espaço, reservado aos internos, possibilita que eles desenvolvam suas relações de modo horizontal, pois atuam entre si, não obstante haver conflitos entre eles, mas o que de fato predomina ali é a aliança dos iguais, os laços da *communitas* que se refletem nas regras que regem as interações entre os internos. Desse modo, a estrutura física do Lar, possui uma característica marcante na distribuição dos espaços e na possibilidade de transitar entre eles. Embora as guaritas não funcionem, a sua disposição diz respeito à necessidade de vigilância contínua e que de um só golpe de vista se possa dar conta de todo o internato. O

fato de não haver policiais nelas descortina que o trabalho de vigilância realizado pelos monitores é suficiente para controlar os internos.

O espaço destinado à direção demonstra que há hierarquização na distribuição dos espaços. Assim, o núcleo burocrático onde se pensa, se determina o que ocorrerá no internato fica à parte daquele, e para transitar lá é preciso convocação e monitoramento. Afinal, esse setor abriga a direção da peça.

Quanto ao quarto da monitoria ficar entre as Alas A1-2 e B1-2, além da triagem e da Ala de Reflexão, reflete uma estratégia de economia de tempo e funcionários no processo de vigilância (cf. Foucault, 1982: 218), o que possibilita o devassamento e acompanhamento contínuo dos internos. Desse modo, qualquer barulho, qualquer ato não conformista, praticado por algum dos internos é imediatamente identificado pelos monitores, uma vez que ali se encontram os cenografistas.

No espaço que os técnicos ocupam não é permitida a livre circulação dos internos, embora ele esteja localizado dentro do internato. Pode-se considerar que esse espaço abriga os produtores, daí, o fato do quarto de encontro íntimo ficar ao lado da sala de psicologia onde há um banheiro que serve tanto para essa sala quanto para o quarto. Mais uma vez aqui aparece a preocupação da vigilância aplicada a partir de estratégias de economia de espaço e de pessoal, afinal, com tanto espaço no Lar por que será que construíram o quarto íntimo logo junto à sala da psicóloga? Sabendo-se inclusive que a proposta para a abertura do quarto prevê acompanhamento direto da mesma que, entre outras coisas, fará aconselhamento sexual ao interno e a sua parceira. Portanto, a distribuição dos espaços no cenário do Lar do Garoto deixa transparecer também uma distribuição escalonada de poder que não obstante, conforme Foucault (1982: 218), permite a cada um vigiar e ser vigiado.

Por fim, a cozinha e o almoxarifado que se localizam fora do internato, mais especificamente, nos fundos do setor burocrático.

CAPÍTULO 4

OS ATORES

Os atores que compõem o drama cotidiano do Lar estão divididos em três categorias: o corpo técnico, os monitores e os internos. Com o corpo técnico a atuação se dá de forma verticalizada, os monitores têm seus papéis bem definidos, embora, as relações que mantêm sejam marcadas por regras que, se às vezes são explícitas da necessidade de distanciamento e uso da autoridade, em outros momentos percebe-se que pode haver ao mesmo tempo entre eles relação de companheirismo, negócio e mesmo agressões mútuas. Desse modo, as relações são, ora verticais, ora horizontais. Por fim, as relações entre internos também transitam entre a verticalidade e a horizontalidade. Entre internos e corpo técnico ela caracteriza-se basicamente pelo uso das estratégias de “encobrimento”, “controle de informações” e de “acobertamento”. Descrevo a seguir os grupos que atuam no Lar do Garoto.

4.1 O corpo institucional

4.1.1 A direção

Este representa o primeiro escalão do corpo institucional. A interação entre os internos e as personagens da direção se dá de forma esporádica e indireta. Geralmente, é mais freqüente atuarem com o vice-diretor. Ao serem internados, os adolescentes são visitados pelo vice-diretor que lhes recebe, informando rapidamente as regras da casa e falando-lhes dos direitos que têm, além de ressaltar que ali não pagarão o que fizeram lá fora, mas terão uma chance de serem melhores. Nas duas vezes em que acompanhei uma recepção, percebi que os recepcionados demonstraram apatia ou ironia à cena. Por exemplo, houve o caso de um

adolescente de quem acompanhei a chegada. O vice-diretor falava-lhe das vantagens de estar ali, dizendo-lhe:

”você teve muita sorte de vir pra cá, daqui você vai sair outra pessoa. Aqui você vai ter tudo de bom ao seu alcance e qualquer coisa que você precisar é só falar com um dos monitores. Depois a assistente social, a psicóloga e a enfermeira vêm te ver. Você tem algum ferimento?” (Paulo).

O interno então levantou a camisa e mostrou um ferimento por perfuração de bala. O vice-diretor então disse que o levaria ao médico e o interno, por sua vez, retrucou que não queria ir, pois o ferimento já estava quase sarado, mas o primeiro não aceitou e falou sério com o interno prevenindo-o para o fato de que não teimasse com ele, pois dentre outras coisas (respeito e obediência) o interno deve saber que o vice-diretor apenas quer o seu bem.

Durante a primeira parte do diálogo entre os dois, o interno demonstrava apatia e quando começaram a discutir sobre o ferimento, o interno apresentou um semblante de raiva.

O fato de que, ao entrar, o interno seja recepcionado e devassado pelo vice-diretor pode ser discutido a partir de Goffman (1974:115), quando o autor mostra que os processos de internação seguem uma sistemática que vai da apreensão forçada, à chegada no estabelecimento e o sentimento da perda ou desintegração do eu, visto que não é o interno quem decide sua vida, mas a equipe que o controla. Assim, compete à diretoria, mais especificamente ao vice-diretor, realizar a segunda mortificação do eu do interno, pois é ele quem dirá ao interno de seus direitos e deveres, enfatizando as regras da casa. Além do que, o fato de ser o vice-diretor quem realiza tal tarefa se dá, de acordo com Goffman (1974: 110), porque dentro da própria equipe dirigente há hierarquizações de posições e funções e, sendo assim, a equipe é dividida em um nível mais baixo, que no caso do Lar é representado pelo vice, e o nível mais alto, que embora seja ocupado pela diretora, é compartilhado pelo advogado e pela psicóloga. No entanto, considerando o nível mais baixo, é a ele, o vice-diretor, que compete recepcionar e esclarecer o novato sobre as regras da casa, daí a atuação

da diretora ser sempre rápida e casual, geralmente se passando no pátio principal, quando os internos a avistam, então ela os atende solícita, mas apressadamente, não havendo espaço de palco nem de tempo para uma atuação compartilhada.

4.1.2 O Corpo técnico

O segundo escalão do corpo institucional é formado por duas assistentes sociais, uma odontóloga, um advogado e uma psicóloga. Essas personagens atuam com os internos em dias e horários pré-estabelecidos, tendo, portanto, mais chances de cuidadosamente escreverem, corrigirem e ensaiarem o seu número. As suas cenas são técnica e roteiristicamente bem desempenhadas e dificilmente alguma fala ou gesto sai do prescrito no roteiro. Cada uma das personagens do corpo técnico acredita que pode, a partir da interação com o interno, inscrever em cima do roteiro dele, aquele que o diretor do drama social (o conjunto das regras da sociedade) impõe na dramatização cotidiana. Assim, o cotidiano no Lar do Garoto revela que:

“a prisão, local de execução da pena, é ao mesmo tempo local de observação dos indivíduos punidos. Em dois sentidos. Vigilância, é claro. Mas também conhecimento de cada detento, de seu comportamento, de suas disposições profundas, de sua progressiva melhora; as prisões devem ser concebidas como um local de formação para um saber clínico sobre os condenados” (FOUCAULT, 1993: 221).

A atuação dessas personagens, apesar do roteiro pedir envolvimento e confiança, se dá de modo impessoal. Os internos têm plena consciência do que essas personagens querem ouvir, cada palavra, cada gesto também são meticulosamente ensaiados pelos meninos. Dessa forma, é comum ver os internos roubarem a cena e ver como o corpo técnico não percebe que é joguete de uma inversão de papéis e que, agora, a platéia são eles e tudo que digam ou façam é observado pelos internos. Um dos internos falou acerca da psicóloga:

“ah! A psicóloga, ela pode falar com nós três hora seguida que ela nunca vai sabê o que vai em nossa mente. Ela fala e eu digo que sim, mas, tô com a cabeça bem longe, eu gosto de fazer isso. É bom ela ganhar dinheiro com 71. 71 na língua da malandragem é argumento, conversa pronta. Ela só faz a mesma coisa, traz tudo escrito e pergunta e a gente diz o que quer” (Paulo, 18 anos).

Outro adolescente dizia referindo-se ao advogado: “eu tô uma uvinha. Pra quê brigar e reclamar, deixo isso pra depois. Ele vai ver como eu tô mudado, tô uma uva e vou passar o natal em casa” (Antonio, 17 anos).

Vale a pena destacar ainda o fato de que o advogado e a psicóloga se sobressaem no processo de avaliação semestral²⁰. É o advogado quem coordena a reunião, localizando-se espacialmente no centro da mesa. É dele que saem as falas principais, tendo como coadjuvante a psicóloga, que, através de seus minuciosos relatórios, se põe sempre em estado de alerta para corrigir as demais personagens, as quais, muito freqüentemente, se equivocam nas colocações sobre os internos. O fato do advogado coordenar e a psicóloga contracenar ao seu lado gera desconfortos nas demais personagens e por vezes percebi que elas têm receio em se colocar e que, ao fazê-lo, sempre olham com temor para o diretor da cena. Certa vez, assisti a uma avaliação e vi o constrangimento da assistente social e de duas professoras que colocavam dados errados sobre os internos e eram corrigidas pela psicóloga.

Já nos eventos, é a psicóloga quem dirige a peça, auxiliada por um dos internos. Percebi, que mesmo entre o corpo técnico, as relações nem sempre são fáceis no desempenho dos seus papéis e que há hierarquias na atuação.

Segundo Turner (1974: 125), em situação de liminaridade há a direção que é feita por um grupo que ele denominou de ancião. No caso do Lar do Garoto, os anciões são a equipe técnica, mais especificamente, o advogado e a psicóloga. São eles que fomentam inovações, como a do quarto de encontro íntimo, que é uma luta encabeçada pela psicóloga, ou como o regimento interno, que foi elaborado pelo advogado. Talvez essa dupla represente para o Lar

²⁰ Os internos são avaliados semestralmente, sendo que para essa avaliação contam as avaliações contínuas que são realizadas, em especial pelos monitores, e que ficam registradas em cada relatório de plantão.

do Garoto aquilo que ele encerra em si mesmo, ou seja, o controle jurídico e emocional do infrator na busca de conseguir modificar a sua "carreira desviante".

4.1.3 O terceiro escalão do corpo técnico

É formado pelas professoras, os oficineiros e a técnica em enfermagem. Estes interagem diretamente com os internos. Com a técnica em enfermagem os internos atuam de modo direto e estão sempre solicitando calmantes. Com as professoras os internos se relacionam todos os dias e com elas têm, de certo modo, facilidade de relacionamento. Com os oficineiros, outro papel importante, há mais desenvoltura nas atuações. Com eles os internos ficam à vontade em cena, podendo mesmo criticar suas atuações. Nesse sentido, no meio de uma oficina, vi muitos internos saírem de cena, irem a outro palco (trocar de oficina), ou mesmo acrescentarem personagens aos seus papéis, descobrindo-se depois, eles próprios, no personagem (alguns deles que passaram pela oficina de arte cênica conseguiram encontrar-se nos papéis que desempenhavam nas peças em que atuaram).

4.1.4 Os monitores: mediadores

São, fundamentalmente, mediadores no drama dos internos e são, ao mesmo tempo, também indivíduos liminares em relação ao restante do corpo técnico, pois afinal eles fazem parte do primeiro, mas os espaços que ocupam e suas interações diretas ocorrem cotidianamente e constantemente com os internos. Desse modo, eles transitam entre o papel do vigia que tudo contará aos seus superiores e ao mesmo tempo são companheiros dos internos, podendo em muitas ocasiões sofrer devido esta ambigüidade de relações. Há um monitor no Lar que é muito bem-quisto pelos internos e por duas vezes presenciei o seu choro ao aconselhar os

internos. Por outro lado, há monitores que apesar dessa convivência constante com os internos só os tratam com rispidez, senão sarcasmo. Portanto, na convivência entre monitores e internos as relações podem ser afetivas e respeitadas ou com cenas tensas e um roteiro improvisado com requintes de ironia, dissimulação e agressão verbal explícita. Nesse sentido, há sempre um clima de tragédia na cena que, a qualquer momento, pode levar ao conflito principalmente, considerando-se que:

“As pessoas da direção que estão em contato direto com os internados podem pensar que também elas estão diante de uma tarefa contraditória, pois precisam impor obediência aos internados e, ao mesmo tempo, dar a impressão de que os padrões humanitários estão sendo mantidos e os objetivos racionais da instituição estão sendo realizados” (GOFFMAN, 1974: 84).

Posso citar, como primeiro exemplo de interações conflituosas, duas falas bastante significativas de tensões no desempenho dos papéis de monitores e o dos internos. Assim, certa vez um dos meninos entrou em conflito com o monitor em pleno ato de troca e o interno resmungava: “ah! Ele tá me tirando de otário! E ninguém me tira de otário não. Aqui eu fico quieto mas, lá fora ele me paga. É porque aqui eu sou preso que ele faz isso. Pedir minha telha mais bonita e trocar por um boné véi desse cara!” (Pedro, 17 anos). O segundo exemplo apresenta um conflito surgido no meio de uma encenação em que o interno esqueceu que seu papel era secundário e sendo assim tratou um dos monitores com intimidade falando por gírias, então o monitor retrucou: “você me chamou de bicho? Bicho são vocês aí, comigo eu exijo respeito, me chame de senhor.” (Simão). Outro interno, falando sobre suas relações com os monitores, torna explícita a situação de conflito entre eles:

“O que existe aqui é isso, que tem deles que quer tratar a pessoa bem e tem deles que talvez nem isso queira pra pessoa, mas tem muitos deles, a maioria, quer só o bem pra gente. Aqui ninguém chegou a apanhar, desde qu’eu tô aqui, ninguém nunca apanhou aqui de monitor não, qu’eu vi nunca vi não. S’eu disser que vi é porque eu tô mentindo.

Não realmente, é como o tipo da coisa: se o interno tiver na razão o monitor trata ele na parte certa com respeito, com educação, falando a forma normal, mas se o interno tiver errado e tiver conversando mais alto que o monitor aí o monitor fala na voz de bruto, é bruto com aquele interno. Fala gritando pensando que é o pai, como já chegou aqui um monitor dizer aqui com um interno aqui qu’eu já vi é dizer que lá fora ele tem um pai, mas aqui dentro ele tem mais do que um aqui dentro. Então, isso pá mim não existe, se a pessoa tem um pai lá fora é o pai que criou a

gente, agora porque a pessoa tá preso e tá cumprindo a medida disciplinar, não existe que a pessoa tenha um pai lá fora ter três, quatro aqui dentro não, isso aqui não existe não. A gente não gosta disso.

A gente também só responde se tiver na razão, se não tiver a gente não responde não” (Pedro, 17 anos).

4.1.5 Serviços gerais: os figurantes

O último escalão do corpo técnico é composto pelos policiais militares, as cozinheiras, as lavadeiras, a almoxarife, os auxiliares de manutenção, os motoristas, os auxiliares de serviços gerais e os porteiros não mantêm com os internos uma interação ou atuação conjunta. Eles cumprem seus papéis para que a segurança, a limpeza, a comida e roupas estejam sempre prontas para cada espetáculo. Apesar disso, os internos criticam essa postura distanciada e, para alguns, relapsa. Um deles disse, referindo-se a uma personagem dos serviços gerais: “tá vendo aí, passa e nem cumprimenta, vai sentar ali com os monitores. Se recebe do Estado pra trabalhar, devia ir procurar foco do mosquito da dengue ou trocar as roupas de cama de nossas camas” (Eduardo, 17 anos). Essa fala além de denunciar o repúdio do interno ao distanciamento dos funcionários em relação a eles, ainda explicita uma crítica ao *laborterapia* (Goffman, 1987: 82), pois o interno têm consciência de que aqueles profissionais deveriam realizar as tarefas que a instituição os repassa e que ele sabe não serem legítimas.

4.2 Os internos

4.2.1 Os internos atuando com outros internos.

A atuação entre internos é, normalmente, marcada por jogos de interesses. Logo ao chegar à instituição, o novato é visitado pelos demais²¹, fato que lhe favorece o repasse sobre as regras da casa, ou mais especificamente, as regras criadas pelos internos. Também é freqüente, nesse momento, que os veteranos utilizem-se de ameaças veladas para tirarem do novato seus objetos pessoais, geralmente, roupas, pulseiras, relógios.

Ao sair da triagem, os novatos, em atuação com os veteranos, representarão os papéis de “durões” e para essas cenas eles recorrem às falas que os remetem a nomes de pessoas e lugares lá de fora, que possam lhes dar a imagem de bem relacionados com o crime, ou como eles mesmos diziam, de poder se apresentar como “um considerado”, “ser presença”, “ser respeitado”. Na construção do papel do forte, os monitores atuam com os internos, pois percebi que quanto mais enredado com infrações e infratores lá fora, mais o menino tem o respeito dos monitores. Desse modo, os primeiros dois meses de um interno são marcados pelo esforço no desempenho de papéis que lhes possa garantir respeito.

À medida que os meses vão passando, cada um vai descobrindo as estratégias de atuação do outro e muitas personagens são desmontadas, visto que seus papéis não correspondem ao roteiro real. Nesse sentido, houve duas situações que exemplificam esse desmonte de papel. Na primeira situação, um adolescente dizia a outro: “tá vendo esse bicho ali? Quando ele chegô aqui era todo durão. Só queria andá com os mais véi. Até ganguinha ele quis formar, mais naquela briga a semana passada ele apanhou quieto” (Jerry, 16 anos). Na segunda situação, um menino alertava outro para o perigo que era ele se envolver com um terceiro, e lhe dizia: “oxi! Olha o boy cara. Só é conversando com os monitô, o tempo todo. Isso é um cabuêta, tu num se envolve com ele não se não vai sujar pra tu também. Quando ele chegô aqui era todo, agora é só com monitô” (Da Vinci, 18 anos).

²¹ A triagem tem a função de permitir que o novato seja conhecido e inspecionado pelo corpo técnico e pelos demais internos, abrindo espaço para que a direção possa identificar inimizades ou parcerias.

Em algum momento, cada personagem encontra outras com as quais a atuação ocorre de modo harmonioso e assim elas vão formando pequenos grupos. Geralmente, se unem àqueles que moram no mesmo quarto, embora, os conflitos em cena sejam freqüentes e assim gerando a troca de palcos (troca de quartos e de grupos).

Uma das vezes em que me mais impressionou a atuação conjunta dos internos, ou seja, a estratégia de acobertamento (Goffman, 1982: 113), da qual eles se utilizaram foi o dia da fuga de três deles. Naquele dia, logo ao entrar no internato, senti que algo estranho estava acontecendo, pois todos os internos estavam envolvidos em alguma atividade, ninguém procurou-me, nenhum deles queria conversar. Estavam distantes e todos sem exceção, estavam envolvidos em jogos como damas, dominós, quebra-cabeças. Essa calma durou meia hora, tempo necessário para que os monitores sentissem a ausência dos que fugiram. Quando os monitores começaram a gritar, todos eles se abriram em sorrisos e provocações do tipo: “os moleque são esperto! Tá vendo aí, fugiram. Fugiram os parceiro. Aqui só não foge quem não quer!” (Mauro, 17anos).

Em duas outras ocasiões, os vi atuarem a partir do acobertamento. Primeiramente, houve um episódio em que num dos quartos ocorreu um incêndio durante à noite. Queimaram-se, além dos colchões e roupas, os quatro adolescentes daquele quarto, mas não foi nada sério. Ao amanhecer o fato foi narrado à direção pelos monitores do plantão e então a direção queria descobrir se o incêndio havia sido proposital ou acidental e, caso tivesse sido provocado, quem o havia realizado. Os quatro adolescentes queimados ficaram na triagem de castigo por 15 dias e a direção nunca soube o que de fato ocorreu.

A outra situação ocorreu quando os monitores encontraram cigarros escondidos pelo pátio do internato e a direção, ao tomar conhecimento, quis saber quem e como essa pessoa conseguiu cigarros, visto que naquele local é proibido fumar. A interpretação geral das personagens que atuavam no papel de quem não sabe e não viu foi perfeita e o drama

investigativo encerrou-se com a incógnita “quem foi?” Eles conseguem atuar muito bem juntos, quando desejam. Entretanto, também há algumas personagens que atuam em papéis discrepantes, como os alcagüetes e os estupradores, só que esses vivem sobressaltados e buscam contracenar constantemente junto aos monitores, por medo da reação os demais meninos.

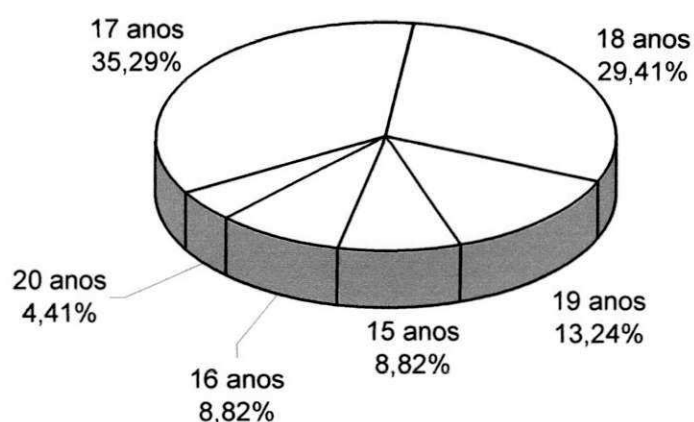
4.2.2 O perfil dos internos

Realizei um levantamento nos prontuários dos internos que abrangeu os anos de 2000 a 2002. Procurei conhecer seus nomes, idades, lugares de origem, tipos de infração, quem eram seus responsáveis, se havia reincidência e qual o índice e o tempo de permanência na instituição. Tudo isso foi importante para que eu conhecesse melhor a história de vida dos internos, fato que me possibilitou posicionar-me com mais segurança nas entrevistas. Assim, distribuí em cinco gráficos os índices encontrados em cada uma das variáveis supra-citadas, com exceção da variável reincidência, pois de um total de 68 internos que passaram pela instituição entre 2000 a 2002, apenas dois reincidiram. Também seus nomes não serão citados, nem mesmo pelas iniciais, pois entendo que isso traria um tom policaresco à narrativa.

Embora o ECA considere adolescente o sujeito até 18 anos incompletos, nos estabelecimentos educacionais podem ser encontrados sujeitos de maioridade e, em particular, nessa amostra do Lar do Garoto, encontram-se 47,06% dos internos com idade igual ou superior a 18 anos. Esse fato ocorre porque um adolescente pode cometer uma infração e tornar-se um foragido e se for pego antes de completar os 21 anos de idade deve cumprir medida sócio-educativa em estabelecimento educacional. Caso tenha sido pego aos 20 anos,

ele deve ficar internado apenas até completar a maioridade, quando será desinternado compulsoriamente.

IDADE DOS ADOLESCENTES

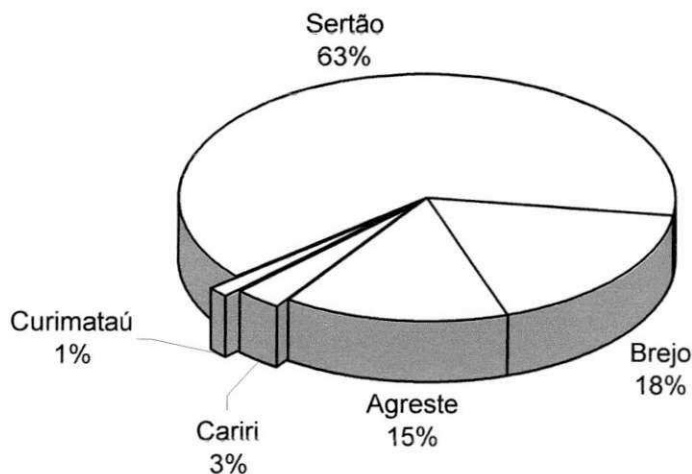


Como já foi dito anteriormente, a maioria dos adolescentes internos no Lar do Garoto são provenientes da região do sertão²², oriundos de famílias pobres, que geralmente trabalham no campo ou são trabalhadores informais nas cidades; ou seja, é sabido que nas regiões interioranas a oferta de emprego e de lazer são precárias, fato este que parece contribuir,

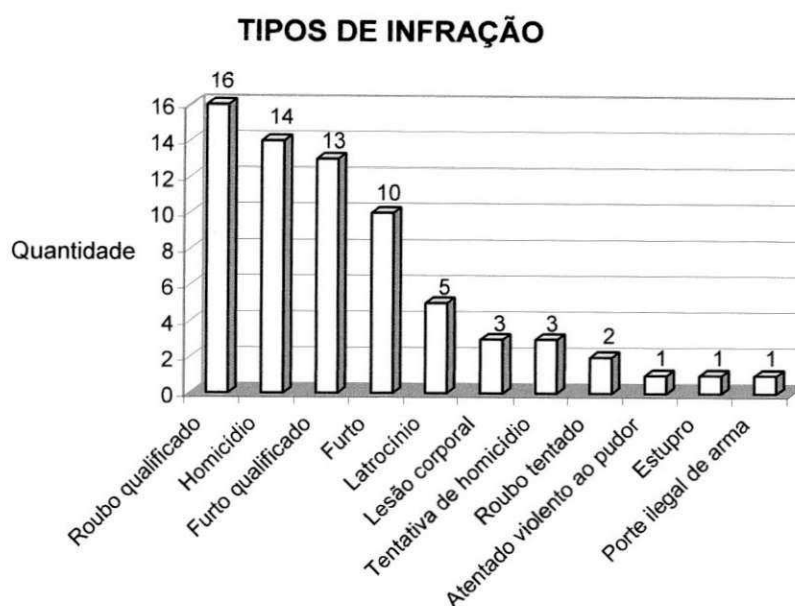
²² O fato da maioria dos internos ser da região do sertão, já contraria o ECA em seu art. 124, inciso VI que estabelece que o adolescente privado de liberdade tem o direito a: “permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsáveis”.

aliado à ausência de estabelecimentos educacionais naquela região, para o alto índice de

REGIÕES DE ORIGEM DOS INTERNOS



Em muitas falas, os adolescentes internos deixaram transparecer que as ações infracionais por eles cometidas têm um aspecto duplo e ambíguo, que transita entre o lúdico e o marginal. Assim, os atos infracionais têm origem nos grupos como forma de desafiar a si próprio e aos demais provando a virilidade do sujeito que infringe. Isto, de certo modo, lembra os comportamentos de jovens que praticam esportes radicais através dos quais reúnem o prazer de superar a si mesmo e o risco de desafiar a própria vida. De acordo com um dos internos: “é bom demais roubar. Te dá uma adrenalina. Você pode matar ou morrer. O que você ganha é festa! Pode comprar droga, comida, dividir com os chegados. E vai criando nome, se tornando um considerado” (Jerry, 16 anos).



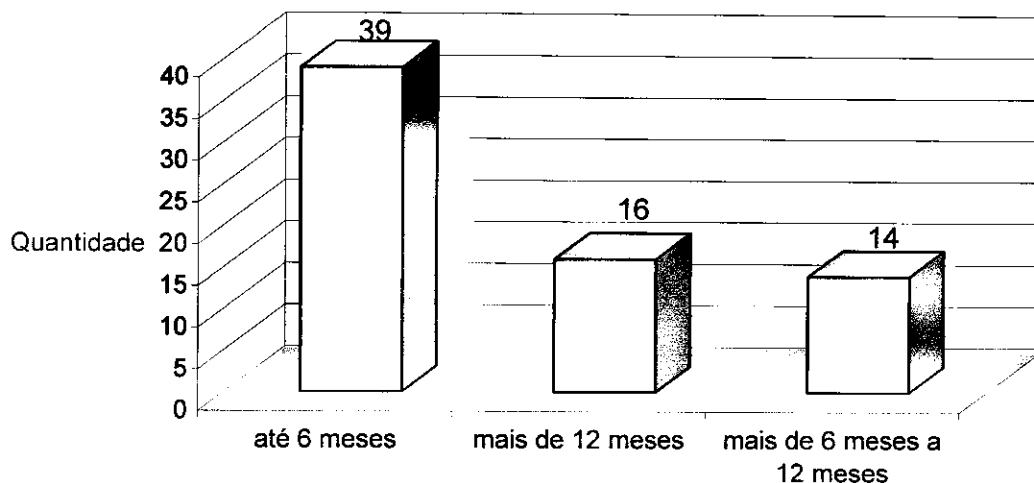
As infrações acima descritas estão presentes no Código Penal e correspondem a: roubo qualificado (roubo com circunstâncias agravantes, como por exemplo o uso de arma ou de ameaça), que é descrito no art. 157, § 2º e § 3º; furto qualificado (arrombamento), que é descrito nos arts. 154 e 155, § 4º; latrocínio (matar para roubar), descrito no art. 157, §3º em sua 2ª parte; tentativa de homicídio, descrita no art. 121 combinado com o art. 12, em inc. II; atentado violento ao pudor (violência sexual contra alguém do sexo masculino), descrito no art. 214; porte ilegal de armas, descrito no art. 19.

É importante destacar que a maioria das infrações diz respeito ao patrimônio e são acompanhadas de atentado contra a vida, o que parece descortinar um duplo significado que move tais ações; desse modo, subtrair algo de outrem seria não só tomar, ou tornar possível manter um certo padrão de consumo, mas também a agressão ao outro (a vítima?) parece demonstrar uma forma de confronto e uma denúncia da realidade vivida pelo sujeito que infringe. Um dos adolescentes, falando sobre a prática infracional, disse: “Eu roubo. Gosto mesmo é de roubar filhinho de papai, esses bundão têm de tudo e não são de nada, são uns fracote, uns vacilão, uns descuidista.” (Jerry, 16 anos). Portanto, fica implícito nessa fala não só o gosto pela infração, enquanto uma atitude habitual/costumeira, mas também a atitude de

confronto à ordem posta, a denúncia do estado de carência psicossocial e afetiva do sujeito que infringe e que nesse ato encontra, ao que parece, uma forma de vingar-se (da sociedade?) no outro, o imediatamente visível e alcançável, ou seja, aquele que possui o que ele gostaria de ter. Assim, o subjugado encontra na infração uma estratégia de subjugar o subjugador imaginário.

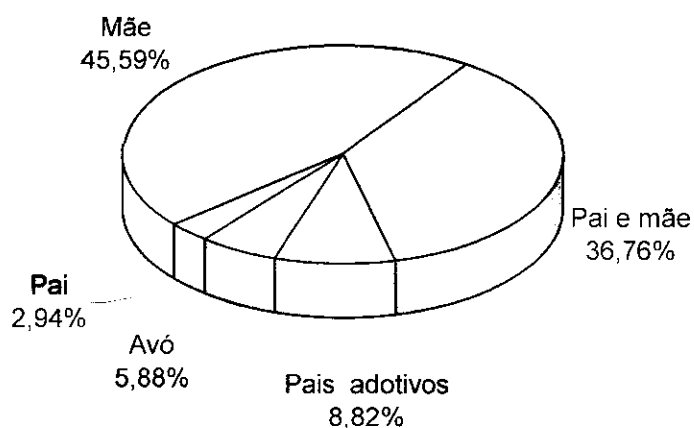
O ECA, em seu artigo 121 (cf. parágrafos 2º, 3º, 4º e 5º), trata do tempo de internação, afirmando que a mesma não tem um prazo específico, sendo que ela não pode exceder o limite de três anos e o adolescente deve ser avaliado a cada seis meses. Ao atingir três anos de internação, o adolescente é liberado e deverá ser acompanhado pela semiliberdade ou pela liberdade assistida. A liberação é compulsória no caso do interno completar 21 anos de idade. No entanto, como demonstra o gráfico acima, há adolescentes que são desinternados com apenas um mês depois da internação no Lar. Esse fato se dá porque a equipe técnica pode entender que o mesmo não necessita continuar no processo de segregação ou, por vezes, porque ocorre que mesmo com medida de internação (que deve ser cumprida em estabelecimento educacional), o adolescente tenha ficado *preso* em cadeia ou presídio de adulto por um período que, se for considerado pela equipe técnica do estabelecimento educacional, será suficiente em termos de tempo e de mudança comportamental para que o adolescente seja desinternado com menos de seis meses de permanência ali no Lar.

TEMPO DE PERMANÊNCIA NA INSTITUIÇÃO



A presença da figura feminina- *mãe, irmã, avó*- é freqüente na trajetória de vida dos internos.

Responsáveis pelo adolescente



Assim, nos seus discursos e nas suas fichas institucionais, é a mãe quem responde por eles e é com elas que eles mantêm ligações diretas, afetivas ou não. Aqueles que têm pai e mãe como responsáveis de direito são, em sua maioria, de fato acompanhados pelas mães. Portanto, são essas que os visitam, que são comunicadas sobre fugas, que são consultadas

sobre a estrutura familiar para receber o adolescente que será desinternado. As famílias adotivas são também representadas no cotidiano dos adolescentes, primordialmente, pelas mães e irmãs. As avós são citadas nos seus discursos e muito solicitadas pelos internos e pelo corpo técnico. Paugam (1999) ao discutir os laços afetivos dentro da família e a força que a figura feminina tem assumido na contemporaneidade esclarece que:

“os desempregados têm, invariavelmente, relações mais distantes com os membros de sua família: quanto mais precária for a situação no mercado de trabalho, maior é a possibilidade de o indivíduo não ter nenhuma relação com a família. Os homens entre 35 e 50 anos são mais atingidos do que as mulheres, tornando-se mais introspectivos e absortos” (PAUGAM, 1999: 72).

Por outro lado Ribeiro (1994), ao discutir o decréscimo da presença masculina dentro do lar afirma que:

“o crescimento das famílias integradas pela mãe com filhos deveu-se a uma série de fatores que merecem ser brevemente comentados. Por um lado, a crescente participação feminina no mercado de trabalho e a transformação de valores tradicionais que apontavam para o casamento como modelo de vida mais adequado à mulher afetaram, mais ou menos amplamente, pessoas de todos os níveis sociais. Por outro lado, pode-se pensar ainda que o próprio aprofundamento da situação de pobreza, decorrente da crise econômica pela qual vem passando a sociedade brasileira, gerou uma série de situações que também contribuíram para a não manutenção do padrão tradicional” (RIBEIRO et. al., 1994: 136-137).

Quanto aos pais, poucos mantêm relações com os filhos internados. A maioria dos adolescentes não convivem e nem conviviam *lá fora* com seus pais, eles se auto-denominam, “bastardos”. Os meninos demonstraram, com frequência, rancor e tristeza em relação à figura paterna e muitas vezes os ouvi dizerem que não os amavam, que não amavam a ninguém e nem a si mesmos. Entre os internos, dois deles, um de família adotiva e outro cuidado pela avó, mas desprezado pelo avô, referiam-se a si próprios e ao mundo em geral com um profundo sentimento de ódio, tendo um deles tentado, por três vezes, suicídio dentro da instituição.

CAPÍTULO 5

O ROTEIRO

5.1 Quadro de relações

De acordo com o que venho discutindo ao longo deste trabalho, fica claro que há na *communitas* relações verticais que são caracterizadas por atitudes de autoridade ou de distanciamento e que estas são desempenhadas prioritariamente pelos membros do corpo institucional. Assim agem verticalmente e de modo autoritário em relação aos internos, o vice-diretor, alguns monitores e uma das três professoras. Por outro lado, agem com distanciamento nas relações com os internos a diretora, o segundo escalão do corpo institucional e os funcionários que constituem o terceiro escalão do corpo técnico. No entanto na interação entre internos também há por vezes, a utilização dos padrões verticais, desse modo, agem com autoridade os internos mais velhos em relação aos mais novos e os internos de maior porte físico em relação aos de menor compleição e agem com distanciamento todos os internos em relação às figuras do alcagüete, do estuprador e do “atrasa cadeia”.

Há também a possibilidade do desempenho de relações horizontais que são perpassadas de companheirismo ou de negócio. As personagens que atuam de modo horizontal (com companheirismo) em relação aos internos são duas das três professoras, os oficineiros, quatro dos 31 monitores e todos os internos em relações entre eles quando há necessidade de encobrimento e acobertamento de suas ações.

As relações que envolvem negócios (compra e troca de objetos) entre internos e representantes do corpo institucional são realizadas basicamente entre os internos e os monitores, no entanto, por duas vezes vi personagens do segundo escalão do corpo institucional comprando telhas dos internos. Entre os internos o comércio é constante, eles trocam ou vendem peças de roupas, material de higiene, comida, enfim os internos como

representantes de uma *communitas* mantém entre si uma movimentada relação de “mercado”, sendo a “moeda” ali representada pelo valor de uso do objeto.

Por outro lado, há naquela *communitas* também as relações conflituosas que são caracterizadas por agressões físicas e verbais. Dentre as personagens que atuam com agressões físicas estão alguns monitores em relação aos internos e os internos mais velhos em relação aos mais novos e entre internos de mesmo porte físico e idade. As agressões verbais são desenvolvidas por alguns monitores em relação aos internos e por todos os internos em relação à instituição, ao corpo institucional e em brigas entre internos.

Como vimos as relações entre corpo institucional e internos e , entre os próprios internos é permeada por posições ambíguas. Desse modo, à autoridade corresponde os princípios da “lei do mais forte”; ao distanciamento correspondem posturas de indiferença ou de burocratização dos contatos que implica convocação com dia e hora marcados; ao companheirismo correspondem posturas de aconselhamento, troca de confidências e sigilo sobre assuntos que possam acarretar punições para os internos; à negociação correspondem as vendas e trocas de telhas, tapetes e mantas que os internos produzem nas oficinas, assim como, venda e troca de objetos pessoais entre internos; às agressões correspondem as agressões mútuas entre internos, até mesmo ao fato de tomarem objetos dos demais, e as agressões entre monitores e internos.

Todas estas relações têm respaldo último nos dois códigos vigentes no Lar, assim o corpo institucional baseia-se nos princípios de autoridade e disciplina nas suas interações com os internos e para tanto ele parte do regimento interno do Lar, que obviamente, disciplina a vida dos adolescentes e que os entende como uma tábula rasa competindo ao corpo institucional moldar esses sujeitos. Já as relações vivenciadas pelos internos, sejam em interações entre eles, seja nas situações em que interagem com o corpo institucional, são

perpassadas pelas regras dos internos e estas dão ênfase aos costumes e usos da *communitas*, mas discutirei estas particularidades mais à frente.

5.2 As regras da instituição

Quanto às regras, é interessante observar que existem dois códigos: um o oficial, ditado pela instituição, e outro que é forjado pelos internos e que delibera acerca das relações entre eles. Portanto, há no Lar o conflito e até o confronto entre dois padrões de comportamento, há o regimento oficial totalmente voltado para o disciplinamento dos internos e há as regras dos internos que são um fortalecimento da *communitas* e uma negação ao ideário da instituição. Primeiramente, discutirei o regimento interno do Lar do Garoto, que é aplicável aos internos. Tentarei realizar, se assim posso chamar, uma exegese do mesmo.

REGULAMENTO DISCIPLINAR DOS INTERNOS DO LAR DO GAROTO

ART. 1º - O presente regulamento tem por finalidade orientar, disciplinar e informar o interno sobre seus direitos, seus deveres e demais normas a serem observadas durante sua permanência na instituição.

As palavras fortes do texto que abrem o regulamento são “orientar” e “disciplinar”. Isto já deixa uma pista da visão que perpassa o ideário da instituição. Assim, o orientar está ligado ao suposto processo de reorientação do infrator que obviamente está voltado a transformar sua carreira desviante. Num segundo momento, aparece a palavra disciplina que, como tenho demonstrado, ou seja, é a mola-mestra da proposta prisional. Acredita-se ainda hoje que a disciplina (como enquadramento do indivíduo a padrões comportamentais impostos) será

capaz de modificar comportamentos e fazer surgir um novo sujeito, aquele capacitado a atender às demandas sociais, a esse 'ser transformado' conforme aponta Foucault:

“ ‘o homem-máquina’ é ao mesmo tempo uma redução materialista da alma e uma teoria geral do adestramento, no centro dos quais reina a noção de ‘docilidade’ que une ao corpo analisável o corpo manipulável. É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 1993: 126).

Após a delimitação disciplinar aparecem no texto as palavras: informar; direitos, deveres e normas. Há uma inversão, não só textual em apresentar-se primeiro as palavras orientar e disciplinar antes de informar, mas fica claro que a troca dos termos se dá devido à perspectiva pedagógica da instituição, assim, nada mais “natural” do que direitos e deveres caminharem juntos e balizados pelas normas que prescreverão os comportamentos impostos aos internos durante a sua estadia ali. No entanto essa inversão fere o grande ideário que perpassa todo o ECA, ou seja, a noção de que toda criança e adolescente são, a priori, sujeitos de direitos. É significativo o regimento já iniciar seu texto colocando o interno como sujeito de dever.

CAPITULO I

DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

ART. 2º - SÃO DIREITOS DO INTERNO, ALÉM DAQUELES PREVISTOS PELO ECA:

- I- Alimentação, vestuário e produtos de higiene pessoal, nas possibilidades da instituição;

O ECA estabelece no art. 124, inciso IX o direito “aos objetos necessários à higiene e asseio pessoal.” Os internos do Lar do Garoto recebem da instituição creme dental e sabonetes os quais eles não gostam pois para eles têm cheiro e jeito de sabão; assim, só aqueles que não recebem objetos de higiene dos familiares é que os usam.

Quanto ao vestuário, no Lar do Garoto não há fardamento próprio para todos internos, desse modo só em aparições externas eles são persuadidos a usarem. Houve um caso em que um dos internos foi parar na triagem porque não aceitava sair (para apresentar-se num Shopping, com a oficina de teatro) vestido com a farda da instituição, esse fato aborreceu a professora e o menino foi encaminhado ao castigo.

Considerando o fato de que os internos não são vestidos com fardas da instituição, percebo que, nesse sentido, a instituição não realiza uma das estratégias do processo de liminaridade, que seria justamente vestir a todos os internos de modo igual, porém que os tornasse diferentes de outro sujeito encontrado fora da situação de liminaridade. Poucas vezes vi um ou outro adolescente usando um moletom da instituição, e nesses casos ele era velho e desbotado. Certa vez tentei conversar com os internos sobre o uso de farda no Lar e todos os internos mostraram-se arredios ao tema. Não só o fato de não aceitarem ser fardados como a própria rejeição à discussão do tema demonstra mais uma vez a dificuldade dos internos de lidarem com a ambigüidade de representações que os dominam. Com efeito, eles são internos e em alguns momentos a disciplina da instituição exige deles a padronização de vestimenta, mas por outro lado, eles não aceitam as regras e o processo de segregação e parecem não querer serem identificados, carregarem a marca da institucionalização e assim transitam entre o “mundo da cadeia” e o “ mundo lá de fora”. E com certeza o mundo lá de fora não precisa tomar conhecimento de sua passagem no Lar.

II- Exercício das atividades artísticas e desportivas, desde que compatíveis com a execução de medida;

O ECA em seu inciso XII, art. 124, determina que além dessas atividades acima expostas o adolescente privado de liberdade ainda tem direito a lazer e não as condiciona a execução da medida, mas a medida de internação já é a priori uma forma de realizar tais atividades.

III- Assistência à saúde, jurídica, educacional, social, psicológica e religiosa;

O Eca art. 124, incisos XI e XIV, já determina a realização não só da escolarização, como da profissionalização do interno, assim como delibera acerca do atendimento às necessidades religiosas. No Lar do Garoto os internos contam com o atendimento dos pressupostos acima descritos e, de uma forma muito democrática, a direção recebe e acolhe os representantes dos diferentes credos.

Entretanto, as visitas religiosas são também utilizadas pela instituição para avaliar o interno. Isso transforma a participação de muitos internos num ato mecânico. Certa vez assisti a uma visita de representantes do protestantismo. Eram senhoras de meia idade, vestidas de modo que só a cabeça aparecia. Falaram muito sobre Deus e a vida, além de entoarem cânticos. Durante toda a pregação os internos demonstraram pressa e toda vez que terminava uma leitura bíblica todos gritavam amém. Ao final, as pregadoras serviram refrigerante e bolos e foi uma festa só. Alguns internos preocuparam-se em servir-me e aos monitores e quando tudo terminou eles disseram-me que o melhor das visitas é o lanche, assim como a avaliação positiva diante do coordenador de plantão.

IV- Proteção contra qualquer forma de sensacionalismo;

De fato, esse preceito é zelado pela atual direção e sendo assim está de comum acordo com o que prega o ECA.

V- Entrevista pessoal e reservada com o advogado, representante do Ministério Público e com o juiz da infância e juventude;

Com exceção dos dias em que a instituição promoveu festas (eu estive presente em duas delas, dia das mães e São João), e dos dias estabelecidos para audiência com os internos, não ocorreram interações pessoais entre o juiz e os internos, ou entre os internos e o promotor.

Numa das festas de que participei, mais propriamente do São João, percebi que os internos tiveram livre acesso ao juiz e que este demonstra respeito e sensibilidade, tanto em

relação aos internos quanto aos seus familiares. Os internos, por sua vez, desdobram-se em apelos emocionais, levam os filhos, apresentam as esposas, as suas mães choram e no final todo mundo pede para ele liberar logo o interno.

Com o promotor a situação é outra. Ele se faz acompanhar por dois monitores e em soube *off* que ele teme os internos. O fato é que ele não interage com eles e nem com suas famílias, fica sempre à distância e sempre escoltado pelos monitores.

VI- Visita nos dias determinados, dos ascendentes, descendentes, companheira e irmãos ou quaisquer outros parentes, desde que autorizados pelos responsáveis e pela direção. Todos munidos de documento de identificação;

O ECA art. 124, inciso VII, delibera que as visitas devem ser realizadas semanalmente. Os internos do Lar do Garoto recebem visitas duas vezes por semana, nas quartas-feiras e domingos à tarde. Embora o regimento imponha a restrição aos parentes do interno, não é raro que eles recebam visitas de amigos e mesmo e principalmente, de moças (adolescentes) que moram nas proximidades do Lar do Garoto e que vão paquerá-los. Há vários internos com namoros pré-acordados para o momento da sua desinternação. Por outro lado, há parentes que são impedidos de visitarem o interno, visto que a equipe técnica, especialmente as assistentes sociais podem entender que aquela pessoa não contribuirá no processo de ressocialização do interno, fato que mostrou ser um motivo de grande revolta entre os internos. Goffman (1974) ao tratar da situação de visitas em instituições totais esclarece que: “em muitas instituições totais, inicialmente se proíbem as visitas vindas de fora e as saídas do estabelecimento, o que assegura uma ruptura inicial profunda com os papéis anteriores e uma avaliação da perda de papel” (GOFFMAN, 1974: 24).

VII- Chamamento nominal, sendo vedado o uso de apelido;

Embora o regimento reprima o uso de pseudônimo, os internos e os próprios monitores tratam-se muito por apelidos. Vi um caso em que um dos monitores apelidou um interno de psicopata e o interno com muito orgulho dizia que o monitor X o chamava de “discopata”.

VIII- Igualdade de tratamento, salvo quanto às exigências de individualidade da medida;

No Lar do Garoto, pelo que pude observar e pelo relato dos internos, essa regra de um modo geral é seguida, no entanto, os mais velhos e mais enredados com o “mundo do crime” são mais, se assim posso falar, respeitados pelos monitores, que referem-se a eles com mais cautela, evitando apelidos e brincadeiras que possam aborrecê-los.

IX- Audiência especial com o diretor do Estabelecimento;

Normalmente, os adolescentes procuram o coordenador de plantão e este intermedia seu contato junto à direção. Como já discuti em outro momento do texto, esse processo tem a ver com a estrutura de escalonamento do poder, dividindo hierarquicamente as posições que cada um ocupa e assim a partir delas é formado nas instituições:

“duas imagens, portanto, da disciplina. Num extremo, a disciplina-bloco, a instituição fechada, estabelecida à margem, e toda voltada para funções negativas: fazer parar o mal, romper as comunicações, suspender o tempo. No outro extremo, com o panoptismo, temos a disciplina-mecanismo: um dispositivo funcional que deve melhorar o exercício do poder tornado-o mais rápido, mais leve, mais eficaz, um desenho das coerções sutis para uma sociedade que está por vir” (FOUCAULT, 1993: 184).

X- Representação e petição a qualquer autoridade em defesa dos seus direitos;

A representação jurídica dos internos é realizada pelo advogado da instituição.

XI- Contato com o mundo exterior por meio de correspondência, desde que não comprometam a moral e os bons costumes, ficando a critério da direção juntamente com a equipe técnica, avaliar a correspondência;

É importante destacar a forma valorativa, para não falar moralista, com que o preceito libera e disciplina a comunicação, atrelando-a à premissa do respeito à moral e aos bons

costumes. O ECA no art. 124, inciso VIII, que trata do direito à comunicação, não atrela esse direito a nenhuma premissa, e, por outro lado, parece-me complicado estabelecer para ligações ou para cartas princípios morais. Primeiramente, porque o ideário da moral e bons costumes foi criado e ainda é alimentado por representantes das classes mais abastadas; assim, dificilmente um adolescente interno no Lar do Garoto poderá pautar suas ações a partir de tal ideário, pois para sobreviver ele provavelmente teve muitas vezes que ceder aos apelos nada éticos de representantes daquelas classes que muito comodamente impõem a moral e os bons costumes. Em segundo lugar, chega a ser curioso pensar como elabora-se e executa-se um programa de vigilância das comunicações que não fira o direito à privacidade do interno, o que conforme Goffman (1974) caracteriza-se como um: "...tipo de exposição contaminadora [pois] coloca um estranho em contato com a relação individual e íntima daqueles que são significativos para ele [o interno]" (GOFFMAN, 1974: 37).

XII- Comunicação através de telefone da instituição, cujo uso será regulamentado através de portaria interna da Direção.

Os internos têm direito a uma vez, na segunda quinzena de cada mês, falar com familiares pelo telefone. Cada ligação dura três minutos. Embora o ECA no seu art. 124, inciso VIII garanta ao interno o direito a comunicar-se com familiares e parentes muitas vezes, vi os meninos serem impedidos de ligarem ou de receberem ligações, pois o corpo técnico entendia que falar com aquelas pessoas não faria bem a eles.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os direitos previstos nos incisos II, XI e XII poderão ser suspensos ou restringidos na ocorrência de falta disciplinar.

Ou seja, as atividades artísticas, desportivas e o direito à comunicação, podem ser suspensos; assim, mesmo sendo direito dos internos e essas atividades constituindo na verdade uma das formas de executar a medida socioeducativa, o regimento da instituição

prevê sua suspensão. Durante a pesquisa houve cinco casos de suspensão dos direitos contidos no inciso II. Fica evidente que a instituição representa a medida como a internação em si mesma e que as atividades são um adendo daquela.

Dessa forma, com ameaça velada, o regimento encerra o capítulo dos direitos dos internos. Direitos estes que estão sempre acompanhados de prescrições, atrelados à normas, enfim, é a disciplina sempre à frente da promoção humana. Isto descortina que o fundamental no trabalho de “ressocialização” não é de fato a promoção do sujeito, mas a punição, o fato de tirá-lo de circulação.

ART. 3º - SÃO DEVERES DO INTERNO, O CUMPRIMENTO DAS SEGUINTE OBRIGAÇÕES:

I- Participação nas salas de aula e oficinas;

De acordo com o ECA, como vimos linhas atrás, é dever do estabelecimento educacional oferecer educação e profissionalização ao interno e não que a participação deste se configure numa obrigatoriedade. Talvez o fato da imposição explique a apatia e às vezes o tumulto que na maioria das vezes ocorre durante as aulas. Na verdade, muitos internos participam das aulas porque são obrigados. Essa é uma didática difícil de ser compreendida: se nas salas de aula no mundo exterior já é preciso haver sedução do aluno, eu imagino o esforço que não deveria ser feito numa situação de liminaridade para que o indivíduo se interessasse em aprender conteúdos formais. Mas, por enquanto, predomina a didática da sanção.

II- Não conduzir instrumentos de trabalho para os quartos;

Sempre que podem, os internos levam linhas da oficina de tear para confeccionar pulseiras, chaveiros, cordões e etc. Objetos muito cobiçados entre eles são papel e lápis de cor. Quando alguém os possui ou quando algum outro, num momento de ‘descuido’ da

professora, consegue arrematar alguns, ele os guarda como a um tesouro. É durante a noite, principalmente, que os internos dão asas à imaginação. Eles desenham, escrevem cartas, fazem poesias, contam histórias, (muitas delas narrando a sua própria vida). As professoras estão sempre atentas para evitar que os objetos da sala de aula passem, mas de vez em quando alguém consegue pegar alguns lápis.

O vice-diretor surpreendeu-se ao descobrir que os internos riscam as paredes da instituição e eu o questionei se não seria melhor distribuir lápis e papel para todos. Ele alegou a escassez de material.

Há outra ação muito comum entre os internos: carregar os ferros das cadeiras em que se sentam e com os quais eles produzem espetos. Certa vez, numa vistoria que os monitores realizaram encontraram 50 espetos. Havia quartos em que foram encontrados 10. Os espetos ali valem ouro e são até negociados entre eles. Os internos dizem que o espeto é a segurança, “faz o moral de quem tem”. Os adeptos dos espetos são, em sua maioria, os mais novos e os novatos, daí a comercialização, (eles temem espancamento e acima de tudo abuso sexual).

Durante a pesquisa, houve um tumulto no Lar, pois os monitores descobriram que havia duas gangues formando-se lá dentro. Deram uma geral e encontraram quase 70 espetos; as gangues foram desmanteladas e seus líderes puderam curtir 30 dias de reflexão. Mas nem todos os espetos se foram, pois alguns internos ainda têm seus espetos enterrados no pátio principal do internato, segundo eles “para uma hora de precisão”. Portanto, os espetos são uma estratégia de segurança e atestam que a integridade física dos internos não é assim tão bem cuidada por aquela instituição. Por exemplo, houve um caso em que um interno denunciou à assistente social que havia sido forçado a manter relações sexuais com outros dois internos. Embora a direção não tenha admitido o caso, os internos acusados do ato foram castigados com um mês na triagem. Portanto, o fato de armarem-se demonstra o que Goffman afirma:

“além da deformação pessoal que decorre do fato da pessoa perder seu conjunto de identidade, existe a desfiguração pessoal que decorre das mutilações diretas e permanentes do corpo- por exemplo, marcas ou perda de membros. Embora essa mortificação do eu através do corpo seja encontrada em poucas instituições totais, a perda de um sentido de segurança pessoal é comum, e constitui um fundamento para angústias quanto ao desfiguramento” (GOFFMAN, 1974: 29).

III- Manter o bom comportamento, disciplina e cumprimento fiel da medida;

Infelizmente, durante a pesquisa, nenhum dos internos conseguiu reproduzir esse inciso e, portanto, sempre sofriam as conseqüências que vão da advertência à Ala de reflexão.

IV- Obedecer ao educador, executando as tarefas recebidas;

Obediência, reprodução das ordens dadas, cumprimento fiel... Como o rigor da lei é presente, como é constante a estratégia de mortificar o eu do outro. Dito de outra forma:

“na linguagem exata de algumas de nossas mais antigas instituições totais, começa uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu. O seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado. Começa a passar por algumas mudanças radicais em sua *carreira moral*, uma carreira composta pelas progressivas mudanças que ocorrem nas crenças que têm a seu respeito e a respeito dos outros que são significativos para ele” (GOFFMAN, 1974: 24).

V- Manter-se contrário a movimentos de fugas, brigas, rebeliões e motins, etc;

É interessante esse inciso, pois como é que se espera de alguém que está preso não pensar, arquitetar ou mesmo executar uma fuga. Durante a pesquisa, houve cinco fugas.

VI- Respeito a qualquer pessoa;

Esse respeito exigido complementa-se, ou torna-se mais claro, no inciso XIII desse regimento, como discutirei mais à frente. No entanto, acrescento que como respeito subentende-se, dentre outras normas, não aparecer sem camisa no pátio, talvez por conta da moral e dos bons costumes! Esses são princípios defendidos pelo idealizador deste regimento.

VII- Preservar sua higiene pessoal e asseio do quarto ou alojamento coletivo;

Como já discuti neste trabalho, os internos são responsáveis por toda a faxina do setor de internamento. Agora, quanto ao seu asseio pessoal, há aqueles que não gostam de realizá-lo e esses são delatados aos monitores pelos seus colegas de quarto. Como vimos nas fotos, a

maioria dos internos preocupa-se muito com a aparência e não dispensam um arsenal de cosméticos, usam do shampoo aos cremes de pele, além do que ainda improvisam alteres com bujões de água mineral e fazem alongamento cotidianamente. Assim, aqueles mais experientes vão ensinando aos outros como ficar “mais incorporado”²³. Para eles, ter um “tipo” significa ser “um considerado” lá dentro e aqui fora; então é importante estar sempre em forma. A vida para eles é constante luta, os obstáculos estão sempre à sua frente e eles conseguem estratégias para vencê-los.

VIII- Não fumar nas dependências da instituição;

Não só os internos descumprem esse inciso, como por várias vezes presenciei pessoas da equipe técnica fumando e, o que é pior, eles jogam o resto dos cigarros no chão e os internos os apanham, desmancham e fazem outros cigarros para fumarem à noite, nos quartos. Assim, fica o dito pelo não dito. É proibido, mas o corpo técnico faz e ainda proporciona indiretamente (?) aos internos o prazer de fumar.

IX- Não entrar com aparelho sonoro nas salas de aula, salvo com a anuência do (a) professor (a), nem utilizá-lo nos horários de atividades e após às 22h;

Durante a pesquisa, o uso de aparelho sonoro pelos internos foi proibido em todo e qualquer lugar e horário da instituição e, em seu lugar, a instituição instalou um sistema de som ambiente, que é controlado pela monitoria. Os meninos revoltaram-se com a proibição, pois, segundo eles, aquilo era uma forma de puni-los. Já a direção dizia que o uso de som por eles facilitava fugas, pois eles podiam serrar as grades sem que os monitores ouvissem e, ademais, o som às vezes gerava briga entre eles, visto que, enquanto um poderia querer dormir, não seria permitido ao outro ouvir música em alto som.

X- Não praticar comércio- compra, venda ou troca entre si e/ou com os educadores;

²³ Incorporado para eles significa desenvolver o físico.

Não só os internos trocam e vendem objetos entre si como também fazem negócios com os monitores como, por exemplo, venda ou troca de objetos que confeccionam nas oficinas. Sem falar que, mesmo sendo proibido pela direção, alguns monitores ainda fazem compras externas para os internos, geralmente, material de higiene pessoal.

XI- Não fixar cartazes ou figuras nas paredes dos quartos e/ou alas;

Os internos improvisam varais, colocam calendários nas paredes, fazem desenhos e inscrições. Percebi que, por maior que seja a disciplina, os internos ainda assim encontram forma de confrontar-se às suas regras, talvez essa seja a forma que eles encontram de suportar a imposição, pois só construindo um contra-poder ou uma rede de insurreição é que eles parecem dar emoção à morbidez que a internação lhes causa.

XII- Reportar-se a funcionários, visitantes e autoridades, tratando-os sempre por senhor ou doutor.

Um dos internos disse-me certa vez ironizando esse inciso: “aqui é tudo dotô, senhô... Besteira isso!” (Mike, 17 anos). A submissão ao outro inclusive na fala é tratada por Goffman como uma estratégia de mortificação e:

“assim como o indivíduo pode ser obrigado a manter o corpo em posição humilhante, pode ser obrigado a dar respostas verbais também humilhantes. Um aspecto importante disso é o padrão de deferência obrigatória das instituições totais; muitas vezes, os internados são obrigados a em sua interação social com a equipe diretora, apresentar atos verbais de deferência” (GOFFMAN, 1974: 30).

CAPITULO II

DA FALTA DISCIPLINAR

ART. 4º - AS FALTAS CLASSIFICAM-SE EM LEVES, MÉDIAS E GRAVES:

I-COMETE FALTA LEVE O INTERNO QUE:

- a) faltar com respeito a qualquer pessoa;
- b) não conservar os objetos recebidos pela Instituição;
- c) entrar em locais não permitidos pela Instituição;

Por exemplo, não é permitido ir até as salas dos setores jurídico, social, psicológico ou médico e, menos ainda, ir até o setor burocrático. Dentro do próprio internato, há hora e fila para ir ao refeitório, ao banho coletivo e até para circular entre o auditório e os quartos.

Foucault (1993), ao discutir sobre a seriação das atividades afirma que:

“o espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quanto corpos ou elementos há a repartir. É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa. Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos” (FOUCAULT, 1993: 131).

d) apresentar-se no pátio vestido inadequadamente;

Essa é outra regra que os internos abominam e por conta dela quase perco um dos meus melhores informantes. O menino detestava usar camisa e era obrigado a fazê-lo sempre que eu estivesse lá, então tive que intervir junto à diretora para que ela o liberasse daquele uso e ela, gentilmente, cedeu ao meu pedido.

e) pronunciar palavras de baixo calão;

Tanto os internos os pronunciam- sussurrando, é claro- quanto os monitores em suas conversas nas trocas de plantão. Essas trocas ocorrem sempre por volta das 7h50; nesse horário, os internos que já tomaram seu café da manhã aguardam nos quartos serem liberados para irem às aulas. Portanto, os monitores ficam livres para abordarem qualquer tema, embora dos quartos os internos escutem a discussão.

f) entrar em discussão, de forma hostil, com colega, educador ou qualquer pessoa.

Sempre ocorrem atritos. Como eles mesmos falavam, estar preso, só vendo as mesmas caras, fazendo a mesma coisa, traz uma sensação de raiva e angústia e aí eles “fervem a cabeça”. Não há um dia em que não haja discussão entre internos e entre internos e monitores. Há inclusive aqueles internos que são membros permanentes da triagem e se o caso for mais sério, como agressão física, como disse-me um monitor: “reflexão neles”.

CONSEQÜÊNCIAS:

1- Advertência verbal

2- Registro na ficha individual;

Esse é o que se pode denominar de o Calcanhar de Aquiles dos internos: eles são tão condicionados à anotação no relatório, que tudo que façam ou digam tem por base a anotação dos monitores. No início da pesquisa, tive que lutar muito para desconstruir a idéia de que o que me diziam era lido e anotado pelos monitores.

I - COMETE FALTA MÉDIA O INTERNO QUE:

a) repetir três faltas leves;

b) ameaçar ou desrespeitar qualquer pessoa na Instituição;

c) recusar-se a cumprir ordens recebidas pela Instituição;

Ouve e cumpre! São sempre as palavras-chave para um “bom” relacionamento entre corpo técnico e internos.

d) dificultar apuração de faltas;

Os internos sempre utilizam-se de estratégias de encobrimento e acobertamento, assim muitos casos ficam sem conclusão.

e) responder à chamada por outro.

Isto não ocorreu em nenhum momento durante a pesquisa.

CONSEQÜÊNCIAS:

1- Recolhimento ao quarto durante os horários das atividades recreativas, até cinco dias;

Essas atividades reduzem-se ao jogo de futebol e as conversas que os internos mantêm durante os espaços de tempo que separam as aulas do momento da refeição e do intervalo de tempo entre as oficinas e o horário de jantar. Mesmo sendo tão ínfimo, esse tempo ainda pode ser retirado.

2-Reduzir pela metade o horário de visita;

3-Registro na ficha individual.

III - COMETE FALTA GRAVE O INTERNO QUE:

- a) agredir fisicamente qualquer pessoa dentro da Instituição;
- b) tentar ou ferir qualquer pessoa com arma ou objeto nas dependências da Instituição;
- c) roubar, furtar ou danificar objeto alheio;

A última regra vai de encontro ao código dos internos, pois para eles “achado não é roubado” e eles estão sempre “achando” objetos dos outros. Há até entre eles a figura do ‘gabiru de cela’ e de banheiro, que é uma personagem que está sempre a postos para “encontrar” objetos dos ‘descuidistas’.

- d) tentar fugir da Instituição;
- e) incentivar ou participar de motim, rebelião ou qualquer outro movimento contrário à ordem e à disciplina;
- f) usar ou portar drogas e/ou armas de qualquer espécie;
- g) for flagrado na prática de ato sexual, libidinoso ou obsceno.

Embora o corpo técnico não tenha admitido, por três vezes os internos contaram-me que tinha havido relações sexuais entre eles e, já no final da pesquisa, três adolescentes foram para a triagem como consequência por terem feito sexo com um menor que eles, sendo que este último estava para ser desinternado pois que, segundo uma das assistentes sociais: “ele já estava ficando viciado naquilo, em ser usado pelos outros!” (Maria).

CONSEQÜÊNCIAS:

1- Será afastado do convívio coletivo e recolhido em ala de reflexão compatível com o caso, pelo período de um a trinta dias, sem prejuízo da comunicação, exceto o uso do telefone. Ressalvadas a garantia de banho de sol, visitas e ações educativas;

Quando fala-se sem prejuízo de comunicação, exceto por telefone, fica implícito que haverá, na maioria das vezes, sérios prejuízos de comunicação familiar, já que a maior parte dos internos vêm do sertão. Assim, é por telefone que eles podem interagir com os parentes e, não podendo fazê-lo, eles obviamente ficam sem ter como utilizar-se desse direito, que é

ver ou falar com os familiares. Há internos que entram e saem do Lar do Garoto sem que seus familiares tenham ido uma vez sequer ter com eles. Isso ocorre devido, na maioria das vezes, a estados de pobreza gritante e, em outras, ao profundo desamor que impera nas relações familiares.

No entanto, a instituição poderia utilizar-se da estratégia das visitas, favorecendo-as mesmo e não só nos momentos das festas, para tornar o processo de “ressocialização” mais humano e ao mesmo tempo, ou como consequência disto, mais fecundo, já que como discuti em outro momento é uma das características dos adolescentes internos virem de famílias em que os laços afetivos e de responsabilidade são frouxos ou inexistentes.

2- Comunicação ao juiz da Infância e da Juventude para instauração de outro procedimento, quando tratar-se de fato tipificado com o crime;

3- Registro na ficha individual.

DA APURAÇÃO E PUNIÇÃO DAS FALTAS DISCIPLINARES

ART. 5º- As faltas leves serão executadas pelo coordenador de plantão, com a devida comunicação à direção.

A aplicação dos castigos a essas faltas é uma complicação, visto que os monitores ou exageram na dose, ou esperam o dia amanhecer, se o fato ocorrer à noite, para que o diretor decida o que fazer. Como exemplo da dificuldade que os monitores têm em exercerem punição sobre os internos, há o caso em que houve uma briga no refeitório durante o jantar e o coordenador de plantão esperou amanhecer para contar ao vice-diretor e perguntar-lhe como agir. O vice-diretor mostrou-se aborrecido e disse-lhe que ele sabia o que deveria fazer e tinha autonomia para tal.

ART. 6º- Fica instituído o Conselho disciplinar formado pelo Diretor, Psicólogo, Assistente Social e Coordenador de Disciplina (leia-se monitor ou coordenador do plantão) para, sob a presidência do primeiro, apurar e punir as faltas graves.

PARÁGRAFO ÚNICO: Não concordando o defensor com a decisão tomada pelo Conselho disciplinar, poderá promover o que julga pertinente.

Durante a pesquisa, em nenhuma situação presenciei o defensor ir de encontro a alguma decisão do Conselho disciplinar. Ele, ao contrário, sempre muito técnico colocava-se na postura de “neutralidade” e priorizava a ordem, a moral e os bons costumes e, sendo assim, acatava todas as decisões.

ART. 7º- O interno que, no cumprimento da medida, apresentar bom comportamento, cumprindo rigorosamente as normas estabelecidas e contribuindo com a ordem e a disciplina, terá isso registrado em sua ficha do qual será informado o juiz da Infância e da Juventude por ocasião do seu relatório.

Aqui fica patente a denúncia que os meninos faziam ao reclamarem que sua estadia ali era menos referente ao tipo de infração cometida que ao seu comportamento lá dentro, ou seja, a sua capacidade de adequação às regras da casa ou mesmo sua capacidade de utilizar-se de técnicas de encobrimento e controle das emoções para que parecesse à equipe técnica que já estava dócil e capaz de reproduzir o padrão comportamental que a instituição esperava deles. Desse modo, os “cabeças-quentes”, como eles diziam, eram os mais prejudicados, visto não conseguirem driblar as suas próprias emoções e com muita frequência serem levados a “refletirem” o que significava também mais observações negativas a seu respeito e, conseqüentemente, mais tempo de internação.

CAPITULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ART. 8º- Ao ingressar na instituição, o adolescente passará por um período de adaptação, que consiste em sua apresentação aos demais internos, seguindo-se de contatos e entrevistas com Psicólogo, Assistente Social e Advogado.

Primeira fase do rito de passagem liminar que implica poder ser devassado por todos os veteranos e corpo técnico.

ART. 9º- As normas do presente regimento aplicam-se no que couber, aos internos da semi-liberdade.

Como não funciona mais a semiliberdade, as regras ficam restritas aos que estão internados.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os casos omissos, não registrados neste documento, serão resolvidos pela direção da casa.

João Pessoa, 12 de setembro de 01.

Elaborado por - HERCULANO BELARMINO CAVALCANTE²⁴
ADVOGADO

REVISÃO:

Equipe Técnica de Capacitação

Equipe Técnica do Setor Jurídico

Equipe Técnica do CEA-João Pessoa

Equipe Técnica do Lar do Garoto

²⁴ Como destaquei ao discutir sobre os atores, a personagem do advogado é a presença mais marcante na direção do drama do Lar do Garoto, personagem que sobressai-se até à direção.

Percebe-se no regimento do Lar do Garoto um grande peso no tocante ao valor atribuído à disciplina como também há a presença da possibilidade de premiação. Considerando-se os direitos e deveres dos internos acima descritos, percebe-se claramente, que as regras do Lar pretendem gerar um: “isolamento do condenado com relação ao mundo exterior, a tudo o que motivou a infração, às cumplicidades que a facilitaram. Isolamento dos detentos uns em relação aos outros. Não somente a pena deve ser individual, mas também individualizante” (FOUCAULT, 1993: 211).

Como também os sistemas de *gratificação-sanção*, construídos cotidianamente, via relatórios, e simbolizados especialmente nos castigos, triagem ou reflexão, podem ser vistos como um meio através do qual

“a solidão deve ser um instrumento positivo de reforma. Pela reflexão que suscita, e pelo remorso que não pode deixar de chegar. Enfim, e talvez principalmente, o isolamento dos condenados garante que se possa exercer sobre eles, com o máximo de intensidade, um poder que não será abalado por nenhuma outra influência; a solidão é a condição primeira da submissão total” (FOUCAULT, 1993: 212).

Conforme Foucault (1993), a estratégia de correção, via prisão pressupõe que:

“o que se procura reconstituir nessa técnica de correção, não é tanto o sujeito de direito, que se encontra preso nos interesses fundamentais do pacto social; é o sujeito obediente, o indivíduo sujeito a hábitos, regras, ordens, uma autoridade que se exerce continuamente sobre ele e em torno dele, e que deve deixar funcionar automaticamente nele” (FOUCAULT, 1993: 114).

Há ainda um aspecto a ser brevemente mencionado aqui e que diz respeito à necessidade da sociedade em adultizar (Azevedo & Gerra, 1985) a criança e o adolescente. Assim, a disciplina tem também a característica de imposição dos padrões comportamentais do mundo adulto à criança e ao adolescente. Sendo incumbido:

“ao adulto ensinar à criança em que condições e medida seus instintos podem ser expressos. Em termos da sociedade, cabe ao adulto transformar a criança em pessoa capaz de atuar com o máximo possível de sociabilidade. Pode-se discutir a qualidade dos valores ensinados pelos adultos às crianças. Seu conteúdo pode ser infinitamente questionado. Mas, não é isto que está

em jogo. Em pauta está o papel de socializador desempenhado pelo adulto junto às gerações imaturas” (AZEVEDO e GUERRA, 1985: 40).

Enfim, o regulamento do Lar do Garoto apresenta em todo o seu texto a questão do disciplinamento, do controle das ações e dos castigos. O interno é representado como o sujeito de deveres e à instituição é simbolizada como o sujeito de direitos que recebe e deve moldar o indivíduo “desviante”. Assim, todo o regimento está voltado à punição, embora em alguns momentos ela apareça de modo velado.

5.3 Regras dos internos

Não obstante o regimento oficial, os internos falaram sobre as regras que eles constroem e que norteiam suas relações com os demais. De acordo com Turner (1974), em toda situação de liminaridade há a formação da *communitas* e essa pressupõe a criação de regras, regras que são marginais, que funcionam nos interstícios da estrutura, mas que norteiam a vida dos membros da *communitas*. Então interagindo entre si, os membros da *communitas* tendem a priorizar suas regras em detrimento das regras impostas pela estrutura uma vez que, essas não fazem parte de sua realidade, desconhecem ou desconsideram sua visão de mundo, as suas necessidades. Já o código da *communitas* é forjado a partir da consideração das necessidades reais dos indivíduos liminares, daí sua legitimidade.

Segundo os internos, suas regras são secretas, visto que os monitores estão sempre atentos e prontos para desmontarem-nas. Assim, entre os internos é estabelecido que:

- 1) Todo novato deve ser observado por um período de 15 dias a um mês para que os demais possam saber “qual é a sua”, ou seja, se pode ser “um considerado lá dentro”. Os novatos nos seus primeiros dias de internação, logo que saem da triagem, passam por um período de isolamento, geralmente eles são muito quietos,

falam pouco e observam muito. Já os veteranos agem de modo semelhante, com exceção do fato de que eles comentam e investigam entre si para descobrir a história do novato e assim poder ter claro se ele pode ou não entrar num dos subgrupos que existem ali.

- 2) Os veteranos não devem tirar vantagem de um novato, nas trocas de objetos e nas informações que lhe repassam. Essa regra é bastante descumprida e geralmente ocorre o contrário, os veteranos impõem condições aos novatos para que estes entrem em seus subgrupos. Assim é comum os novatos darem aos veteranos peças de roupas e serem enganados por aqueles quanto às informações que lhes são repassadas. Os veteranos costumam criar uma rede de “fofoca” em que denigrem os seus desafetos e incitam os novatos a brigarem com eles. Esta é uma forma de vingarem-se dos inimigos sem serem castigados, afinal, foi o novato quem provocou a briga.
- 3) Toda visita dos demais deve ser respeitada e aquele que não tem visita deve evitar estar no auditório no dia de visitas. Os internos costumam ficar olhando as visitas femininas dos demais, irmã, prima, mulher, e não é raro ouvi-los falarem de modo um tanto ousado sobre elas, com frases do tipo: “e essa cumade aí hein? Que bicha boa!” (Jerry, 16 anos).
- 4) Se há internos parceiros, eles devem ficar *morando* no mesmo quarto, mesmo que para isso um outro interno tenha que mudar-se. Em dois casos, vi parceiros encontrando-se lá dentro, pois os que ocupavam o quarto cederam imediatamente a vaga e deram à direção a desculpa de que haviam brigado com o colega de quarto.
- 5) Os “caguetes” devem ser “pegos” conjuntamente na hora do banho, para que não haja um responsável identificável e porque na hora do banho eles não são vigiados pelos monitores. Durante a pesquisa nenhum interno que tenha sido espancado

denunciou o fato à direção, no entanto, alguns internos contaram-me que bateram em um dos novatos, pois ele não queria misturar-se aos outros.

- 6) Se há um interno “caguete” que tenha problemas mentais, ele não deve ser castigado e deve ser protegido pelos maiores para evitar que seja abusado sexualmente por outros internos. Conheci um interno com 17 anos que apresentava um quadro de distúrbio mental e, em muitas ocasiões, vi internos intercederem por ele junto aos que queriam espancá-lo. Isto demonstra um sentimento de respeito e compromisso em relação aos membros da *communitas* que se encontram nas posições baixas.
- 7) O objeto que for encontrado na hora do banho pode ser tomado, por quem o encontrou, como seu, pois, segundo os internos, “achado não é roubado”. Há internos que “vivem” de achar coisas “perdidas”, são aqueles que as famílias não dão assistência, pois não têm condições financeiras para visitá-los ou mesmo quando vão não podem levar muita coisa. Assim, os internos encontram formas de conseguirem o que precisam, geralmente são alimentos (biscoitos, doces) e material de higiene pessoal (shampoo, sabonete, desodorante).
- 8) Jamais entregar quem possua cigarros, drogas ou esteja planejando fugir e se estiver ao seu alcance colaborar distraindo os monitores. Aqui vê-se claramente as estratégias de encobrimento e acobertamento, é a “força” da *communitas versus* as estratégias de controle da instituição. A primeira sempre prevalece, afinal ela rege o cotidiano dos iguais, da anti-estrutura.
- 9) Desprezar e, de preferência, espancar e estuprar um estuprador. Apesar de ter conhecido um interno que havia praticado estupro, não soube que os internos tenham cometido nenhuma agressão contra ele. No entanto, o interno não facilitava para os demais, mantinha-se sempre só e quase não falava com ninguém;

- 10) Evitar ter contato, mesmo que só por amizade, com homossexuais. A atitude dos demais internos em relação a um adolescente que algumas vezes manteve relações com outros, era de ironizar e ridicularizá-lo. Embora, muitos dos que assim agiam eram denunciados pelos demais pelo fato de que também gostavam de usufruir dos “favores” daquele. Assim, percebi em alguns momentos que a ridicularização do homossexual é uma forma de fortalecer o seu próprio papel. O “considerado” é o sujeito “durão”, então ele não pode assumir ali dentro suas fragilidades afetivas.
- 11) Negar veementemente ao corpo técnico que há regras entre os internos. Há aqui a estratégia de controle de informações e neste sentido, todos os internos atuam de modo a esconderem aquilo que possa prejudicá-los.

As regras dos internos além de normatizarem as condutas possíveis dentro da *communitas*, ainda são demarcadoras dos ritos de passagem (cf. Heye, 1980: 134) aos quais são submetidos os novatos. Assim, a primeira fase na construção do processo de liminaridade do interno, implica na separação dele do restante dos internos. A segunda fase diz respeito ao período liminar ou de transição, isto é, aquele período em que o novato será avaliado pelos veteranos. E na última fase, a de incorporação, o interno é admitido na *communitas* sendo que depois de algum tempo ele passará a integrar algum dos seus subgrupos, por exemplo, o grupo dos mais novos ou dos mais velhos. Com isto fica claro que os internos têm na sua *communitas* um código geral, mas que nesse meio há a formação de diferentes grupos e, portanto, algumas regras são válidas para um grupo e para outros não. Por exemplo, existem grupos de internos que gostam e com frequência tiram vantagem dos novatos; existem internos que são, reconhecidamente, alcagüetes; outros internos praticaram estupros e unem-se em grupo para protegerem-se dos demais; roubar é proibido, mas eles falam dos “gabirus de cela” que, com frequência, encontram objetos alheios; as visitas devem ser respeitadas, porém, existem internos que em toda visita ficam olhando e comentando sobre as

mulheres dos outros. Desse modo, há na *communitas* a estratificação da situação liminar e é por isto que cada tipo de carreira desviante é determinante, dentre outras coisas, para a formação dos diversos grupos dentro do Lar do Garoto.

Discutirei de modo mais amiúde a trajetória dos adolescentes que infringiram a lei, os processos de liminaridade e o disciplinamento por eles vivenciado dentro do Lar do Garoto no próximo capítulo.

CAPÍTULO 6

O DRAMA

6.1 O cotidiano do Lar do Garoto

O dia no Lar do Garoto começa bem cedo, às 6h30, quando os monitores despertam os internos para que façam a higiene pessoal e tomem café, para depois irem à aula.

Os horários estabelecidos pela casa são os seguintes: levantar às 7h e formar fila para fazer a higiene pessoal e tomar café, durante o qual são servidos: cuscuz com ovo ou sardinha com pão e café; às 7h45, fila para sair do refeitório, ir aos quartos, escovar os dentes e deixar o copo e a colher de plástico que cada interno possui e que deve levar toda vez que for ao refeitório; 8h10, fila para ir à sala de aula; 9h, intervalo de 10 a 15 minutos; 10h30, final da aula; entre às 10h30 e 11h, os meninos podem ficar, ou no pátio principal, brincando, conversando, ou ficar nos quartos vendo televisão e fazendo a faxina dos mesmos; 11h, fila para o banho; 11h30, fila para o almoço; 11h40, almoço, que dura mais ou menos de 20 a 30 minutos, momento em que são servidos : verdura, arroz, feijão, macarrão, carne e água; por volta das 12h, fila para voltar do refeitório e ida para os quartos, onde repousarão até às 14h: às 14h, são liberados para irem ao pátio principal ou às oficinas (cada interno participa de uma ou mais oficinas e elas ocorrem em dias alternados); às 15h, fila para o lanche em que são servidos: doce em barra com pão e água ou doce em barra com biscoito; às 15h10, volta do lanche ou volta às oficinas ou ao pátio; às 17h, término das oficinas e hora do banho; às 17h30 fila para o jantar; às 17h40, é servido o jantar, que tem como cardápio: sopa com cuscuz ou rubacão ou, às vezes, repete-se o que foi servido no almoço; às 18h10, fila para voltar aos quartos. Nesse momento, os meninos são trancados e só saem no dia seguinte, recebendo,

ainda, um lanche às 21h, cujos alimentos sempre são: bolo com chá ou leite ou ainda chocolate quente com biscoito.

De acordo com o exposto, fica claro que a rotina do Lar do Garoto diz respeito à consolidação do tempo disciplinar. Considerando essa distribuição seriada das atividades ou o tempo disciplinar institucionalmente imposto, segundo os meninos, a hora de deitar e acordar são as piores horas do dia, pois para eles, ser trancado (deitar) implica ficar sem ter o que fazer, e isso os faz pensar na família, nos amores, e acordar os faz verem que ainda estão ali.

Na tentativa de tornar claro os diferentes atos de encenação, dividi em 08 temas as situações vividas no Lar. Assim priorizei os temas: disciplina; trabalho; lazer; fugas; brigas; confrontação às normas da casa; tempo de cadeia e punição.

6.1.1 1º Ato: A *disciplina*

Quanto à disciplina há um dado curioso que é a ritualística que os meninos são obrigados a cumprir antes de cada refeição, quando um dos monitores escolhe um dos internos e o incumbe de rezar, de pé, um pai-nosso que deve ser acompanhado pelos demais internos. Todas as vezes que os vi agradecendo o alimento, percebi na atitude um ato condicionado e mecânico, pois eles falam apressadamente e mal dizem amém, já estão se sentando e levando a colher à boca. Algumas vezes vi os monitores irritados, pois ninguém puxava a oração. Nesses momentos, os monitores, quase gritando, faziam com que o responsável pela oração se apresentasse e a pronunciasse.

Além da prece, cabe aos internos não falarem entre si nem com os monitores durante as refeições e aqueles que desobedecem são severamente advertidos. O momento das refeições pareceu-me ser um dos momentos de maior tensão, pois eles não se falam, só se olham pelo

canto do olho, enquanto os monitores, de pé e de braços cruzados, os espreitam o tempo todo. Realmente aquilo não me pareceu um comportamento saudável para o momento da refeição.

Já nas salas de aula, cabe aos internos não conversarem entre si, cumprirem com exatidão as ordens das professoras e, só em último caso, pedir para sair da sala; assim, vi várias vezes os meninos terem seus pedidos para ir ao banheiro negados e as professoras dizerem que no intervalo eles iriam. Eles são contados na entrada para a sala de aula, ainda na fila. Na sala de aula, se houver qualquer tumulto, a professora pode solicitar a presença de um monitor. Ainda dentro da sala de aula, são contados mais umas três vezes e, novamente, são contados e revistados quando estão saindo, pois segundo o corpo técnico, alguns internos tiram os ferros das cadeiras em que sentam e os transformam em espetos, assim, é necessário revistá-los ao saírem. Os internos mostravam-se profundamente revoltados com o fato de serem contados e de serem revistados. Por várias vezes, vi quando os monitores davam as costas aos meninos e eles faziam gestos com as mãos como se tivessem revólveres e atirassem nos monitores. Eles simulam com as mãos um revólver e deixam escapar sua revolta à contagem.

Turner (1974: 126-127) mostra que a situação de liminaridade tem características tais quais aquelas que observei no Lar e que são a denominação igualitária, no caso dos adolescentes que são chamados de internos; a lei da submissão e do silêncio, que os impõe a atender sem questionar às ordens do corpo técnico caracterizando o interno como uma tábula rasa, onde o estabelecimento educacional, via corpo técnico, inscreverá suas regras; e, por fim, a imposição da continência sexual. Os internos são também capazes de estratificarem sua própria *communitas*, criando hierarquias de liminares, dentro da situação de liminaridade que vivem, pois eles rejeitam os homossexuais, rejeitam os alcagüetes e rejeitam os adolescentes que apresentam melhores condições sócio-culturais.

Duas outras situações são emblemáticas do exercício da disciplina, agora voltada ao controle dos espaços. Primeiramente, houve uma tarde em que um dos internos pediu durante três horas a um monitor que ele solicitasse à diretora licença para que pudesse ir até o setor burocrático gravar uma fita, ou seja, utilizar o aparelho de som da instituição e copiar para si uma fita de um dos seus colegas. A princípio o monitor alegou que quando a diretora chegasse ele iria resolver. O tempo passou e o interno que estava atento, observando o pátio do setor burocrático pelas frestas do portão principal do internato, viu o momento exato em que o carro da diretora adentrou a instituição e foi correndo avisar ao monitor. Este por sua vez alegou estar ocupado no momento e disse-lhe que depois iria ter com ela. Após o lanche, por volta das 3h20, o interno voltou a procurar o monitor e ele olhando para o interno, disse-me sorrindo e: "o problema deles é esse: eles são apressadinhos demais. Você conseguiu esperar nove meses pra nascer ou veio antes? Eles pensam que a gente não tem o que fazer" (Fabrício). Por volta das 16h30m, o monitor dirigiu-se ao interno e disse-lhe: "infelizmente a diretora já foi embora. Fica pra outro dia" (Fabrício). O interno, quase chorando, falou-me: "Tá vendo? se ele tivesse ido logo... Eles fazem isso só pra humilhar a gente". (Josivan, 18 anos)

A outra situação ocorreu num dos dias destinados às ligações telefônicas. Um dos internos queixava-se a um dos monitores que ainda não havia falado com sua mãe e pedia-lhe que o permitisse fazê-lo. O monitor, por sua vez, enrolou o interno a tarde toda e por volta das 17h disse-lhe: "fica pra depois". O menino, chorando, saiu para seu quarto.

As situações acima descritas falam por si só, não apenas da necessidade de controlar o outro ou os seus movimentos dentro de espaços que são demarcados, mas também da estratégia de submeter o outro ao poder de mando, aquele que decide. Goffman (1974) já discute essa prática da submissão via humilhação do outro. A proibição do livre acesso ao setor burocrático é defendida pela instituição como forma de evitar fugas, no entanto, os

muros desse setor têm a mesma altura que os do internato e poderia haver monitores lá também.

Não obstante a imposição das normas do estabelecimento, os internos encontram formas de manipular as situações de seu dia-a-dia, utilizando-se, para tanto de representações. É assim que eles criam códigos de olhares, como quando na situação do refeitório em que um interno entregava algo a outro, que notou que estava sendo observado por mim e rapidamente, com um olhar, preveniu o colega que escondeu o que o outro lhe havia passado.

6.1.2 2º Ato: O Trabalho

Esse é desenvolvido pelos internos durante as oficinas e ao fazerem a limpeza do internato. A limpeza de toda a parte do internato, como dormitórios, triagem, ala de reflexão, pátios, salas de oficina, salas de aula, auditório, refeitório e corredores é feita pelos internos que são escolhidos pelos monitores, com base no relatório feito pelos monitores do plantão anterior, que vêem quem já participou e, a partir daí, podem escolher outros ou convocarem os mesmos. Conforme afirma Goffman:

“embora a natureza de tais tarefas decorra das necessidades de trabalho do estabelecimento, a afirmação apresentada ao interno é que elas o ajudarão a viver em sociedade e que sua voluntariedade e capacidade de enfrentá-las serão consideradas como prova diagnóstica de melhora” (GOFFMAN, 1987: 82).

Outro fato ainda relacionado ao momento das refeições diz respeito à responsabilidade que cada adolescente tem de, ao terminar a refeição, retirar todos os pratos e copos, limpar as mesas e, se preciso, naquele momento, varrer e passar o pano no refeitório.

Por outro lado, há também o fenômeno considerado por Goffman (1974) como o ajustamento primário à instituição, por exemplo, o caso de um dos adolescentes que no dia de sua desinternação chorava porque não fazia mais a limpeza do refeitório, portanto o indivíduo

que tem ajustamentos primários em relação à instituição pode comportar-se de acordo com o que Goffman chama de colaborador, ou seja, o sujeito,

“se transforma num colaborador; torna-se o participante ‘normal’, ‘programado’ ou ‘interiorizado’. Ele dá e recebe, com espírito adequado, o que foi sistematicamente planejado, independentemente do fato de isto exigir muito ou pouco de si mesmo” (GOFFMAN, 1974: 159-160).

As oficinas constituem outra forma de atividade que está diretamente relacionada ao trabalho. O Lar oferecia aos internos quatro oficinas, tear, artes plásticas (pintura em telhas), teatro e música.

A oficina de pintura em telha é muito bem aceita pelos internos, talvez pelo fato deles poderem ter uma certa liberdade, senão de criação pois trabalham com moldes, mas das cores que utilizam, do acabamento que dão às telhas. Assim, o produto do seu trabalho pode ser visto, apreciado, invejado pelos demais e por vezes até negociando, fato que lhes permite sentirem-se capazes e autônomos. É comum vê-los discutindo sobre qual a telha mais bonita, disputa essa que, por vezes, termina em brigas.

Nas oficinas de tear e de pintura em telha, o material que os meninos produzem é dividido em duas partes iguais, uma que é deles e da qual eles podem se desfazer como quiserem e a outra que é da instituição.

Na oficina de tear os internos costumam ficar em silêncio, talvez porque o ato de fiar exija atenção. Quando perguntados sobre a utilidade dessa oficina, ao saírem do Lar, os internos respondiam que nenhuma, pois não existem muitas oficinas de tear e as que existem têm aparelhos modernos, então, para eles, a oficina de tear caracteriza-se como um passatempo e uma forma de ser avaliado positivamente, pois estão participando das atividades da casa e isto constará em seus relatórios diários.

Para o oficinheiro, o mais importante na oficina de tear “não é a profissionalização dos internos, mas ensiná-los a viverem com um salário digno, sem levarem muito dinheiro alheio”

(Pedro). A fala do oficineiro explicita que o ideal da oficina é moldar o adolescente para que ele contente-se com um salário, não importando as condições do trabalho e nem o tipo de trabalho que realize, pois o importante é o valor da dignidade. Dificilmente, um adolescente que num assalto consegue mais de um salário mínimo se contentará em trabalhar o mês inteiro para ganhar a metade disso, o que receberá como menor aprendiz.

Quanto à oficina de arte cênica, ela funciona numa das salas de aula e muitos internos dela participam. As apresentações fora da instituição são também freqüentes, e a direção faz questão disso. Segundo a diretoria, essa integração entre eles e o mundo exterior faz parte do processo de ressocialização, pois é uma forma de apresentá-los à sociedade sob um ponto de vista diferente. Os vi por duas vezes em apresentações exteriores e em ambas houve uma enorme expectativa não só dos atores como de todos os internos, pois todos queriam ir assistir à peça, tendo sido difícil para a diretoria decidir quem ia e quem não poderia ir. Não é raro nesses momentos alguém terminar indo para a triagem por revoltar-se ao saber que não poderá sair. Talvez o fato de que a oficina de arte cênica os permita sair torne-a tão atrativa.

Atuando os meninos são incríveis. Eles conseguem envolver o público e os faz entrar na atuação. Um dos internos falou, ao terminar uma apresentação que aconteceu no Shopping Iguatemi, por ocasião da Semana Santa: “mais eu num sabia que o povo gostava da gente não. Foi tão bom! As criança vindo pra gente pintar de coelho. Eu me senti um atorção!” (Augusto, 17 anos).

O fato de estar fora da instituição, de ser aplaudido, de interagir com outras pessoas, torna os momentos de apresentação raros na vida dos internos. É incrível ver a alegria e a espontaneidade com que atuam, ver a preocupação que têm em serem fotografados, em não se afastarem dos monitores, não por temê-los, mas porque não querem correr o risco de não estarem na próxima cena.

No entanto, o oficinairo encontra dificuldades na execução das apresentações exteriores. Primeiramente, porque nem sempre as pessoas aqui fora estão prontas para recebê-los, como numa ocasião durante o mês de junho de 2002 quando os internos, que além de atuarem também tocam, foram apresentar-se com a banda *Pé-de-moleque*, denominada assim pela instituição, e considerada pelos internos como *Banda dos vagabundos*, em uma escola pública e que, para revolta do oficinairo, os internos foram destratados pelas professoras que demonstraram rejeição aos mesmos.

Outra dificuldade diz respeito à exigências burocrático-jurídicas²⁵. Assim, antes de terminar o mês de junho (2002), o oficinairo demonstrou estar aborrecido com a direção da instituição porque a mesma chamou sua atenção pelo fato de que, ao terminar uma apresentação numa escola pública foi convidado por outra a ir imediatamente apresentar-se lá, tendo isso sido o bastante para que ele fosse advertido. Após ser advertido, o oficinairo decidiu acabar com a banda, levando para casa a maioria dos instrumentos que lhe pertenciam e denunciando que há quase quatro meses solicitava da instituição cordas para os violões sem ser atendido. Foi uma tarde triste aquela: já não se ouviam os sons da zabumba, do triângulo, o forró foi suspenso e os internos já não cantarolavam e dançavam pelo pátio.

Por fim, há entre os internos a reivindicação quanto à reabertura da horta. Esta funcionou há algum tempo atrás, tendo sido desativada por uma das direções daquela instituição. A esse respeito, soube em *off* que a desativação ocorreu devido ao medo da direção de que os adolescentes utilizam-se os instrumentos de trabalho como armas. Considerando que a maioria dos internos é proveniente do sertão e muitos trabalhavam em roças, esse fato os estimula a limparem mato e a reclamarem de não ter em que trabalhar no Lar. Algumas vezes vi meninos pedindo enxadas aos monitores para capinar mato e haver brigas entre eles, pois muitos queriam fazer o mesmo. Além desse fato imediato que diz

²⁵ Previamente o oficinairo deve comunicar à direção o local, dia, hora e nomes dos internos que participarão da apresentação; seguindo-se a isto, a direção encaminha os dados ao juiz da vara da infância e da juventude e este permite ou não a saída dos internos.

respeito às raízes culturais dos internos, a roça ainda pode ser considerada como uma estratégia lúdica, assim ela pode abrir possibilidades para que através do contato com a natureza, que vai do preparo da terra passando pelo cultivo das plantas até a colheita, os internos possam desenvolver sentimentos e atitudes como responsabilidade, amor e proteção, coisas que lhes foram negadas pelas suas famílias e pela sociedade de modo geral, e que se tornaram fatores que também contribuíram para sua adesão às infrações. Portanto, ao cultivar a terra os internos estariam resgatando em si mesmos os sentimentos acima citados e poderiam, quando desinternados, desenvolver em suas relações no mundo exterior esses mesmos sentimentos.

6.1.3 3º Ato: O Lazer

O lazer está diretamente ligado aos locais livres, mais especificamente ao campo de futebol. Estive algumas vezes assistindo a campeonatos entre internos que mobilizavam todos os meninos, e mesmo quem não jogava arrumava confusão ao defender seu time predileto, basicamente por ser formado por seus amigos. Os inimigos, que claro, jogavam em times opostos, aproveitavam o jogo para dar caneladas e insultar o outro. Muitas amizades e inimizades começam e terminam durante uma partida de futebol e, assim, o futebol é no Lar do Garoto a forma mais rápida de se conseguir entrar para a *communitas* e ao mesmo tempo de ser expulso de um dos seus subgrupos. Muitos internos foram “refletir” na Ala de reflexão depois de uma partida. Mas logo ao sair do castigo, eles ficaram na expectativa para o próximo jogo. É um custo para os monitores encerrarem os jogos, os internos ficam se demorando, prendendo a bola e só param sob ameaças de serem castigados.

Nos dias em que tem campeonato o internato vira uma festa! Todos saem para o pátio principal, ligam o som e ficam dançando, cantando e torcendo. Uns torcem para que

determinado time ganhe, outros para que um dos jogadores receba uma canelada e há aqueles que torcem para que outros briguem e sejam encaminhados à Ala de Reflexão. Seus sentimentos em relação ao jogo e aos jogadores variam entre o lúdico e o desejo de vingança, pois durante o jogo o seu inimigo pode receber o "troco" conforme diziam-me alguns internos.

6.1.4 4º Ato: *As Fugas*

As *fugas* ocorrem com frequência, embora as recapturas também ocorram com muita constância. Durante a pesquisa de campo houve cinco fugas e todos foram trazidos de volta. Dois foram recapturados nas imediações do Lar do Garoto e outros dois foram trazidos de volta à instituição pela família, que avisou que eles haviam ido para casa, já o último passou quatro meses em casa e depois a polícia o trouxe de volta.

Todos os internos falam e planejam fugas, embora poucos tenham coragem de realizá-las. Contudo, todos os internos ajudam como podem aos que pretendem fugir, eles dão dinheiro, alimentos, distraem os monitores e calam-se para não se comprometerem e não comprometerem os que fugiram. Há entre os internos, conforme vimos na discussão das regras da *communitas*, a coesão dos membros e estes não deixam de ser leais ao grupo e se alguém do grupo pretende fugir nem os alcagüetes ousam denunciá-lo. Todos os internos falam sobre as maneiras que podem utilizar para fugir da internação, porém a maioria deles entende que a fuga só traz mais problemas e que é melhor esperar a liberação.

6.1.5 5º Ato: *As brigas entre internos*

As brigas ocorrem por qualquer motivo e, segundo depoimentos dos internos, elas servem para eles esfriarem a cabeça, ou seja, desabafarem. Além disso, as brigas também

demarcam os papéis. Assim, aqueles que têm “peito e queixo duro” provam através delas que são capazes de comandar. Durante a pesquisa, formaram-se dentro do Lar duas gangues que eram encabeçadas pelos internos mais velhos que queriam decidir quem mandaria em todos os internos. Houve dois confrontos abertos entre as duas gangues, uma no campo de futebol e outra no refeitório, foi então que a equipe técnica começou a desconfiar daqueles comportamentos e um dos internos informou a um dos monitores o que estava sendo tramado na região dos fundos, ou seja, escondido. Os internos mais novos, e que não gostavam de confusão, ficaram assustados com a situação de formação de gangues e por essa época houve um festival de produção de espetos, todos queriam preparar-se para a luta. Mas as gangues duraram pouco e terminaram devido a problemas no interior dos próprios grupos, houve briga pelo poder e os líderes foram parar todos na Ala de Reflexão e, ao saírem, ainda tiveram que suportar as ironias dos demais que os acusavam de serem incompetentes.

Ainda sobre as brigas, elas também ocorrem muitas vezes estimuladas pelos “atrasa cadeia”, que são internos que não apresentam os comportamentos esperados pela instituição e que, por revolta, passam a instigar outros a brigarem. Eles disseminam fofocas e insultam os demais. Normalmente, o “atrasa cadeia” age um pouco antes do processo de avaliação.

6.1.6 6º Ato: *As confrontações*

As confrontações às regras da casa são também bastante corriqueiras no dia-a-dia dos internos. Assim, uma das formas mais comuns de confrontamento é o ato de riscar nas paredes. Mais particularmente nas paredes da Ala de reflexão. Numa visita que realizei àquela Ala, copiei as seguintes inscrições: “temos que té fé em Deus boy”; “se você fosse uma mulhê lhe deixaria uma flor, mas és só um prisioneiro e deixo as marcas da minha dor”; “viajo num navio cheio de grades a procura de uma ilha chamada liberdade”; “o crime é podre mas não

admiti falhas”; “na frente da minha cela corre água sem chover, são lágrimas de meus olhos que estão chorando com saudades de você”; “não atrapalhe o caminho de ninguém, caminhe pelo certo seu lado”; “seja mais você, não vá por ninguém vá por Jesus”; “ande na paz, a paz quem faz é você mesmo”; “preserve a natureza plante maconha”; “M. ama M.”.

Apesar de toda opressão que é estar na ala de reflexão, ao que parece, os internos encontram nas inscrições uma forma de contrapor-se ao disciplinamento, ou seja, o riscar as paredes, apesar de ser proibido pelo regimento interno, parece ser uma das estratégias de confronto à ordem posta. As inscrições revelam também os sentimentos ambíguos que perpassam os internos. Desse modo eles se reportam a Deus e a dor, falam da saudade que sentem, do desejo de terem suas companheiras, da prisão e da liberdade, da paz e do crime, do caminho certo e das drogas. Tudo isso demonstra a luta que eles travam consigo mesmos para incorporarem os valores que o processo de segregação lhes impõe e ao mesmo tempo denotam que ainda há muitos resquícios da sua trajetória na infração. Assim, como sugere Turner:

“durante o período ‘limiar’ intermédio, as características do sujeito ritual (o ‘transitante’) são ambíguas; passa através de um domínio cultural que tem poucos, ou quase nenhum, dos atributos do passado ou do estado futuro” (TURNER, 1974: 117).

A triagem é outro espaço que permite a confrontação às normas da casa, considerando que os adolescentes que vão para lá são os novatos ou os que brigaram; portanto, é comum eles se xingarem mutuamente, gritarem uns com os outros, consigo ou com a vida, de um modo geral. Isso ocorre também devido à falta constante de um monitor, pois eles trancam a grade central e deixam cada interno em sua cela. Portanto, é aí que os meninos soltam a língua. São a triagem e os banheiros coletivos os lugares prediletos de ‘insurreição’ dos internos.

Outra forma de confrontamento dos internos é o fato deles denominarem sua banda de “Banda dos vagabundos” e não aceitarem a denominação que a instituição deu-lhe, ou seja,

Pé-de-moleque. Certa vez, acompanhei um dos ensaios da banda e vi que no quadro negro estava escrito: banda pé-de-moleque, e acima dela, desenhado com letras grandes e cheias: banda dos vagabundos. Perguntei aos internos qual era o nome da banda e eles disseram que era o nome que tinham dado, afinal quem tocava e cantava eram eles. Dessa forma, a confrontação é também uma estratégia de defender seus ideais, de não se deixar dominar pela vontade do outro, assim o processo de disciplinamento esbarra na força da *communitas* que por sua vez legitima e revigora os comportamentos dos internos e os permitem não se entregar totalmente ao projeto de transformação. Eles, por vezes, até sonham mas, não concretizam a mudança comportamental, pois os ideais da *communitas* são mais atrativos do que a dura realidade das regras da instituição.

6.1.7 7º Ato: *A punição*

As formas de punições mais sérias no Lar são, primeiramente, a triagem, se a falta for entre leve e média, e em segundo lugar, sendo o mais terrível dos castigos a Ala de reflexão. Os internos temem a ala de reflexão e dizem que para ali vão os meninos que se metem em brigas lá dentro, com ameaça à vida de outro ou à sua própria vida, ou ainda, aqueles que bagunçam na triagem e que ali só podem ficar por no máximo, trinta dias. Segundo um dos monitores: “bagunçou na triagem, vem pra cá. Daqui pra triagem ou pro quarto direto. Aqui é o último caso. Dependendo da direção, eles ficam até 30 dias.” (Simão).

Assim, o vice-diretor sempre fazia questão de colocar que aquela instituição era exemplar na limpeza e conservação e que isto denunciava o excelente trabalho de reeducação feito com os internos que, através dele, aprendiam a valorizar e preservar aquele patrimônio público. Foi engraçado observar no seu semblante o espanto ao constatar que na ala de reflexão e em alguns quartos da triagem (em visita que realizei junto a ele nessas

dependências) havia inscrições nas paredes e varais improvisados com linhas e sabão em barra²⁶. Mas segundo o ideário da instituição, a limpeza realizada pelos internos representa uma ação educativa, o ensino de boas maneiras, de cuidados consigo mesmo e com os bens que possuem e também a obediência às ordens dadas. Turner, ao discutir o processo liminar e as obrigações rituais que o indivíduo ritual deve cumprir, destaca que:

“o sujeito ritual, seja ele individual ou coletivo, permanece num estado relativamente estável mais uma vez, e em virtude disto tem direitos e obrigações perante os outros de tipo claramente definido e ‘estrutural’, esperando-se que se comporte de acordo com certas normas costumeiras e padrões éticos, que vinculam os incumbidos de uma posição social, num sistema de tais posições” (TURNER, 1974: 117).

6.1.8 8º Ato: *O Tempo de cadeia, tempo perdido*

Turner (1974) esclarece que em todo rito de passagem há a idéia de que o sujeito deve *morrer* para que renasça transformado. Dessa forma, é muito simbólica a denominação que os internos dão para as suas camas (pedras) pois, de certo modo, eles têm a noção de que o processo de internação prevê a sua morte, quanto a sua carreira desviante e o renascimento de um novo sujeito, o transformado. Isso é atestado também se analisarmos a forma como foram levados para a internação, forçados por imposição judicial, e o período em que ficarão ali, fatores que denotam a sua morte civil. Assim, não escolhem por onde vão e quando voltarão, não podem fazer sexo, não podem ver amigos e familiares quando quiserem, nem mesmo podem falar-lhes ao telefone quando bem entenderem; enfim, são indivíduos controlados e vigiados e a quem se credita uma necessidade de renascimento social.

Uma cena que presenciei no Lar é, particularmente, esclarecedora do sentimento de morte que perpassa a internação. Numa certa tarde, quando conversava com alguns internos, olhei para o céu e vi vários urubus, então eu disse: olhem quantos urubus. Um dos internos

²⁶ Os internos pregam nas paredes o sabão e nele enfiam as linhas. Nesses varais eles estendem as cuecas e isto evita-lhes o problema deles serem “achadas” por outros internos.

falou: “tão aí é pra come a gente. Aqui é assim, ninguém faz nada é o dia todo parado” (Peter, 18 anos). Conforme Goffman:

“este sentimento de tempo morto provavelmente explica o alto valor dado às chamadas atividades de distração, [como o futebol] isto é, atividades intencionalmente desprovidas de seriedade, mas suficientemente excitantes para tirar o participante de seu ‘ensinamento’, fazendo-o esquecer momentaneamente a sua situação real. Se se pode dizer que as atividades usuais nas instituições totais torturam o tempo, tais atividades o matam misericordiosamente” (GOFFMAN, 1974: 65).

Um detalhe importante que simboliza a negação da internação é o fato de em todos os quartos haver calendários de bolso que os internos pregam junto às suas camas e nos quais eles vão marcando, dia após dia, o tempo em que, segundo eles, estão “tirando cadeia”. Assim, em vários depoimentos, os meninos dizem com exatidão o tempo de cadeia deles e, mais ainda, a contagem desse tempo é comparada ao que eles poderiam estar fazendo lá fora. Duas situações são emblemáticas dessa idéia de tempo perdido. Primeiramente, alguns internos passavam seu tempo livre, especialmente as tardes, falando do que poderiam estar fazendo lá fora. Eles sempre falavam em estar tomando um sorvete, curtindo um brega, tomando cerveja, namorando e até mesmo trabalhando. Um deles disse certa vez: “Oxi! Todo dia essa merma coisa. Acordar e ver esses murão branco, só vê macho e passa o dia sem fazer nada!” (André, 16 anos).

6.1.9 9º Ato: O “*mundo lá fora*” e o “*mundo da cadeia*”: Tipo ideal de uma trajetória de vida

Conforme disse na introdução, neste ponto construirei um tipo ideal da trajetória de vida dos internos. Assim, ela não se propõe a retratar a vida *strito sensu*, mas é, antes, uma das possibilidades de apresentação de fatos que somados levam por vezes os adolescentes a trilharem a carreira desviante.

Considerarei a trajetória dos internos a partir de um resgate da vida anterior à construção de sua carreira desviante, passando pela entrada nos desvios, a entrada na instituição de internação, e culminado com a desinternação.

PEDRO, AQUELE QUE APRENDEU A SER FORTE

Pedro, hoje com 19 anos, nasceu numa pequena cidade do sertão paraibano. Oriundo de uma família de origens rurais, desde cedo foi introduzido por seus pais nos trabalhos da roça. Trabalhavam de diaristas em roças do patrão e Pedro logo cedo percebeu que aquilo não lhe renderia os frutos monetários de que precisava para consumir o que via na televisão e o que via os outros meninos usarem. Além do que, aquele trabalho o deixava tão exausto que ele não tinha vontade de ir à escola e quando ia não conseguia entender porque a professora era tão impaciente com ele, afinal era muito mais fácil ficar fantasiando o seu futuro do que sofrer aprendendo a ler, pois sua mãe sabia ler e nunca tinha conseguido um emprego decente.

Por essa época, aos 10 anos de idade, Pedro descobriu que em seu bairro - na periferia da cidade - havia umas casas de diversão onde crianças e adolescentes iam jogar videogames. Alguns colegas o convidaram para ir até lá e Pedro encantou-se com aquilo, pois ali tudo era festa. Lá os meninos jogavam, comiam biscoitos recheados (Pedro nunca havia comido biscoitos assim), tomavam coca-cola. E Pedro foi aos poucos fazendo amizades. Muitas vezes outros meninos compravam fichas e davam-nas para ele.

Certo dia alguns amigos de Pedro convidaram-no para realizar uma “parada grande”. Eles o preveniram de que seria difícil daquela vez mas que depois Pedro gostaria e até sentiria vontade de repetir. Pedro pensou um pouco, mas o barulho dos jogos, a força do apelo dos amigos foi tão forte que ele os acompanhou. Naquela tarde Pedro, sem saber, perdia não só um dia de aula, mas aquela ação seria demarcatória de muitas mudanças em sua vida.

Pedro e seus amigos furtaram lanches e bebidas alcoólicas de um supermercado, depois venderam as bebidas e com o dinheiro voltaram ao videogame. Pedro sentia-se um herói. O fato de ter desafiado a si mesmo e de ter conseguido sair-se bem na aventura o deixava entre excitado e feliz. Nos dias seguintes, Pedro foi introduzido nas rodas de “brau” e conheceu a maconha, coisa de que ele gostou, pois o deixava “lombado”. Porém, um dia seus amigos não lhe deram mais a droga e nem fichas para o videogame; por outro lado, os furtos a supermercados já não podiam ser feitos com tanta frequência, pois ele temia que sua mãe descobrisse. A solução foi partir para uma “parada maior” e que deveria ser feita longe de casa. Pedro então passou a frequentar as ruas do centro da cidade em que morava e lá ele furtava carteiras ou como ele diria “batia fuqueta”. Algumas vezes, o que ganhava era tão bom que ele levava um pouco para casa. Sua mãe ficava apreensiva, no entanto, não recusava a ajuda. O seu pai nem tomava conhecimento, pois mal ia em casa. Entre o trabalho e a outra família que possuía, sobrava-lhe pouco tempo.

Já com uns 16 anos, Pedro recebeu o convite para participar de assalto a um supermercado e aceitou o desafio. No grupo formado por três adolescentes, dois deles usavam armas. Pedro ficou fascinado, ele também queria um “cano” daqueles. Não foi difícil comprar um, visto que os assaltos tornaram-se frequentes e ele já possuía um montante razoável em dinheiro.

Com um “cano” na mão, Pedro participava de assaltos e arrombamentos. Nesse ínterim, ele foi convidado a traficar maconha e aí sim “rolou uma grana”.

Um dia a polícia o pegou e sua mãe foi buscá-lo na delegacia. Que vergonha! Pedro não sabia o que dizer, mas prometia o tempo todo a ela que nunca mais aquilo aconteceria de novo. Para ser solto, ele deu aos policiais todo o dinheiro que tinha e sua mãe ainda teve que ouvir daqueles um sermão que quase não teve fim.

Pedro voltou à escola e passou um mês sem sair de casa. Entretanto, a vontade de usar droga, aliada ao desejo de sentir a adrenalina que a infração proporcionava e a necessidade de dividir as despesas da casa com sua mãe, o fez voltar às paradas.

Muitas outras vezes ele foi pego e um certo dia foi encaminhado ao juiz. Esse o mandou para uma “prisão” numa cidade distante de sua família e de seus amigos. Os primeiros dias foram difíceis, sentia saudades de sua mãe, da namorada, das paradas e o desejo de “dar uma larica” não o deixava em paz. Estar preso era para ele um atestado de fracasso, ou seja, “uma queda”, ele pensava: “malandro tá lá fora, aqui só tem otário”. Ali dentro todos eram iguais, no entanto, não foi fácil fazer amizades. Mas ele conseguiu. Ao final de dois meses ele já conhecia todo o “sistema” da casa e as regras dos internos. Aquele lugar impunha uns costumes estranhos, era hora para acordar, brincar, estudar, comer, dormir. Tudo era determinado e todos os movimentos eram vigiados, Pedro pensava: “só falta agora esse povo adivinhar pensamento!”

Os internos formavam grupos diferentes. Às vezes por idade, outras por infração e em alguns casos apenas por laços de simpatia. Havia muitas brigas também e Pedro logo descobriu que de vez em quando era preciso “quebrar um pau, para ser considerado” e que em outras ocasiões era preciso “tirar a cadeia sossegado”, afinal, ele pensava: “eu tenho que matar meu desejo de cadeia. S’eu entrei nesse mundo eu já sabia como ia ser”. Em alguns momentos ele revoltava-se com as regras da casa, não entendia o motivo de não poder manter relações com sua namorada. Por que não podia fumar? Cigarro não era proibido. Odiava aquelas filas e mais ainda ser contado nelas como um animal no curral.

Havia muitas atividades ali, mas elas eram realizadas por ele e pelos demais, principalmente, para que fossem bem avaliados e, dessa forma, pudessem ser liberados o mais rapidamente possível. Pedro no entanto, tinha a “cabeça quente” e de vez em quando era mandado para a triagem, uma das formas de castigo daquele lugar.

O que realmente empolgava aqueles meninos eram as partidas de futebol. Aquilo, sim, era diversão. Durante o inverno aquele lugar parecia um velório e os meninos ficavam espreitando das janelas dos seus quartos o momento em que aparecesse o sol, então eles corriam para o campo.

Certo dia Pedro surpreendeu-se ao ver a chegada de um novato que logo identificou: era Paulão seu parceiro lá fora. O reencontro foi demais! E daquele dia em diante eles uniram-se ali dentro, claro, tendo cautela para que os monitores não percebessem a dimensão do entrosamento entre eles.

Presenciaram muitas coisas ali, colegas apanhando, outros que tentaram suicídio, alguns que viviam sendo castigados e muitos que saiam. Com seis meses de internação Paulão foi liberado, pois ele mantinha um comportamento que o permitiu ser bem avaliado. Ao saber da liberação do amigo, Pedro chocou-se e terminou brigando com outro interno, tendo ido parar na ala de reflexão. Ao sair dali, após 15 dias de “isolado”, Pedro decidiu que dali em diante seria exatamente o que os funcionários daquela casa esperavam dele. E com 01 ano e 06 meses de internação ele foi liberado. Mas poucos dias antes de sair ele sentiu medo. Tinha medo de que sua mãe não o quisesse mais em casa, afinal ela nunca veio visitá-lo. Mas Pedro logo afastava esse pensamento dizendo: “ela não veio porque não pôde, mas ela sempre ligava”. Tinha receio de que a namorada já estivesse com outro. Não sabia se conseguiria trabalho lá fora, se voltaria a estudar, ele queria realizar essas coisas, queria provar à mãe e a todos que o conheciam que havia mudado e ao mesmo tempo, a alegria da saída o fazia lembrar das “paradas”, das “laricas”. Ele ainda não sabia como reagiria lá fora.

Chegou o grande dia! Ele foi acompanhado até a sua casa por um dos funcionários da instituição e como foi delicioso ver a vegetação e toda a paisagem daquele lugar horrível passando atrás do automóvel. Durante o trajeto até sua cidade, o funcionário debulhou um rosário de conselhos que Pedro mal ouvia de tanta euforia que estava sentindo. A chegada em

casa foi fantástica! Sua mãe o abraçou e choraram juntos. Nos primeiros dias ele tentou conseguir emprego, foi até a escola e procurou rever a antiga namorada.

O emprego não conseguiu, apenas ofereciam-lhe trabalhos informais com péssima remuneração; na escola soube que só poderia entrar no começo do ano seguinte, pois o ano letivo já estava encerrando-se a namorada tinha engravidado de um dos seus antigos parceiros e finalmente, soube que seu amigo Paulão havia sido morto (por um antigo desafeto) logo ao ser desinternado. Pedro ainda agüentou ser sustentado pela mãe uns três meses, no entanto certo dia, ao ver um aposentado “descuidista” ele foi lá e: Bem vindo! De volta ao mundo do “crime”.

CONCLUSÕES

Após dois longos anos de reflexões acerca da temática que envolve a trajetória de adolescentes que trilharam a carreira desviante, encontro-me nesse momento incumbida de senão concluir *strito sensu* uma visão sobre essa problemática, mas de, no mínimo, apontar aquilo a que me propus; ou seja, apresentar um dos modelos possíveis de reconstituição dessa trajetória. Ainda bem que na contemporaneidade temos a humildade e consciência crítica de sabermos que nenhum trabalho está completo ou perfeito, há sempre detalhes que não conseguimos perceber ou que não pudemos abordar devido à delimitação do nosso recorte. Este fato, de certo modo tranqüiliza-me, mas também já instiga-me a novas investidas sobre a temática em pauta. Há sempre, ao que parece, ao final de um trabalho acadêmico aquela sensação angustiante que nos diz: você não rendeu o que podia. Entretanto, acredito que isto já é um caso para a minha terapeuta ajudar-me a resolver. Por enquanto, busco contentar-me com o que consegui visualizar e devo construir novas estratégias e oportunidades para que eu possa dar seqüência à minha curiosidade acerca do inesgotável universo que circunda a trajetória de vida dos sujeitos que por coragem ou por falta de oportunidades de “enquadramento” fogem aos padrões prescritos, especificamente, os sujeitos infratores.

No caso dos adolescentes internos no Lar do Garoto, evidenciei uma trajetória que de acordo com os autores que nortearam este trabalho (cf. Goffman, 1982 e Becker, 1977) segue passos muito semelhantes aos por eles explicitados. Dessa forma, a trajetória de um menino que adentrará na carreira desviante (cf. Goffman, 1982 e Becker, 1977) começa bem cedo. Entre os quatro ou cinco anos de idade a criança começa apresentando dificuldades de adaptação à escola; depois, por necessidade de trabalhar ou porque a rua torna-se atraente para ele. Do ponto de vista lúdico, essa criança passará a utilizar-se dos espaços públicos com muita freqüência; já nas ruas, ele conhecerá inúmeras outras crianças que provavelmente terão uma trajetória de vida similar à sua e a partir daí eles formarão grupos que se imbuirão de

tornar possíveis a aprendizagem de práticas tidas como não conformistas, ou, desviantes. Não necessariamente essas crianças serão oriundas de famílias pobres; no entanto, em sua maioria o são. Um fator determinante na trajetória desses sujeitos é a omissão paterna, mais especificamente, ou a ausência de um referencial masculino em suas vidas.

Normalmente, eles buscam nas ruas e nas infrações encontrar a “adrenalina” e o limite de que os jovens precisam no seu caminhar. A trajetória de construção de uma carreira desviante segue alguns passos que vão desde os pequenos furtos, passando para os roubos e destes para os arrombamentos que já são realizados em grupos e com armas, até o tráfico de drogas. A droga é uma aliada constante na vida desses sujeitos, seja como muleta psicológica para ter coragem para realizar suas “paradas”, seja como objetivo final das paradas, ou seja, roubar para poder consumir.

Um dado bastante relevante que foi abordado pelos sujeitos dessa pesquisa foi o fato de que à medida que o infrator torna-se seguro de si, enquanto identidade estigmatizada, ele passará a sentir prazer em subjugar, humilhar ou ferir suas vítimas.

Quanto às famílias, quando essas tomam conhecimento da realidade do filho ou do irmão, este já se encontra bastante “infiltrado” no mundo das infrações e, por mais que deseje, já não pode desvencilhar-se desse com facilidade, principalmente porque já é dependente de drogas. As famílias têm como prática o aconselhamento, contudo, fazem vistas grossas ao que entra em casa pelas mãos do parente infrator.

Um momento difícil e que muito ensina ao infrator são as apreensões policiais, particularmente, as três primeiras. Nelas ele transitará do medo à certeza de que sempre haverá um novo plantão que o soltará, sempre, até que um dia sua ficha seja encaminhada ao juiz da infância e esse lhe aplique a medida de internação. Pronto! Essa é a grande queda na trajetória do infrator.

Quanto à chegada e à desinternação, essas são situações que possibilitam revoluções mentais nos internos. A desinternação, particularmente, é um momento de grande angústia em que o interno deseja sair e teme o mundo lá fora. O reencontro, com os seus e a retomada de sua vida como sujeito autônomo, desencadeia no interno emoções ambíguas que vão da alegria à tristeza.

Normalmente eles referem-se a Deus ao projetarem seu futuro, esperam que Ele seja seu suporte lá fora. É como se a internação fosse de fato um total afastamento entre o mundo real e o mundo das coisas, e esse mundo é assustador, porque tentador. É um mundo de oportunidades que eles temem usufruir e que não obstante sonham em desfrutá-lo, em “dar de novo aquela bola”, em “fazer uma parada grande”, em “encontrar um mala”. Ainda é o mundo que eles conhecem que os espera, não obstante eles sonharem com uma vida dita normal que incluía: emprego, estudo, mulher, filhos e assumirem o papel de provedor de suas mães. Nesse sentido, é gritante a transferência afetiva que eles realizam em relação ao pai ausente; afinal, eles sonham ser o chefe do lar!

A queda que a internação promove fará o adolescente passar por inúmeros momentos e rituais adaptativos, os quais vão qualificando o interno a tornar-se “um considerado” dentro da instituição pelos profissionais e pelos colegas. Ser um considerado implica saber transitar entre dois mundos, ou seja, ser malandro no seu grupo, mas ser obediente e dócil com o corpo técnico, porém isso não invalida a realização de atitudes, embora tácitas, de confronto às regras da casa. Assim, não é difícil ter cigarros, fazer sexo, riscar paredes, cuspir no chão, chamar palavrão e etc. Os internos sabem fazer a sua hora e não ficam somente esperando acontecer. Assim, a vida dentro de um Estabelecimento Educacional é mediada não apenas pelo modelo disciplinar que essas instituições desenvolvem (cf. Foucault, 1993), mas os internos são capazes de construir seu mundo, a *communitas* (Turner, 1974), com suas regras específicas e desse modo, eles transitam entre o mundo da internação com seu

regimento, seus castigos, suas regras e o mundo da *communitas* em que eles como liminares (Turner, 1974) têm a possibilidade de continuar cultuando as suas visões de mundo, leia-se do mundo que conhecem e do qual participavam lá fora, e que no processo de internação é reavivado através da *communitas*. Desse modo, o processo de internação falha, assim como já preconiza Foucault (1993) pois o poder disciplinar não elimina a possibilidade de exercício dos micropoderes ao contrário, a própria estrutura disciplinar criando as instituições penais ou ressocializadoras favorece também o fortalecimento da delinquência gerando assim um círculo que a princípio encarcera para transformar e gera durante o próprio encarceramento novas estratégias desviantes. Portanto, não é a disciplina que favorece ou promove a transformação, ou não necessariamente, é através de uma disciplina rígida que se poderá chegar àqueles resultados. Conforme Goffman (1974), talvez fosse mais interessante para as instituições totais que estas trabalhassem de modo a considerar o mundo do interno em seus aspectos gerais, ou seja, a cultura que traz da sua vida lá fora, e os anseios e necessidades afetivas e materiais dentro da instituição, para que assim ela pudesse de fato conhecer o interno, saber quando age com naturalidade ou quando apenas encena aquilo que sabe irá agradar a equipe dirigente (Goffman, 1996). Dito de outro modo, seria: há necessidade de uma aproximação mais afetiva, efetiva e direta entre os profissionais e os internos. As relações entre os internos e o corpo técnico são ambíguas, assim como o são as relações que mantêm entre si. Há sempre nas interações dos internos o medo da exposição, da perda e a desconfiança. Os profissionais ou são muito ligados aos internos, como por exemplo os que foram bem avaliados (a psicóloga, a auxiliar de enfermagem...), ou os tratam o mais profissionalmente possível, o que dificulta bastante o processo de construção de confiança e afeto entre eles e os internos.

Nas suas falas, os internos deixam clara a descrença que têm com relação ao ideário de mudança a que a instituição se propõe a realizar neles e mesmo aqueles que nela acreditam

entendem que o processo de internação não é um fim em si mesmo, mas que antes é uma forma de limpar sua reputação perante a sociedade e que uma vez solto ele pode ousar outras formas de infração.

Apesar de todo o esforço da instituição no tocante às atividades que realiza com os internos, os últimos não têm uma boa representação delas e no final prevalece a representação de que ao cumpri-las eles serão considerados bons internos e com certeza serão liberados mais cedo.

O Lar do Garoto é representado como o local de comer, estudar e de “dar um tempo nas infrações”, portanto, na representação dos internos a validade da internação é tão somente segregacional e reparatória do ato praticado. Embora alguns creditem a ela o poder de cura dos seus desvios, ela é vista pela maioria como a oportunidade de “dar um tempo” de “limpar-se”.

Assim, infelizmente o Lar do Garoto não é, na maioria dos casos, o último passo na trajetória da carreira desviante dos adolescentes que por ali passam. Pelo que ouvi de internos e de alguns funcionários, apesar de não haver registros naquela instituição, muitos adolescentes ao sair voltam a infracionar e são ou reencaminhados ao Lar ou a outros estabelecimentos da FUNDAC, sendo que outros são presos em presídios e tantos outros são mortos pela polícia ou por desafetos. Assim, essa trajetória acaba sendo uma história com poucos finais felizes.

Por tudo o que pude observar e vivenciar no Lar do Garoto, ousou aqui apontar algumas sugestões com a ousadia e talvez ingenuidade de quem dá os primeiros passos no desvendamento de uma questão tão delicada e complexa como a que analisei, a saber: a trajetória de construção da carreira desviante dos adolescentes internos no Lar do Garoto encerra-se lá?

Enfim, gostaria de apontar algumas sugestões à instituição, visto que não gostaria que este trabalho tivesse a característica de um devassamento e críticas inócuas. Assim, penso que talvez a instituição devesse repensar a forma de contratação e as estratégias que utiliza para qualificar seus profissionais. Ela poderia buscar parcerias com as Universidades e outras instituições que lidam com os sujeitos que ela atende.

As atividades desenvolvidas e as formas de avaliação dos internos são outros fatores que poderiam ser repensados e talvez até mesmo devessem ser discutidos junto aos internos, além de estratégias de avaliação e de normatização de atividades e horários da casa. Parece-me que os internos gostariam de ter voz, uma vez que sentem que apesar de estarem cumprindo uma medida, eles podem contribuir para a melhor aplicação desta.

Por outro lado poderia haver um maior engajamento e uma interação mais direta entre todos os funcionários e internos. Da forma como hoje funciona o Lar, os internos selecionam os funcionários em quem confiam e outros diante dos quais apenas representam. É óbvio que sempre haverá os prediletos; no entanto, o trabalho parece-me dever ser do grupo todo. Portanto, talvez fosse o caso da instituição investir mais em treinamentos que dessem conta não apenas do caráter técnico do exercício da função de cada profissional, mas que também trabalhasse o processo de sensibilização e integração grupal e nesse ínterim a própria aplicação da estratégia disciplinar poderia também ser revista e assim, se pudesse encontrar um consenso entre a aplicação daquela e um maior respeito às necessidades e limitações dos internos.

Outra estratégia para o processo de promoção do sujeito de direitos (e não tão somente da perspectiva de ressocializar o interno), que de certo modo, já é aplicada nas oficinas, é a exploração mais planejada e melhor direcionada dos aspectos do trabalho e do lúdico. Os internos sentem prazer em jogar futebol, desejam cultivar a horta e isto descortina a importância das brincadeiras em suas vidas, afinal, aqui fora eles não tiveram tempo de ser

criança. A internação poderia favorecer esse resgate existencial nos internos e assim estaria também despertando neles a cidadania, o respeito por si próprio e pelos demais, a valorização da vida. Se o futebol os integra e os coloca em situação de enfrentamento com o outro, a horta poderia colocá-los frente à frente consigo mesmos, com seus medos, com a dificuldade de criarem laços de pertencimento, com o sentimento de desconfiança e até de perda que tanto os persegue. Além do que a horta poderia ser utilizada como uma terapia ocupacional, assim como traria vantagens econômicas para a instituição.

Oficinas de dinâmicas de grupo poderiam ser exploradas pelas assistentes sociais e técnicas de vivências poderiam ser aplicadas pela psicóloga, os próprios internos questionam os atendimentos predeterminados e os roteiros prontos com que aquelas profissionais atuam.

A semiliberdade é uma outra estratégia que, se utilizada adequadamente, poderia facilitar a reinserção do egresso à sociedade e que certamente diminuiria nos internos a angústia da desinternação, ou o que pareceu-me ser uma espécie de “síndrome da desinternação”, dando-lhes mais segurança do seu caminhar lá fora.

A interação entre a instituição e as famílias dos internos poderia ser melhor explorada, fato que com certeza corroboraria para que o processo de internação pudesse ocorrer de forma mais amena.

De um modo geral, a instituição demonstrou ter compromisso e sincero desejo de realizar o melhor, o próprio fato da disponibilidade da diretoria em fornecer-me dados, em colocar à disposição um carro e por vezes até alimentação, já é uma prova irrefutável de que a instituição quer descobrir-se e aceita críticas. Outro mérito da instituição é não ter como prática a tortura de internos, já que isso é tão corriqueiro em outros estabelecimentos educacionais neste país.

Por fim, o problema da continuidade da trajetória na infração pelos sujeitos ali internos é uma problemática que demanda, além das mudanças institucionais aqui apresentadas, um

maior compromisso e responsabilidade social de todos e de cada cidadão brasileiro, além e, particularmente, das pessoas e instituições que como eu sentem-se inquietas e indignadas com a situação de milhares de crianças e adolescentes neste país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÉS, Philipe. (1978). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- ARONSON, Elliot. (1979). *Animal social: introdução ao estudo do comportamento humano*. Ibrasa.
- AZEVEDO, Maria Amélia & GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo (org.). (1985). *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. Violência física e sexual contra crianças e adolescentes. São Paulo, Iglu.
- BARDIN, Laurence. (1979). *Análise de Conteúdo*. Lisboa/Portugal, Edições 70.
- BECKER, Howard S. (1977). *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- BERREMAN, Gerald. (1980). "Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia". In: Guimarães, Alba Zaluar (org). *Desvendando máscaras sociais*. 2. ed. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S.A. p.p. 123-174 .
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Ministérios da Criança e da Saúde/Projeto Minha Gente, 1991.
- BRASIL. Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal Brasileiro.
- DELMANTO, Celso. Código penal anotado. 4. ed. Editora Saraiva, 1983.
- BRASIL. (2002). Ministério da Justiça/Secretária do Estado e dos Direitos Humanos. *Estatística dos Jovens brasileiros em Conflito com a Lei*. Retirado da Internet. Endereço: site do Ministério da Justiça.
- BULHÕES, Nabor Areias. (2001). *A razão da idade: mitos e verdades*. 1. ed. Brasília, Ministério da Justiça/Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. (Coleção Garantia de Direitos).
- CEAD, Centro de Educação, Aberta, Continuada, à Distância. (2000). Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 03. Brasília, UNB.
- CONSTANTINO, Elizabeth Piemont. (2000). *Meninos institucionalizados: a construção de um caminho*. São Paulo, Arte & Ciência.
- COSTA, Antonio Carlos Gomes da. (1995). "O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Política de Atenção à Infância e Juventude." In: *Discutindo a Assistência Social no Brasil*. Brasília, Ministério da Previdência Social- Secretária de Assistência Social.
- COSTA, Antonio Carlos. (1990). *A aventura pedagógica*. 1. ed. São Paulo, Editora cultural.

DAMATA, Roberto. (1981). *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Petrópolis, Vozes.

DAMATA, Roberto. (1983). *Carnavais malandros e heróis: por uma sociologia do dilema brasileiro*. 4. ed. Rio de Janeiro.

DINIZ, Ana. (1994). *Correndo atrás da vida*. Belém, CEJUP.

DURKHEIM, Emile. (1978). *As regras do método sociológico*. São Paulo, Abril Cultural.

DIMENSTEIN, Gilberto. (1993). *A guerra dos meninos: assassinatos de menores no Brasil*. 7 ed. São Paulo, Brasiliense.

DURHAM, Eunice R. (1986). "A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: Cardoso, Ruth C. L. (org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p.p. 17-35.

FALEIROS, Vicente de Paula. (2001). *Uma década de direitos: avaliando, resultando e projetando o futuro*. Campo Grande, Lusms.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio. (1998). "Adolescência e violência: considerações sobre o caso brasileiro". In: Levisky, David Léo (org.). *Adolescência pelos caminhos da violência: a psicanálise na prática social*. São Paulo, Casa do Psicólogo, p.p. 53-64.

FOUCAULT, Michel. (1982). *Microfísica do poder*. 3 ed. Rio de Janeiro, Graal.

FOUCAULT, Michel. (1993). *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 10 ed. Petrópolis, Vozes.

FOOTE-WHYTE, William. (1980). "Treinando a observação participante". In: Guimarães, Alba Zaluar. *Desvendando máscaras sociais*. 2. ed. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S.A. p.p. 77-86.

GEERTZ, Clifford. (1989). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora S.A.

GOFFMAN, Erving. (1982). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4 ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

GOFFMAN, Erving. (1974). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, Perspectiva.

GOFFMAN, Erving. (1996). *A representação do eu na vida cotidiana*. 7. ed. Rio de Janeiro, Vozes.

GOHN, Maria da Glória. (1997). *Os Sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. São Paulo, Cortez.

GOLDWASSER, Maria Julita. (1985). "'Cria fama e deita-te na cama': um estudo de estigmatização numa instituição total". In: Velho, Gilberto (Org.). *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. 5. ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, p.p. 29-51.

GOLDENBERG, Gita Wladimirski. (1998). "O pai simbólico está ausente na criança e no adolescente infratores". In: Levisky, David Léo (org). *Adolescência pelos caminhos da violência: a psicanálise na prática social*. São Paulo, Casa do Psicólogo, p.p. 113-128.

GUIMARÃES, Alba Zaluar. (1986). "Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas." In: Cardoso, Roberto (Org.) *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, , p.p. 107-125.

GRACIANI, Maria Stela Santos. (1997). *Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida*. São Paulo, Cortez. (Coleção prospectiva).

HEYE, Ana Margarete. (1980). "A questão da moradia numa favela do Rio de Janeiro ou como ter Anthropological Blues sem sair de casa." In: Velho, Gilberto. (org.). *O desafio da cidade: novas perspectivas da Antropologia Brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Campus LTDA, p.p. 117-155. (Contribuições em Desenvolvimento Urbano 2).

LAPLANTINE, François. (1988). *Aprender Antropologia*. São Paulo, Brasiliense.

LEMGRUBER, Julita. (1980). "Pesquisando em prisão feminina". In: Velho, Gilberto (Org.). *O desafio da cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira. Contribuições em desenvolvimento urbano 2*. Rio de Janeiro, Editora Campus LTDA., p.p.143-155.

LEVISKY, David Léo (org.). (1998). *Adolescência pelos caminhos da violência: a psicanálise na prática social*. São Paulo, Casa do Psicólogo.

MALINOWSKI, B. (1980). "Objetivo, método e alcance desta pesquisa." In: Guimarães, Alba Zaluar (Org.). *Desvendando máscaras sociais*. 2. ed. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S.A. p.p. 39-62.

MELCOP, Ana glória e FRANCH, Mônica (org). (2002). *Consumo de drogas, violência e comportamento de risco para HIV/Aids: um estudo sobre conhecimento, atitudes e práticas da população escolar em Campina Grande (Paraíba)*. Recife: Centro de Prevenção às Dependências.

MELLO, Sílvia Leser de. (1999). "A violência urbana e a exclusão dos jovens." In: SAWAIA Bader (org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, Editora Cortez, p.129-140.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). (1996). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 5. ed. Rio de Janeiro, Vozes.

MORELLI, Ailton José. (1999). "A inimizabilidade e a impunidade em São Paulo." In: *Rev. Bras. de História*. São Paulo, v. 19, nº 37, p. 125-156.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. (1999). "Meninos e meninas de rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha." In: *Rev. Bras. de História*. São Paulo, v. 19, nº 37, p. 85-102.

OLIVEIRA, R. C. (1996). "O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever." In: *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, v. 39, nº 1, p.p. 13-37.

PAUGAM, Serge. (1999). "O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais- uma dimensão essencial do processo de desqualificação social." In: SAWAIA Bader (org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, Editora Cortez, p.p. 67-86.

QUEIROZ, José J. (org.). (1987). *O mundo do menor infrator*. 3. ed. São Paulo, Cortez.

QUEIROZ, Maria Izaura Pereira. (1988) "Relatos orais: do "indizível" ao "dizível"." In: Von Simson, Olga M.. *Experimentos com Histórias de Vida (Itália-Brasil)*. São Paulo, Vértice, Editora dos Tribunais, p.p. 14-43.

RIBEIRO, Luziana Ramalho. (1999a). *Eu espero, eu peço, eu exijo, eu tomo: reconstruindo o universo de representações e auto-representações entre o ato de pedir e a prática delinqüente em meninos de rua na cidade de Campina Grande-PB*. Publicado nos Anais da 51ª Reunião anual da SBPC, realizada em Porto Alegre-RS de 11 a 16/7/1999.

RIBEIRO, Luziana Ramalho. (1999b). *A representação machista dos meninos em relação às meninas de rua na cidade de Campina Grande-PB*. Publicado nos Anais da 51ª Reunião anual da SBPC, realizada em Porto Alegre-RS de 11 a 16/7/1999.

RIBEIRO, Luziana Ramalho. (2000a). *A representação social das crianças e adolescentes em situação de risco, de seus pais e dos assistentes sociais em relação às políticas sociais voltadas para os meninos de rua na cidade de Campina Grande-PB*. Publicado nos Anais da 52ª Reunião anual da SBPC, realizada em Brasília-DF de 09 a 14/7/2000.

RIBEIRO, Luziana Ramalho. (2000b). *A representação social do Estado entre os pais de meninos de rua na cidade de Campina Grande-PB*. Publicado nos Anais da 52ª Reunião anual da SBPC, realizada em Brasília-DF de 09 a 14/7/2000.

RIBEIRO, Rosa Maria. (1994). "Estrutura familiar, trabalho e renda". In: KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (org.). *Família brasileira a base de tudo*. São Paulo, Cortez; Brasília, DF: UNICEF, p. 135-183.

SILVA, Socorro e. (2002). *Cai criminalidade entre menores na PB*. *Jornal da Paraíba*. Campina grande, 28 de agosto. Folha Cidades, p. 02.

SILVA, Helvécio de Siqueira. (1987). *Joca Pivete: o menor violentado*. São Paulo, Ícone editora.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. (1999). "Crianças e escolas na passagem do Império para a República." In: *Rev. Bras. de História*. São Paulo, v. 19, nº 37, p. 59-84.

TRINDADE, Judite Maria Barboza. (1999). "O abandono de crianças ou a negação do óbvio." In: *Rev. Bras. de História*. São Paulo, v. 19, nº 37, p. 35-56.

TURNER, Victor W. (1982). *From ritual to theatc: the human serousness of play*. New York, Perfoming Arts Journal Publications.

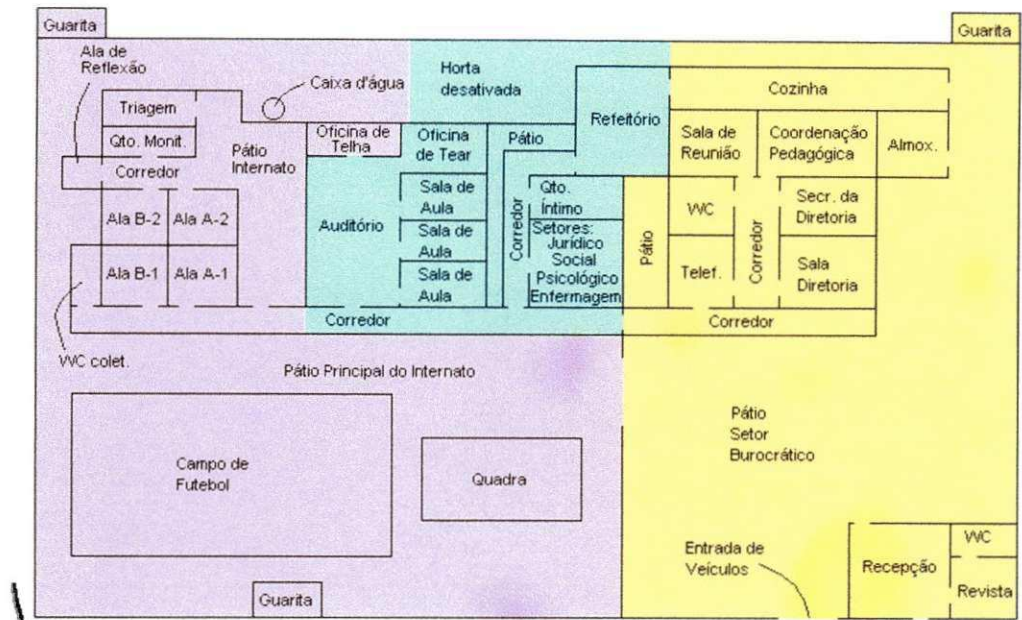
TURNER, Victor W. (1974). *O processo ritual: estrutura e anti-estrutura*. Petrópolis, Vozes. (Coleção Antropologia 7).

VELHO, GILBERTO. (1985). *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. 5 ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

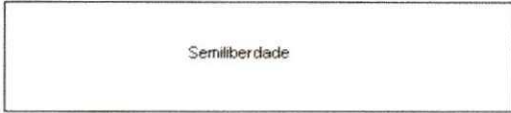
VOLPI, Mario (Org.). (1997). *O adolescente e o ato infracional*. São Paulo, Cortez.

WADSWORTH, James E. (1999). "Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil." In: *Rev. Bras. de História*. São Paulo, v. 19, nº 37, p. 103-124.

WEBER, Max. (1996). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 11. ed. São Paulo, Pioneira. (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais. Sociologia).



Acesso ao Lar do Garoto



LEGENDA:

- Setor Burocrático*
- Espaço de Emancipação e Controle*
- Setor do Internato*

Caracterização do corpo técnico

NOME *	IDADE	FUNÇÃO
Margarida	30 anos	Professora
Maria	57 anos	Assistente social
Fabício	40 anos	Monitor
Simão	35 anos	Monitor
Paulo	35 anos	Vice-diretor
Pedro	30 anos	Oficineiro

Caracterização dos internos

NOME *	IDADE	TIPO DE INFRAÇÃO
Roberto	20 anos	Roubo qualificado
Mateus	20 anos	Roubo qualificado
Jorge	19 anos	Homicídio
Petrúcio	19 anos	Latrocínio
Josivan	18 anos	Furto qualificado
Da Vinci	18 anos	Furto
Peter	18 anos	Atentado violento ao pudor
Paulo	18 anos	Estupro
Mike	17 anos	Tentativa de homicídio
Mauro	17 anos	Roubo tentado
Augusto	17 anos	Lesão corporal
Pedro	17 anos	Porte ilegal de arma
Eduardo	17 anos	Roubo qualificado
Antônio	17 anos	Furto qualificado
Marcos	16 anos	Homicídio
Carlos	16 anos	Latrocínio
Jerri	16 anos	Furto
André	16 anos	Latrocínio
Robson	15 anos	Furto
Lucas	15 anos	Furto

* Os nomes são fictícios para preservar a identidade dos informantes